



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 200

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 247ª SESSÃO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 367, de 1992 (nº 722/92, na origem), restituindo autógrafos de lei sancionada.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 368, de 1992 (nº 730/92, na origem), referente a indicação do Senhor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília — DF, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Juizes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente do falecimento do Ministro Geraldo Barreto Sobral.

— Nº 369, de 1992 (nº 728/92, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 20 a 23 do corrente.

1.2.2 — Offícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 265/92, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1992 (nº 2.630/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte — MG, e dá outras providências.

— Nº 266/92, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1992 (nº 2.626/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organi-

zação interna do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba — PR, e dá outras providências.

— Nº 267/92, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1992 (nº 2.625/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho da 5ª Região, com sede em Salvador — BA, e dá outras providências.

— Nº 268/92, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1992 (nº 3.183/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a destinação das quotas de fundos ao portador e aos títulos ou aplicações de renda fixa ao portador ou nominativos-endossáveis mencionados no **caput** do art. 3º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, atualmente à disposição do Banco Central do Brasil, nos termos do § 2º do art. 7º e do **caput** do art. 9º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

— Nº 269/92, comunicando a rejeição das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1992 (nº 2.251/91, na Casa de origem), que extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

— Nº 270/92, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1992 (nº 2.624/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre — RS, e dá outras providências.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1992, de autoria do Senador Marcio Lacerda, que dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

1.2.4 — Apreciação de matérias

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

— Requerimentos nºs 825 e 826, de 1992, lidos em sessão anterior. **Aprovados.**

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/73 e S/74, de 1992, das Prefeituras municipais de Concórdia e de Itajaí, respectivamente, do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização do Senado Federal, para contratarem operações de crédito, para os fins que especificam.

— Recebimento dos Ofícios nºs 947 e 1.020, de 1992, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — SP, referentes às operações de crédito pretendidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR MAGNO BACELAR — Notícia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo* de hoje sobre declarações do Ministro Murilo Hingel, da Educação e Desporto, atinente a compra de 40 mil vagas para o ensino de 1º grau nas escolas privadas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Demora na liberação de verbas destinadas ao combate à seca no Nordeste.

SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos ao Sr. Magno Bacelar sobre a tramitação do projeto de lei que abre crédito para o combate à seca.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.8 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR AFFONSO CAMARGO — Solicitando da Presidência esclarecimentos sobre restrições às Lideiraças, quando da formação de blocos partidários no Senado. Defesa do crescimento econômico do País, como forma de combater o desemprego e os baixos salários. Política de tarifas públicas.

SENADOR AMIR LANDO — Oposição às críticas da Imprensa ao Governo provisório Itamar Franco.

1.2.9 — Requerimentos

— Nº 828/92, de urgência para o Projeto de Resolução nº 68/92, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social.

— Nº 829/92, de autoria do Senador José Sarney, solicitando autorização do Senado Federal para desempenhar missão no exterior.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1992 (nº 2.628/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis — SC, e dá outras providências. **Aprovado** com emendas. À Comissão Diretora para redação final.

— Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/92. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados.

Mensagem nº 359, de 1992, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa Infra-estrutura Básica — Saneamento - Fortaleza - CE. **Aprovado**, após parecer de Plenário favorável, nos termos do Projeto de Resolução nº 70/92. À Comissão Diretora para redação final.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 70/92. **Aprovada.** À promulgação.

Requerimento nº 767, de 1992, do Senador Mauro Benevides, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "O Velho Ulysses", de autoria do Senador José Sarney, publicado no jornal *Correio Braziliense*, edição de 18 de outubro de 1992. **Aprovado.**

Requerimento nº 784, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Severo Gomes", de autoria do Jornalista-escritor Barbosa Lima Sobrinho, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 1º de novembro de 1992. **Aprovado.**

Requerimento nº 803, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Ulysses Guimarães, gran figura moral", de autoria do Senador peruano Andrés Townsend Ezcurra, publicado no jornal *Expresso*, em Lima, edição de 27 de outubro de 1992. **Aprovado.**

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1992 (nº 2.484/92, na Casa de origem); do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região e dá outras providências. **Aprovado.** À sanção.

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1992 (nº 4.590/90, Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, a transferir bens de sua propriedade para o Estado de São Paulo. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Ronan Tito à sanção.

1.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimento nº 828/92, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

— Requerimento nº 829/92, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, após parecer de Plenário favorável.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Apelo pela votação, no Congresso Nacional, do projeto que concede crédito especial aos estados assolados pela seca.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Congratulando-se pela atuação do Ministro do Trabalho Valter Barrelli, e pela proposta de adoção da bimestralidade do reajuste do salário-mínimo. Solidariedade de S. Exª às vítimas de discriminações de grupos neo-nazistas no Brasil e no mundo.

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Sugestão para que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal juntamente com o Ministro da Saúde encontre uma solução adequada para a greve dos médicos do Distrito Federal.

SENADOR AUREO MELLO — Considerações a respeito do artigo "Fim da Impostura", publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, de 22 de novembro, sobre críticas do Sr. Orestes Quêrcia a alguns membros da CPI da Vasp.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Protesto contra o artigo "O Grande Assalto", do jornalista Joelmir Betting denunciando "Trem da alegria" no quadro da Advocacia Geral da União. Apelo pela celeridade da apreciação do projeto pela Câmara dos Deputados.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Observações sobre a modernidade pretendida pelo Presidente afastado Fernando Collor. Diretrizes anunciadas pelo Ministro do Bem-Estar Social.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Comemoração dos 50 anos de atividades literárias do professor e historiador José Calazans Brandão da Silva.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 10 minutos com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 248ª SESSÃO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1992

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referente às seguintes matérias:

Mensagem nº 355, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a escolha do Dr. João Heraldo Lima, para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

Mensagem nº 358, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a escolha do Dr. Emílio Garófalo Filho, para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central de Brasil.

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

2.2.2 — Ofício

Nº 40/92, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 328, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

— Abertura de prazo para interposição de recurso a fim de que o Projeto de Lei do Senado nº 328/91, seja apreciado pelo Plenário.

2.2.4 — Comunicações

— Do Líder do PDT, indicando o Senador Magno Bacelar para ocupar a Vice-Liderança do Partido no Senado Federal.

— Do Senador José Sarney, de ausência dos trabalhos da Casa de 27/11 a 15/12 do corrente ano.

2.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 814, de 1992, de autoria do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 1992, de sua autoria, que regulamenta e disciplina o uso e propagandas de bebidas alcoólicas, e dá outras providências. **Aprovado.**

Projeto de Resolução nº 3, de 1992 — CN, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

2.3.1 — Designação da ordem do dia da próxima sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO.

3 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 790/91 (Apostila)

4 — ATA DA COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 228ª SESSÃO, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 1992

RETIFICAÇÕES

Na publicação do Sumário, feita no DCN — (Seção II), de 5-11-92, na página nº 8695, 1ª coluna, no item 2.2 — ORDEM DO DIA, na redação final referente à Emenda do Senado do Projeto de Lei da Câmara nº 77/92.

Onde se lê:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77/92. À Câmara dos Deputados

Leia-se:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Nas mesmas páginas e coluna, na redação final referente à Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41/92,

Onde se lê:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41/92. À Câmara dos Deputados

Leia-se:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Na mesma página, 2ª coluna, no Projeto de Lei da Câmara nº 43/92, imediatamente após a aprovação da matéria, inclua-se por omissão o seguinte:

— Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Nas mesmas página e coluna, no Projeto de Lei da Câmara nº 44/92, imediatamente após a aprovação da matéria, exclua-se por publicação indevida o seguinte:

Aprovado, com emenda. À Comissão Diretora para redação final.

Nas mesmas página e coluna, nas redações finais das Emendas do Senado aos Projetos de Lei da Câmara nº 44, 45 e 48/92, respectivamente,

Onde se lê:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44/92. À Câmara dos Deputados.

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45/92. À Câmara dos Deputados.

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48/92. À Câmara dos Deputados.

Leia-se:

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48/92. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Ata da 247ª Sessão, em 24 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Epitácio Cafeteira,

Magno Bacelar e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

EXPEDIENTE**MENSAGENS**

Affonso Camargo – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Alvaro Pacheco – Amir Lando – Bello Parga – Benj Veras – Cid Saboia de Carvalho – Darcy Ribeiro – Elcio Álvares – Epitácio Cafeteira – Flaviano Melo – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irupuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – José Fogaca – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Raimundo Lira – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 367, de 1992 (nº 722/92, na origem), de 19 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1992, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 368, DE 1992

(Nº 730/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal
Nos termos do parágrafo único, in fine, do art. 104 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília — DF, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga

reservada a juízes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente do falecimento do Ministro Geraldo Barreto Sobral.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 20 de novembro de 1992. — **Itamar Franco**.

CURRICULUM VITAE

1. Dados Pessoais

- 1.1. Nome: José Anselmo de Figueiredo Santiago
- 1.2. Filiação: Lycurgo Narbal de Oliveira Santiago e Eponina Ribeiro Santiago
- 1.3. Data de Nascimento: 27 de novembro de 1928
- 1.4. Nacionalidade: brasileira
- 1.5. Naturalidade: Belém — PA
- 1.6. Estado Civil: casado
- 1.7. Esposa: Yvette Araújo Santiago
- 1.8. Residência: SQS 213 Bl. "D" Ap. 106
- 1.9. Telefones: 242-6920 e 244-7178

2. Documentação

- 2.1. Identidade: nº 231.819 — SEP/PA
- 2.2. CPF: 003.815.862-00
- 2.3. Carteira Funcional: 02/TRF — 1ª Região
- 2.4. Título de Eleitor: nº 11707313/25 emitido em 18-9-86
- 2.5. Reservista: 3ª Categoria nº 670803/25ª CR-10ª RM

3. Formação

- 3.1. Graduação: cursou a Escola Técnica de Comércio Fênix Caixerai Paraense e diplomou-se em Técnico de Contabilidade, em 4-12-54.
— Bacharelou-se em Direito, em 4-10-59, pela Faculdade de Direito da Universidade do Pará.

4. Atividades no Serviço Público Federal

- 4.1. Funcionário (Escriturário) dos extintos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará — SNAAP, no período de 17-7-1947 a 16-10-1948.

5. Atividades no Serviço Público Estadual

- 5.1. Funcionário (Escriturário) da Divisão de Fiscalização e Tomada de Contas do Estado do Pará.
 - 5.2. Escrivão da 3ª Pretoria Criminal junto a Repartição Criminal, na Comarca de Belém — PA.
 - 5.3. Escrevente Juramentado e Escrivão Interino do Cartório do 1º Ofício de Órfãos, Ausentes e Interditos da Comarca de Belém — PA.
 - 5.4. Pretor da 1ª e 2ª Pretoria Cível da Comarca de Belém — PA.
 - 5.5. Juiz de Direito do interior, nas Comarcas de Marabá (1ª e 2ª Varas) e Acará, no Estado do Pará.
 - 5.6. Juiz de Direito da capital (Belém — PA), Titular da 7ª Vara Cível, Comércio e dos Feitos da Família.
- Todas essas atividades foram exercidas no período de 2 de fevereiro de 1951 a 27 de abril de 1967.

6. Atividades na Justiça Eleitoral

- 6.1. Juiz Eleitoral da 23ª Zona (Marabá), 24ª Zona (Conceição do Araguaia) e 39ª Zona (Acará).
- 6.2. Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, no Estado do Pará, no período de 8-5-67 a 13-6-77 e nos biênios 1979 a 1981, 1983 a 1985 e 1987 a 1989.

6.3. Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Pará, nos biênios 1977 a 1979, 1981 a 1983 e 1985 a 1987.

6.4. Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional (Pará), nos biênios 3-10-1973 a 3-10-1975 e 28-6-1983 a 28-6-1985.

7. Atividades na Justiça Federal

7.1. Nomeado para exercer o cargo de Juiz Federal na Seção Judiciária do Estado do Pará — Vara Única —, em 14 de março de 1967, por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Tomou posse e entrou em exercício em 28 de abril de 1967.

7.2. Diretor do Foro e Corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às varas, no período de 28-4-1967 a 29-3-1989.

7.3. Nomeado para compor o Tribunal Regional Federal 1ª Região com sede em Brasília, em vaga destinada a Juiz Federal, consoante Decreto de 22-3-1989. Tomou posse e entrou em exercício em 30-3-1989.

7.4. Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Federal no biênio 30-3-1989 a 30-3-1991.

7.5. Membro da Comissão de Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

7.6. Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para o biênio 1991 a 1993.

7.7. Serviu como convocado no Superior Tribunal de Justiça como membro integrante daquela Corte de Justiça, no período de 1ª-9-89 a 30-10-89.

7.8. Membro do Conselho da Justiça Federal, conforme Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, art. 3º

8. Outras atividades

8.1. Membro da Comissão Elaboradora do Regulamento do I Simpósio de Direito Penal no Estado do Pará, promovido pela Universidade Federal do Pará.

8.2. Foi designado Presidente da Comissão Supervisora, no Estado do Pará, dos diversos concursos para Juiz Federal, promovido pelo Tribunal Federal de Recursos.

9. Condecorações e homenagens

9.1. Diploma de Amigo da Escola Técnica Federal do Pará, outorgado pelo Ministério da Educação e Cultura.

9.2. Diploma O Ideal de Servir, conferido pelo Rotary Internacional, Distrito 449 — Rotary Clube Belém-Norte.

9.3. Título de Cidadão Honorário do Município de Marabá — Pará, outorgado pela Câmara Municipal daquela localidade.

9.4. Medalha Ordem do Mérito Cabanagem — especial, com respectivo diploma, conferida pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, conforme Resolução nº 4, de 3 de dezembro de 1985.

9.5. Medalha Mérito Tiradentes da Polícia Militar do Estado do Pará, com respectivo diploma, conferida pelo Decreto nº 4.288, de 17 de abril de 1986.

9.6. Medalha Ordem do Mérito Grão-Pará, Grau Comendador, com respectivo diploma, conferida pelo Decreto nº 4.755, de 11 de março de 1987, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, e Grão-Mestre da Ordem.

9.7. Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro, com respectivo diploma, em 25 de agosto de 1990 — Dia do Soldado, conforme Decreto de 9 de agosto de 1990, outorgada pelo Ministro do Exército.

9.8. "Medalha Centenário", por ocasião do Primeiro Centenário do Tribunal de Contas da União — 1890/1990 —, em 7 de novembro de 1990, com respectivo diploma.

9.9. Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria", em sessão plenária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no dia 1º de março de 1991.

9.10. Grande Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria" — símbolo da Presidência —, em sessão solene de posse, no dia 1º de abril de 1991.

9.11. Ordem do Mérito Forças Armadas — criada pelo Decreto nº 91.343 de 18-6-85. Admitido no grau de Comendador, por Decreto do dia 26-6-91, com respectivo diploma, cerimônia realizada no dia 25-7-91.

9.12. Medalha do Mérito Presidente Castello Branco, no dia 29 de outubro de 1991, por ocasião do aniversário da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, com respectivo diploma.

9.13. Ordem do Mérito "Forte São Joaquim", no Grau de Grande Oficial, com respectivo diploma, conforme Decreto nº 224, de 10-1-92 do Governo do Estado de Roraima.

9.14. Ordem do Mérito do Tocantins, no Grau de Grande Oficial com respectivo diploma, conforme Decreto nº 5.568, de 30 de abril de 1992 do Governo do Estado do Tocantins.

9.15. Ordem do Mérito Brasília, no Grau de Grande Oficial, com respectivo diploma, em 21 de abril de 1992, por ocasião do aniversário da cidade, outorgada pelo Governo do Distrito Federal.

9.16. Ordem do Mérito Naval, no Grau de Comendador, com respectivo diploma, conforme Decreto de 8-5-92, outorgada pelo Ministério da Marinha em 11 de junho de 1992.

9.17. Ordem do Mérito Militar, no Grau de Oficial, outorgada pelo Ministério do Exército em 25-8-92.

9.18. Ordem do Mérito Mato Grosso, no Grau de Grande Oficial, com respectivo diploma, conforme Decreto nº 1.970, de 22 de setembro de 1992, do Governo do Estado de Mato Grosso.

10. Outras informações

— Família paterna antiga e tradicional, destacando-se o pai, Desembargador LYCURGO NARBAL DE OLIVEIRA SANTIAGO, que foi membro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, bem como do Tribunal Regional Eleitoral, tendo sido seu Vice-Presidente. Antes, como Juiz de Direito, exerceu a magistratura nas comarcas de São Miguel do Guamá, Conceição do Araguaia, Altamira e Monte Alegre no interior do Estado e, por último, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, exerceu a judicatura na 2ª Vara Cível e 6ª Vara Criminal. O avô, Desembargador JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO, foi membro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, tendo sido seu Presidente em 1923, ano em que faleceu. Antes exerceu o cargo de Promotor Público de Pitimbu, na Paraíba, passando para Juiz Municipal de orfãos na Província de Goiás e, posteriormente, para a Comarca de Barcelos, no Amazonas e na própria capital, nas mesmas condições. Juiz de Direito das Comarcas de São Miguel do Guamá e Curuçá, no Estado do Pará.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — José Anselmo de Figueiredo Santiago.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 369, DE 1992 (Nº 728/92, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 20 a 23 de novembro de 1992, para realizar visita oficial a Dacar, a fim de participar da III Reunião de Cúpula do Grupo dos 15.

Brasília, 20 de novembro de 1992. — Itamar Franco.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Nº 265/92, de 20 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1992 (nº 2.630/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte — MG, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

— Nº 266/92, de 20 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1992 (nº 2.626/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba — PR, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

— Nº 267/92, de 20 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1992 (nº 2.625/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede em Salvador — BA, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

— Nº 268/92, de 20 do corrente, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1992 (nº 3.183/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a destinação das quotas de fundos ao portador e aos títulos ou aplicações de renda fixa ao portador ou nominativos-endossáveis mencionados no caput do art. 3º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, atualmente à disposição do Banco Central do Brasil, nos termos do § 2º do art. 7º e do caput do art. 9º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

— Nº 269/92, de 20 do corrente, comunicando a rejeição das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1992 (nº 2.251/91, na Casa de origem), que extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

— Nº 270/92, de 20 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1992 (nº 2.624/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre — RS, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 20-11-92.)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 168, DE 1992**

Dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, a custódia de valor de propriedade de terceiros e a compra e venda de ouro.”

Art. 2º O Banco Central do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições das operações com ouro, coibindo os abusos com a aplicação de pena nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo equiparar as empresas que operam no mercado de ouro às instituições financeiras.

Este projeto visa, ainda, a estabelecer condições para a fiscalização do Banco Central sobre as empresas que vendem ouro.

A elaboração desse projeto está ligada às queixas mais frequentes que chegam aos órgãos de defesa do consumidor contra as empresas que vendem ouro e que criam uma série de dificuldades aos investidores, quando esses querem fazer o resgate das suas aplicações.

Como o Banco Central só fiscaliza os negócios com ouro quando realizados por instituições que estão no mercado oficial de crédito, a única maneira de obrigar o Bacen a fiscalizar o mercado de ouro — que é considerado por aquela autoridade monetária como uma atividade comercial como outra qualquer — e equiparar as empresas que operam nesse mercado às instituições financeiras, uma vez que “ambas são captadoras da poupança popular”.

Essas foram as razões que nortearam a elaboração do projeto de lei que ora submeto à apreciação dos meus ilustres pares.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1992. — Senador **Márcio Lacerda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República.

**CAPÍTULO IV
Das Instituições Financeiras**

SEÇÃO I

Da Caracterização e Subordinação

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia do valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 825, de 1992, do Senador Esperidião Amim, solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, seja considerado como licença autorizada o dia 20 do corrente, quando participou, em São Paulo, da solenidade de inauguração da Feira “Simpi Negócios 92.”

O requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 826, de 1992, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, seja considerado como licença autorizada o dia 23 de novembro corrente, quando esteve ausente dos trabalhos da Casa para proferir palestra na reunião do Movimento Empresarial Pró-Pernambuco, em Recife.

O requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Presidência recebeu das Prefeituras Municipais de Concórdia e de Itajaí, Estado de Santa Catarina, os Ofícios nº S/73 e S/74, de 1992, respectivamente, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para contratarem operação de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Presidência recebeu, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fa-

zenda-SP, os Ofícios nº 947 e 1.020, de 1992, referentes a operações de crédito pretendidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos, para serem anexadas aos processados dos Ofícios nº S/69 e S/70, de 1992, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira)— Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores: chamou-me a atenção, na manhã de hoje, uma publicação da *Folha de S. Paulo* sobre a decisão do Governo da República de adquirir bolsas de estudos em colégios particulares para atender à demanda na faixa etária de 8 a 12 anos, correspondentes ao primeiro grau.

Sr. Presidente, na realidade, a educação deveria ocupar todas as preocupações não só dos governos estaduais, municipais e federal, mas de toda a sociedade brasileira.

Não há como pensar em País desenvolvido, em modernidade, sem atendermos às necessidades mais incipientes, mais urgentes da nossa sociedade.

A idéia do Ministro da Educação merece — como eu havia dito aplausos, mas devemos refletir sobre o tema, porque, em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Constituição determina que a educação de primeiro grau é obrigação dos municípios. Sabemos que isso não acontece em todo o Brasil. Há superposição de esforços ou intromissões de governos estaduais na oferta de vagas de primeiro grau, principalmente nas capitais e nas grandes cidades, onde governos estaduais e municipais, ao invés de assumirem as suas obrigações, disputam a popularidade e o poder. Acredito que, se houvesse consciência por parte dos administradores no sentido de que os recursos para a educação do primeiro grau fossem alocados para os municípios, teríamos melhores soluções.

O Ministro, na sua justificativa, diz que o custo/aluno, pela CNEC, é bem mais barato do que o custo/aluno na escola pública, tendo em vista a construção de escolas, a aquisição de carteiras escolares, livros etc. Não temos dúvida de que as escolas da CNEC devem ser ajudadas e precisam ser ajudadas, como todas as áreas da educação neste País. Mas dizer que a solução, para acomodar os alunos na idade escolar de 1º Grau, virá com bolsas da CNEC, é uma grande interrogação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobretudo porque as escolas da CNEC são em número reduzido.

Diz o Ministro: “Existem em quase todos os Estados”. Na realidade, as escolas da CNEC, quando existem, estão situadas nas capitais; e a grande dificuldade, a grande procura por matrículas está nas cidades menores, do interior.

Além do mais, não será uma única escola da CNEC, em cada Estado, que resolverá o problema de matrículas da população de todas as cidades brasileiras.

Sr. Presidente, eu não poderia me opor à iniciativa do Governo. O que me preocupa são essas medidas, a princípio, de cunho populista, sem raízes mais profundas na realidade brasileira e que podem se constituir numa aventura.

O Governo deve estar consciente da sua obrigação de oferecer matrículas nas escolas de 1º Grau, sobretudo agora, nesta miséria em que se transformou o Brasil de hoje. Portanto, o Governo deve oferecer alimentação, porque milhares

de crianças têm como única refeição diária a merenda escolar oferecida pela rede pública de ensino. Muitas vezes, por falta de seriedade na administração, essas merendas se destinam a fins eleitoreiros; prefeitos manipulam e distribuem como querem a merenda escolar; outros, até mesmo desvirtuam a sua finalidade, deixando-a apodrecer para servir de alimento aos porcos.

Sr. Presidente, é preciso seriedade na administração. A adoção do sistema de bolsas de estudos, no nosso entendimento, no máximo poderá ser uma medida de emergência, nunca um plano de governo, porque aí estaremos negando as finalidades da administração pública. Mesmo porque bolsas de estudos já existiram anteriormente, distribuídas pelos Srs. Parlamentares, que são verdadeiros termômetros do sentimento popular nas suas cidades e nos seus Estados; eles conhecem, pela sua vivência, os mais necessitados. Mas, não sei por que — eu não era membro do Congresso nessa época — essas bolsas foram extintas nos governos anteriores.

Duvido muito, Sr. Presidente, que através de convênios com prefeituras e governos estaduais, numa superposição de obrigações governamentais, com a interferência quase nunca benéfica do Estado no Município ou do Governo Federal no Estado, essa solução dê resultados.

De qualquer forma, aplaudo a medida do Ministro, neste momento de crise por que passamos, quando a educação requer de todos nós um esforço maior, uma conscientização maior das necessidades da nossa população carente.

Na última quinta-feira, tive a oportunidade de falar, desta tribuna, sobre a violência que nos preocupa, do número cada vez maior de crianças nas ruas, abandonadas, sem escola, sem lar e sem alimentação. No dia seguinte, o nobre Senador, Marco Maciel, ocupou a tribuna para falar da seca e da miséria que assola o Nordeste como um todo, lamentando o desespero das famílias, o desemprego e a fome dos trabalhadores.

Sr. Presidente, depois que o Senhor Presidente da República anunciou a alocação de recursos da ordem de 100 bilhões de cruzeiros para socorrer o Nordeste, criou-se uma expectativa de solução para os problemas e a população passou a cobrar dos governantes o equacionamento desses problemas. Infelizmente, até agora, não tivemos, ainda, nesta Casa, a oportunidade de ler e examinar a mensagem de abertura de crédito para tal fim. Já são decorridos mais de vinte dias da data em que o Governo Federal se comprometeu a socorrer o Nordeste com essa ajuda, que também não é solução, mas minoraria as necessidades daquela população maltratada, sofrida e faminta. No meu entendimento, dever-se-ia criar frentes de trabalho, novas opções, examinar profundamente o problema da irrigação e da fixação do homem à terra. Mas mesmo assim, depois da promessa de o Presidente da República assumir compromissos, Sr. Presidente, as medidas não podem ficar dormindo nas gavetas dos gabinetes ministeriais; a população não pode se decepcionar e deixar de acreditar nas decisões do Governo. É nesse sentido que, aplaudindo a intenção do Sr. Ministro da Educação quanto à oferta de matrículas para as crianças de 1º Grau, faço votos para que não seja apenas mais uma promessa, mais uma ilusão para a população, sem as medidas de efetivação esperadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Magno Bacelar, o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Antes de conceder a palavra ao orador seguinte, sinto-me no dever de esclarecer ao nobre Senador Magno Bacelar que o crédito destinado ao atendimento das vítimas da estiagem no Nordeste deverá ser incluído para votação na sessão do Congresso, já convocada para às 19 horas de hoje. Se isso realmente ocorrer, esperamos, ainda hoje, assinar o autógrafo respectivo para que o Senhor Presidente da República possa sancionar e, conseqüentemente, atender os Estados que foram mais cruelmente atingidos pela carência de chuvas este ano.

O SR. MAGNO BACELAR — Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, agradeço a informação, mas não retiro a crítica pela demora. E também informo que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ainda não examinou a matéria, porque eu faço parte da mesma. Mas agradeço a V. Ex^a o esclarecimento, fazendo votos para que, da mesma forma que V. Ex^a tem consciência de que as coisas são urgentes, o Governo também tenha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece, ainda, ao nobre Senador Magno Bacelar que as lideranças já firmaram um pedido de urgência a fim de viabilizar a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia do Congresso Nacional. Tenho recebido de vários Governadores de Estado, Senadores e Deputados, apelos candentes, veementes mesmo, para que garanta o exame dessa proposição no menor espaço de tempo possível. Ressalte-se que só na última quinta-feira a mensagem do Senhor Presidente da República chegou ao Congresso Nacional. Como sexta-feira não é, realmente, dia em que, na tradição da Casa, se convoca o Congresso, da mesma forma que segunda-feira, hoje é que seria a data adequada para se promover essa sessão do Congresso, já convocada para às 19 horas de hoje.

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Sr. Presidente, levando uma questão de ordem, para esclarecimento por parte de V. Ex^a.

A instituição dos blocos parlamentares, que, inclusive, consta no texto constitucional, começa novamente a ser objeto de várias articulações, principalmente na Câmara dos Deputados.

Houve uma modificação no Regimento do Senado, que diz o seguinte:

“As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.”

Como a prática do uso do bloco, este instituto está muito ligado a essa tendência de diminuição de partidos políticos, principalmente se for vencedor no plebiscito o sistema parlamentarista, gostaria de formular essa questão de ordem a V. Ex^a.

A informação é que a Câmara dos Deputados dispõe de um dispositivo, aquelas atribuições de plenário, mas as lideranças não perderiam suas estruturas administrativas.

Diz aqui: “as lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais”. A minha pergunta é: essas restrições significam efetivamente o quê? V. Ex^a tem condições de responder, em detalhes, sobre este assunto?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai responder à questão de ordem do nobre Senador Affonso Camargo, esclarecendo que a perda das prerrogativas das lide-

ranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar restringe-se a sua atuação em plenário, sem prejuízo de, na estrutura administrativa, permanecerem os gabinetes atuando dentro da conotação de Liderança, porque, desfeitos os blocos, evidentemente, a estrutura administrativa estaria prevalecendo.

É este o entendimento da Mesa, que neste momento transmite para o conhecimento de V. Ex^a.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parece que essa, também, é a interpretação dada na Câmara dos Deputados. Mas, realmente, havia dúvida quanto ao tipo de restrição, quando da formação dos partidos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Ex^a é o próximo orador inscrito. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto novamente a trazer a esta Casa as preocupações com a economia do País.

Li, hoje, nos jornais sobre as dificuldades que novamente surgem para que o salário mínimo seja reajustado em intervalos menores. Com o que concordamos, pois é inviável ficar 120 dias sem qualquer reajuste, numa inflação da ordem de 25% ao mês. A justificativa para essa dificuldade seria a alegação, verdadeira, de que isso implicaria num desequilíbrio financeiro do Sistema Previdenciário do País.

Todas as notícias lidas nesses últimos dias geraram perplexidade no País, com relação a como vamos resolver nossas contas, quanto ao problema surgido agora de como conciliar os aumentos das tarifas públicas com a outra ponta, o salário dos trabalhadores de menor renda.

Cada vez me convenço mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos que crescer economicamente. Um País como o Brasil não pode deixar de crescer. Temos de inverter aquela equação que tem predominado nos programas econômicos do País, de que devemos ter uma inflação, a menor possível, com o maior crescimento possível. Inverter essa equação partindo do princípio de que crescer bem, crescer àqueles níveis anteriores de 5% ao ano, com a menor inflação possível dentro desse crescimento, mas garantindo o crescimento econômico nacional.

Quando se fala em crescimento econômico, sem o que não teremos emprego — não teremos salário porque o emprego precede o salário —, não adianta imaginar que se vai ter um salário razoável e justo se não houver, antes, emprego. Para haver ofertas de emprego há necessidade de que tenhamos crescimento econômico e temos que pensar na infraestrutura do País.

Volto a tratar desse assunto, sem querer aborrecer a Casa, porque isso me preocupa permanentemente. Não consigo deixar de pensar quando vejo que o Sistema Rodoviário Nacional está à beira de um colapso. A última informação que tenho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem é que as faturas vencidas se aproximam, no momento, a 500 bilhões de cruzeiros.

Quando assumi, no dia 13 de abril, tínhamos uma dívida vencida de 196.4 bilhões. Nunca trabalhei inadimplente. Creio que o órgão público que não paga seus fornecedores, que não paga seus prestadores de serviço, não tem autoridade moral para exigir bons preços e bons serviços. Então, fomos atrás do dinheiro. A metade do dinheiro estava no Imposto

de Importação de Petróleo, que a Petrobrás não estava recolhendo e que passou a recolher, por uma decisão do Governo. Com isso, o recolhimento que a Petrobrás fez desse imposto foi, automaticamente, direcionado ao DNER. O restante, 50% das verbas de investimento para o DNER, foi objeto de uma programação feita entre o Ministério dos Transportes, das Comunicações com o da Economia e vinha sendo paga regularmente. Houve um déficit de faturas vencidas de 196.4 bilhões de cruzeiros no dia 13 de abril. No dia 10 de outubro já estávamos pagando as contas em dia. Estando com todas as faturas em dia, reiniciamos uma série de obras de manutenção e restauração de rodovias.

Regularizamos a situação com a Petrobrás, naturalmente, recolhendo esse Imposto, e no dia 2 de outubro, quando saímos do Ministério ainda deixamos alguma reserva no caixa. Tanto deixamos que as contas foram pagas regularmente até o dia 23 de outubro; no dia 30 já se devia novamente 200 bilhões de cruzeiros e hoje deve-se quase 500 bilhões de cruzeiros.

É evidente que os prestadores de serviços vão parar as obras, até porque depois de medido o serviço não há correção monetária nas faturas do DNER. Ninguém vai estar medindo serviço para não receber a sua fatura numa inflação que é mais de 1% ao dia útil.

Se não estudarmos, rapidamente, o sistema de financiamento — financiamento das rodovias —, esse problema se tornará gravíssimo!

Há outro problema maior: o dinheiro que vem do Imposto de Importação do Petróleo Bruto. Dinheiro que viria de uma estatal federal, do pagamento de um imposto federal que, até onde sei, não vem sendo recolhido, porque também alega que não lhe dão as tarifas adequadas, com o que não podemos concordar.

Por outro lado, o que considero muito grave é a estabilidade da programação financeira do Sistema Telebrás.

Todos nós sabemos que hoje a modernidade de qualquer país, o desenvolvimento econômico de qualquer país e a produtividade econômica de qualquer país estão intimamente vinculados ao seus serviços, que hoje chamamos de telemática, ou seja, o transporte de dados por telefonia.

O Sistema Telebrás vinha adquirindo uma imagem cada vez melhor no plano internacional, tanto que há pouco tempo, foi concebido pelo Governo um plano criando condições para que o Sistema Telebrás caminhasse pelas próprias pernas, dispensando qualquer auxílio do Tesouro. Mas, evidentemente, isso dependeria de a empresa ter uma programação muito clara, para que o sistema financeiro internacional pudesse liberar os financiamentos solicitados pela Telebrás, o que vinha acontecendo.

Agora, surge outra questão que está a merecer ampla discussão. Inclusive, já fiz sentir junto a outros Srs. Senadores, dentre eles o Líder Pedro Simon, de que estaríamos dispostos — é claro que o Governo faz o que acha que deve fazer, mas, como temos de ter uma visão continuada do poder público, com a nossa responsabilidade de querer que as coisas corram bem —, estaríamos dispostos, repito, a discutir, até mesmo, com o próprio Presidente Itamar Franco, para demonstrar a Sua Excelência que não há nenhuma dificuldade em conciliar as suas legítimas preocupações com os nossos cidadãos e as famílias de baixa renda, com a sequência de uma programação física, de objetivos físicos, no setor da telefonia do País. Do contrário, daqui a pouco também o sistema Telebrás vai entrar em colapso.

Dizia eu — tenho em mãos documento a esse respeito — que as tarifas dos serviços públicos não têm um referencial de comparação. E o referencial de que dispomos são as tarifas públicas internacionais, tarifas praticadas por outros países.

Tenho, aqui, uma série, tirada no ano de 1991, mostrando essa chamada Assinatura Básica Média: México, US\$7,31; Estados Unidos, US\$16,85; França, US\$7,11; Alemanha US\$16,07; Espanha US\$11,51; Inglaterra US\$13,00; Chile, US\$10,85; Argentina, US\$8,51, e, no Brasil, US\$2,20.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Exª me permite um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Exª, mais qualificadamente do que qualquer um de nós, fala, nesta tarde, sobre problemas que afetam a população e dizem respeito ao Ministério dos Transportes e ao Ministério das Comunicações. Fundamentalmente, é o que extraio do pronunciamento de V. Exª. E digo que V. Exª fala com mais propriedade do que qualquer outro de nós, justamente por ter exercido a pasta dos Transportes por duas vezes e, acumulativamente, o Ministério dos Transportes e das Comunicações, mais recentemente. Esses ministérios cuidam da realização de projetos de setores importantes que participam da infra-estrutura básica do País. e, Primeiro, a questão das estradas. Só quem viaja de carro ou de ônibus por este Brasil afora pode aferir, pode avaliar, com precisão, o estado calamitoso em que se encontram as nossas vias de escoamento de produção e de transportes de cargas e passageiros, e testemunha, de perto, a situação da Polícia Rodoviária, mergulhada num estado de penúria, que a impede de fazer a indispensável fiscalização necessária à segurança dos usuários dessas estradas. Gosto muito de viajar de carro. Recordo-me que, no ano passado, me dispus a ir de carro, com minha família, eu mesmo dirigindo, de Brasília para Natal. Isso, em dezembro do ano passado, e o estado das estradas era deplorável. Não tenho mais coragem de fazer essa viagem, apesar de todo o gosto que tenho de sair com minha família, viajar sem muita pressa, mas confesso a V. Exª e à Casa que não estou recolhendo coragem para fazer essa que seria uma verdadeira aventura, tão deplorável, ossas estradas. E o curioso, o interessante é que essas estradas, constituindo um elemento tão forte, um componente tão importante para a economia do País, continuem relegadas a segundo plano, digo mesmo, a terceiro, quarto plano. Quando V. Exª esteve à frente do Ministério dos Transportes, fez um esforço muito grande, e todos nós acompanhamos a atuação de V. Exª, no sentido de dar prioridade, pelo menos, à recuperação das estradas. V. Exª dizia: "Não vamos fazer estradas novas, vamos recuperar as existentes." A imprensa, à época, foi jocosa, quando V. Exª disse que "buraco em estrada é como cárie dentária, quando não se cuida ela se amplia e cresce". Muitos riram, mas é uma grande verdade. V. Exª confessou publicamente, e parece que muitas pessoas não levaram a sério a importância das estradas, não tinham consciência do que significam estradas esburacadas. Só ri, numa situação dessa, quem não reconhece a importância das estradas, num país tão extenso como o nosso. E quanto às comunicações? Estamos mergulhando, sim, quase numa situação caótica, também, nessa área. O Brasil já foi líder e ainda tem uma posição privilegiada, no mundo inteiro, nas comunicações telefônicas, na informática, que está casada com as comunicações. Mas me preocupa, nesta hora em que V. Exª

traz esse assunto tão importante, a hesitação do Presidente Itamar Franco em reajustar as tarifas para, já não digo fazer investimentos na área da infra-estrutura, mas, pelo menos, possibilitar a manutenção do processo. Com essa hesitação do Presidente, estamos todos convencidos, não se resolverá a inflação, não se melhorará a qualidade de vida da população. O fato de não se reajustarem o preço dos combustíveis e as tarifas de energia elétrica, dos correios e dos telefones, não fará com que se resolvam todos os problemas do País. O Presidente precisa ser melhor esclarecido, deve ser melhor orientado pelos seus assessores, por aqueles que lhe são mais próximos, porque todos sabem que o adiamento do reajuste de uma tarifa só irá adiar o processo para amanhã. De modo que V. Exª traz, com muita propriedade, essas preocupações, das quais também participo e, tenho convicção, toda a Casa.

O SR. AFFONSO CAMARGO — V. Exª já viu algum país desenvolvido com estrada ruim? Esse é o problema.

Sr. Presidente, continuo com os dados que tenho em mãos e que são muito interessantes:

O termo técnico utilizado chama-se Minuto da Telefonia Local.

Em dólar: México, 0,043; França, 0,020; Alemanha, 0,027; Espanha, 0,060; Inglaterra, 0,083; Chile, 0,041; Argentina, 0,019; Brasil, 0,012.

Eu creio que todo o dilema está em descobrir quem é o vilão da inflação. Por exemplo, em relação às tarifas públicas, qual seria a tarifa justa? Em primeiro lugar, a tarifa justa seria aquela que não suplantasse, que não estivesse acima das tarifas internacionais, para não se criar mais um componente anticompetitivo para o País; em segundo lugar, uma tarifa que desse condições a que os programas físicos de entrega de telefones e de linhas fossem cumpridos; em terceiro lugar, que se utilizasse até a própria tarifa como um instrumento de distribuição de renda, o que é possível fazer.

Eu creio que aquela idéia de se vincular a ficha do telefone público — tanto local, como internacional — com a periodicidade do salário mínimo e a variação de acordo com a inflação também tem a ver com a transferência de renda, porque, na verdade, o trabalhador de salário mínimo não tem telefone. O que nós podíamos é melhorar os serviços de telefones públicos, colocando mais aparelhos e melhorando as condições de comodidade para, naturalmente, beneficiar as classes de menor renda.

Então, tudo isso não é difícil de resolver. O que nós temos é que sentar e, dentro desse programa de tarifas públicas, resolver tudo isso. Volto a dizer que, sem desenvolvimento econômico, não teremos emprego; sem emprego, não vai haver salário; e, sem infra-estrutura, não vai haver desenvolvimento econômico.

A minha preocupação é que, na medida em que nós demoramos para resolver esse problema — o do sistema Telebrás, que é específico, pois, sob o aspecto moderno, essa pode ser a infra-estrutura mais importante que existe — nós podemos, a cada dia que passa, perder um mês depois na recuperação.

Recebi, portanto, esses dados, que são importantes na medida em que comprovam que as nossas tarifas não estão acima das tarifas dos outros países, porque, se estivessem, tudo que estávamos falando aqui não seria verdadeiro. Mas, como elas estão abaixo, temos um espaço para trabalhar.

É a preocupação que trago. V. Exª citou-a muito bem, e eu, às vezes, fico me perguntando: será que vão pensar que não desencarnei do Ministério? Creio que não. Acho

que temos a obrigação, pelas informações que tínhamos. Acredito que qualquer um dos colegas que estivesse num Ministério ia fazer o mesmo, ia trazer as informações no sentido de ajudar o Governo. Quer dizer...

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Exª tem a obrigação de prestar essa colaboração, porque conviveu com os problemas. Seria omissa se não revelasse aqui essas preocupações internas do Ministério, que, V. Exª conhecendo muito bem e traz aqui à luz para todos nós.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Para finalizar, gostaria de colocar uma outra reflexão que venho fazendo. Nós todos refletimos o dia inteiro e, nos momentos em que estamos solitários, pensamos sempre no País, nessa necessidade urgente de que se anuncie efetivamente o programa do Governo. Acho que não se deve mais falar em programa de Governo transitório, porque Governo transitório não faz a reforma administrativa que foi feita por este Governo. Se o Governo fez uma reforma dessa profundidade é porque já se tinha como um Governo definitivo.

Então, eu sinto, Senador Jonas Pinheiro e Senador Almir Gabriel, que a economia está com o pé no freio, no País inteiro, quando um País com o nosso crescimento demográfico precisa da economia com o pé no acelerador. Agora, para pôr o pé no acelerador, tem que ter direção, tem que saber qual é o caminho que vai ser percorrido. Quer dizer, não havendo clareza no caminho, regras de jogo, todo mundo põe o pé no freio. Então, é essa a dificuldade que o Brasil tem que enfrentar: economia com o pé no freio. Os empresários puseram o pé no freio das suas empresas, porque estão com dúvida e não querem correr grande risco.

De modo que eu estou, agora, trazendo esta idéia e anunciando, já para esta semana, o programa do Governo. Não sei se exagero na minha avaliação — V. Exª, inclusive, além de médico é um sociólogo —, mas, na medida em que não se tem idéias fortes para serem discutidas, começa-se a discutir o comportamento das pessoas. Ou seja, começa-se a discutir se o Presidente deveria ficar mais dias ou menos dias em Juiz de Fora. Isso não tem nada a ver com o problema brasileiro. Nós temos que discutir as idéias do Governo, as propostas do Governo e todos nós queremos que o Governo vá bem, e é esse o sentido do meu discurso.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Almir Gabriel — Nobre Senador Affonso Camargo, em primeiro lugar, resalto, realmente, a experiência de V. Exª nas matérias que esteve tratando. Em segundo lugar, tomo em conta um aspecto: o preço das tarifas e as suas comparações com as tarifas de outros países, desenvolvidos e não desenvolvidos, e, portanto, alguns comparáveis com a situação brasileira. Eu creio que a sinalização dada pelo Presidente da República, no que respeita ao aumento de tarifas públicas e do petróleo, é no sentido de que as nossas estatais percam a condição que, até hoje, desfrutaram. Eu sou ex-servidor da Petrobrás. Logo que me formei, trabalhei, durante um bom período, em Conceição do Remã, no rio Madeira, lá no interior do Amazonas, e posso dizer a V. Exª que foi uma das mais bonitas experiências de vida que tive, além da experiência profissional. Lembro-me que quando se começou a sentir cheiro de óleo na sonda, todos os trabalhadores — éramos cento e dezesseis — deixaram de dormir, esperando o momento de jorrar petróleo no poço que estávamos cavando. Lembro

bem que, conversando com o pessoal que tinha vindo do Conselho Nacional de Petróleo, eles diziam, dentro de toda a sua rudeza e de toda a sua clarividência, que eram mais importantes do que os generais, porque deles dependia a independência econômica do Brasil. Isso até hoje é uma marca para mim de extrema importância, pelo patriotismo, pela seriedade, pela dedicação daquelas pessoas todas. Dizendo isso, digo a V. Ex^a que sou um apaixonado pela Petrobrás; todavia, faço uma reflexão importante: a Petrobrás, hoje, não tem estudo de custo de cada um dos seus produtos. Quer dizer, como uma empresa estatal do porte da Petrobrás, que é a oitava maior do mundo, que chega a ter um faturamento correspondente a 14 bilhões de dólares neste País — portanto um dos maiores faturamentos que se possa ter dentro de um país por uma só empresa — não pode responder de maneira correta qual o custo de cada matéria por ela produzida em cada centro de produção. Assim como a Petrobrás, temos também problemas equivalentes em outras estatais brasileiras. Então, acho que a frase do Presidente Itamar Franco, de que as tarifas não devem ser corrigidas pela inflação, é exatamente para submeter cada uma das estatais a uma reflexão maior, a de que o capital dessas estatais foi feito à custa de menos peixe frito, de menos farinha, de menos comida, de menos vestimenta, de menos material escolar, sobretudo da população mais pobre, que é quem mais paga imposto, proporcionalmente, neste País. Então, os funcionários, os servidores, os técnicos, a direção da Petrobrás, como das outras estatais, precisam não perder de vista exatamente esse fato, de que o capital delas significa o sangue, o suor, o sacrifício da população mais pobre deste País. Dentro disso, diria que nem sou a favor de que se deva retardar o ajustamento das nossas tarifas indefinidamente, nem que também se dispensem as estatais de fazerem uma reflexão, uma autocritica e verificarem de que maneira podem produzir melhor, especialmente tomando em conta a população brasileira e a situação calamitosa em que ela vive. Quando V. Ex^a colocou o exemplo de tantos outros países e falou da questão da ficha telefônica, eu me lembrei de quanto é o salário mínimo em cada um desses países: nos Estados Unidos, são 600 dólares; no Canadá, são 900 dólares; na França, acima de 600 dólares; no Peru, aqui mesmo na América Latina, são 250 dólares. O Paraguai e a Argentina também têm salários mínimos muito superiores ao nosso, que está em torno de 50 dólares. Então, o que considero é que é absolutamente indispensável, nesse caminho de retomada do crescimento — e V. Ex^a tem inteira razão, não adianta sonhar, temos que crescer para ter emprego, temos que ter emprego para ter salário —, termos uma melhor distribuição de renda. Quer dizer, temos que ter crescimento econômico, temos que ter maior oportunidade de emprego, temos que ter melhores salários, temos que ter uma melhor distribuição de renda de modo que aquele limite entre o custo mais baixo de produção seja alcançado por aquele que troca o seu esforço, o seu trabalho, a sua energia física para poder desempenhar uma atividade capaz de lhe remunerar no mínimo possível. O que nunca deixo de refletir é o seguinte: por que neste país as pessoas que têm 1, 2 ou 3 salários mínimos têm de pagar com 10, 12 ou 15 anos menos de vida do que aqueles que ganham 5 salários mínimos ou mais? Essa é a grande tragédia nacional, é o grande drama nacional. Acho que V. Ex^a tem razão, tomando em conta a experiência que V. Ex^a tem, certamente, com a experiência de todos os Srs. Senadores, nós podemos sair para uma outra reflexão maior: qual é o projeto de Brasil que nós queremos?

Eu ouvi o Ministro Paulo Haddad, e fiquei feliz da vida, falando sobre o objetivo de reconstituir o planejamento. Sempre soube que quanto mais dramática é a situação de uma pessoa ou de uma família mais ela necessita planejar as suas despesas e como vai gastar o dinheiro. Neste País não. Neste país quanto mais dramática é a situação, mais ele gasta de maneira aleatória, sem um rumo certo. Isso não é apenas uma decisão do Governo, tem de ser também da sociedade e tem de ser também dos políticos. De maneira que chama e urge propor senão um plano extraordinário, mas pelo menos um balizamento inicial em cima do qual a classe política, os empresários, os trabalhadores e o próprio Estado brasileiro possam caminhar segundo esse plano de médio prazo para o País. Era o que gostaria de colocar.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Muito obrigado, Senador Almir Gabriel. V. Ex^a deve ter percebido que não há qualquer contradição entre as nossas posições, até porque, nessa relação, eu não tinha a ficha telefônica; era só a assinatura básica. O que é tarifa justa? É aquela que não deve ser maior do que a dos países assemelhados aos nossos e que dê para cumprir os compromissos; que possa até ser instrumento de distribuição de renda para os mais pobres. Em nenhum momento falei em fazer o reajuste de acordo com o índice inflacionário. Estou de pleno acordo em que as estatais têm que partir para uma reformulação; queremos, corporativisticamente, uma idéia de que o dono da estatal é o servidor; e o dono da estatal é a sociedade inteira. Acho que devemos ter Conselhos de administração com o efetivo poder de decisão, onde participassem representantes da sociedade da maior categoria para se ter uma segurança, onde os maiores empresários, os mais modernos sindicalistas estivessem presentes; os usuários, os produtores, ou seja, fazer com que realmente ela fosse uma estatal da sociedade como deve ser. Não tenho dúvida com relação a isso. A minha preocupação maior é — e V. Ex^a falou no programa — que estamos na expectativa do anúncio do programa. Infelizmente, por um fato que ocorre nas famílias, a mãe do Presidente Itamar Franco adoeceu e o seu estado ficou mais grave e não pudemos ouvir o seu anúncio na quarta-feira da semana passada. Há que haver uma proposta para o País. Percebo isso conversando com os menores empresários do sistema produtivo de todas as áreas. O meu Estado é eclético, todo mundo sabe que o Paraná é um Estado que distribuiu muito bem os setores da agricultura, comércio, indústria, serviços e está todo mundo meio parado. Só não pára aquele que está em cima da bicicleta, porque se parar, vai morrer. Mas quem puder, hoje, vender o seu equipamento, vender o seu galpão, vender a sua máquina e aplicar o dinheiro no sistema financeiro, que lhe paga 2 a 2,5% real ao mês, onde ele tem um juro real que não se pratica em nenhum lugar do mundo, e esse, para mim, é o vilão da história, não é a tarifa, não é nada, é o juro que é pago, partindo do princípio dos teóricos monetaristas, de que o juro alto é um inibidor de demanda, como se a nossa inflação fosse de demanda; quando a nossa inflação é muito mais de custo do que de demanda, e esse juro acaba alimentando a inflação. Mas esse, afinal, é um tema para discutirmos em outro momento. Estou numa linha altamente positiva, não estou aqui fazendo críticas, apenas levantando preocupações, porque não seria legítimo que eu fizesse críticas tendo saído do Ministério.

Tenho conversado com o Ministro Hugo Napoleão, tenho conversado com o Ministro Alberto Goldman, trocamos as

nossas preocupações, pois todo mundo está preocupado com isso. O Ministro Alberto Goldman, que assume no DNER, daqui a pouco estará devendo 500 bilhões de cruzeiros de faturas vencidas; como é que ele vai fazer? Evidentemente que todas as construtoras já estão começando a parar as obras, e daqui a pouco, não haverá mais rodovias no País.

Então, esse é o tema que volto a tratar neste plenário, porque é uma preocupação profunda que eu tenho. Acho que alguém está com as informações na mão, como eu que sabe o que está acontecendo agora, tem que trazer como preocupação a esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Affonso Camargo, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência gostaria de solicitar aos nobres Srs. Senadores o cumprimento do tempo, pois se acham inscritos nesta tarde para falar 10 Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a assumir esta tribuna, depois de longa ausência, já que estive ocupado com outras matérias nas comissões desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, não poderia furtar-me, nesta hora, de lançar, no Senado da República, algumas preocupações, alguns pontos de vista para a reflexão.

Porque, Sr. Presidente, o País passou por uma experiência inusitada na vida política nacional. O Brasil atravessou as turbulências de um processo de **impeachment**, que ainda se prolonga, mas que a sua fase mais efervescente por certo já passou. E o País atravessou essa tempestade de forma tranqüila, natural, mostrando para o mundo a maturidade de suas instituições democráticas, a atuação independente do Poder Legislativo — a atuação sobrestada do Poder Judiciário e até poderíamos dizer: a atuação constitucional do Poder Executivo.

De tudo isso restou o que eu chamaria a interinidade. O Presidente da República foi suspenso de suas funções, na forma do art. 86 da Constituição Federal e o Vice-Presidente assumiu temporariamente a Presidência da República. Convivemos com dois Presidentes: um suspenso, outro em exercício. Não temos ainda um governo definitivo, e vejo não com preocupação, devo dizer, mas, por uma questão de justiça, diariamente a imprensa brasileira traz a lume manifestações de homens públicos que, na sua essência, cravam críticas ao Governo Itamar. E essas críticas poderiam ser resumidas em dois pontos fulcrais: a inércia governamental e a desavença da equipe ministerial.

Entretanto, Sr. Presidente, cabe, preliminarmente, lançar aqui uma pergunta, no mínimo, lógica: O Governo Itamar já teve início? A resposta é clara: não. Estamos vivendo ainda esta interinidade, e o Governo, transitório, não pode tomar medidas de caráter definitivo, porque lhe carece legitimidade perante a Nação para lançar metas e programas definitivos.

Esta é uma situação anômala. Não há dúvidas de que hoje vivemos o que eu chamaria de limbo presidencial, um limbo do Poder Executivo; e, numa visão dantesca, não podemos transformá-lo em purgatório, nem em inferno, porque talvez o céu seja impossível. É um momento em que o Governo

deveria levar no tempo para, sem traumas, desassossegos, temores ou sobressaltos passar por este período sem causar maiores danos à Nação, até o julgamento final do processo por esta Casa.

A rigor, Sr. Presidente, o Presidente em exercício conseguiu, neste curto espaço de tempo, montar o Ministério do possível; o Ministério da congregação de forças para esta travessia difícil e desconhecida. O Governo Itamar Franco não fez milagre, como não poderia fazê-lo ninguém; mas montou uma equipe que é um somatório de apoiantes para preservar a governabilidade. Se é um Ministério de notáveis, o silêncio talvez recomende a reflexão; mas é, sobretudo, um Ministério ético. Quanto a este ponto acredito que não há maiores discordâncias.

O Presidente Itamar recrutou sua equipe no seio da Câmara dos Deputados e do Senado da República em sua maior parte, homens honrados e com experiência e compromisso com a ética na política. Mas recrutou também técnicos como Paulo Haddad, como Murílio Hingel, que têm demonstrado conhecimento no trato da administração pública e, principalmente, têm evidenciado a disposição de bem servir ao País. Não faço aqui uma análise dos nomes; apenas de forma emblemática citei duas figuras ministeriais, que são da estrita confiança e do convívio próximo do Presidente Itamar Franco.

É evidente, Srs. Senadores, que este período estranho e passageiro há de findar; e apesar de certo nervosismo das bolsas de valores — onde esse estado de espírito é quase que natural e permanente — a inflação, a rigor, não deu saltos assustadores; a vida democrática continua normalmente.

Críticas não de ser feitas, porque criticar é, sobretudo, o exercício de um direito e de um dever inerentes à democracia, onde se pressupõe a alternância do poder. E crítica entendida sem adjetivos tem o dever de colocar-se numa posição de observação e reflexão acerca dos angustiosos problemas que nos afligem. A crítica entendida como apreciação minuciosa dos atos, omissões, propostas ou projetos do Governo deve apontar-lhe os defeitos, ou até mesmo as perfeições, se houver.

É evidente que deste Governo cobra-se, a toda hora, uma fala presidencial; o lançamento de um plano de curto, médio ou longo prazo. Todavia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, seria lógico, seria imperioso exigir de um governo — que ainda não alcançou a legitimidade de governar de forma peremptória — o lançamento, para a Nação, de fórmulas que entenda necessárias para desatolar o País da recessão, para minorar os efeitos da miséria, da fome, da desnutrição e do sofrimento do povo.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. AMIR LANDO — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, ouço seu pronunciamento com a atenção merecida e, em muitas observações, até concordo com V. Exª. Permita, porém, que lhe pondere que há críticas, reflexões ou advertências que estão sendo levadas ao Governo que visam exatamente conduzi-lo à linha do seu pronunciamento. Quando, por exemplo, o Presidente interino, como V. Exª chamou, ou o Chefe de um governo provisório, encaminha ao Congresso uma proposta relativa ao ajuste fiscal da extensão e da profundidade que envolve a reforma da Constituição em múltiplos aspectos, evidentemente o Governo está indo além daquela competência que lhe é própria, segundo o pronunciamento de V. Exª.

O SR. AMIR LANDO — Acolho como logicamente perfeito o aparte de V. Exª, que tem toda razão: V. Exª, com acuidade e sabedoria que sempre festejamos nesta Casa, dá um passo adiante e coloca uma questão que merece análise.

Concordo com V. Exª e diria até que o Governo fez demais neste aspecto, mas não poderia fazer tanto quanto se lhe exige; e V. Exª também ponderou um aspecto, nesta Casa, em outras circunstâncias, a respeito da inconstitucionalidade da medida provisória da reforma administrativa. Concordo plenamente e dizia que a crítica é necessária, ela não pode silenciar em momento algum da democracia. A crítica é esse compromisso com o melhor, com o aprimorar. Assim, é necessário que de forma permanente se exercite a crítica.

Mas, alguns pontos são necessários esclarecer perante a Nação, já que a maioria das críticas se dirige à inércia e às desavenças na equipe de governo do Presidente Itamar Franco. É evidente que é neste particular que eu gostaria de me posicionar, porque o País está ansioso, impaciente; e é normal que isso ocorra. Os problemas se arrastam há décadas. Não são apenas reflexos exclusivos do Governo Fernando Collor. É evidente. Mas, as soluções sempre são apontadas no horizonte da Nação e sempre postergadas para o além deste limite de tempo e de espaço.

É nessas condições que eu entendi de colocar, diante do Senado da República, alguns pontos, porque, como eu dizia, apesar de todo esse terremoto na vida política nacional, conseguimos fazer essa travessia dentro da ordem, da Constituição e da Lei. E é claro que a democracia é, sobretudo, como ensinava Hans Kelsen, "um caminho da progressão para a liberdade". Para a liberdade, dizia Kelsen; para a libertação, digo eu.

Óbvio que esse quadro social, nas lindes da desagregação, precisa ser atacado urgentemente.

Todavia, o Presidente da República em exercício carece dessa legitimidade para agir nesta hora, oferecendo à Nação um programa de profundidade, porque nós temos que, realmente, reexaminar o papel do Estado no Brasil. Nós temos que repensar a modernidade. Não podemos ficar apenas discutindo procedimentos. Precisamos ir, substantivamente, nas questões.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite uma nova intervenção?

O SR. AMIR LANDO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho - Quero louvar a posição de V. Exª neste ponto, e nisto o Governo precisa atentar profundamente, porque a tendência dominante, por equívoco, numa larga parcela da sociedade brasileira e em ângulos do Governo, é de um liberalismo econômico doentio. É preciso que o Presidente reaja e, ao que se sabe, o Presidente não é de tendência ao liberalismo econômico que destrói o Estado. Ao contrário. A tradição de Sua Excelência, deixada nesta Casa, é da justa intervenção do Estado no domínio econômico. Então, o Senhor Presidente precisa estar atento para que alguns de seus Ministros não desfaçam suas intenções.

O SR. AMIR LANDO — Mais uma vez V. Exª dá luz às trevas do meu discurso.

Concordo com V. Exª, quando diz que é este o ponto central da questão — e já temos aqui com V. Exª dialogado a respeito dessas questões, eu ouvindo e V. Exª fazendo escólio. Não vamos continuar com esse discurso da modernidade

vazia, onde o que se busca é a destruição de todos os mecanismos do Estado para intervir na ordem social e econômica.

O Estado tem esse papel de árbitro, mas, mais do que isso, ele ampara as diferenças sociais e econômicas. Em certas circunstâncias, como já se afirmou, a liberdade oprime, a lei liberta. A lei é exatamente esta marca, como ensinava Josseland, da intervenção do Estado para promover a igualdade pressuposta na ideia liberal, viciada por um formalismo que realmente oprime. E estas questões, que são de conteúdo substantivo, neste momento, estão vetadas à atuação do Governo interino do Presidente Itamar Franco. Por que alguém poderia objetar? Porque aí é o império não do que se fala, do presidencialismo imperial, mas o império do Estado, este poder que está acima de todos, mas abaixo da Constituição, que deverá realmente ser acionada para se promover mudanças substanciais na vida social e econômica do País.

Vivemos um quadro aterrador: a fome, a desnutrição, a miséria absoluta; metade da população rural migra, peregrina sem domicílio, sem rumo, sem destino e sem esperança. A questão agrícola é séria. A safra que aí está será reduzida substancialmente, porquanto se tornou inviável a atividade agrícola sustentada em juros cujas taxas são proibitivas para a atividade. É impossível levar a efeito atividades na produção agrícola com as taxas de juros vigentes no mercado.

A questão agrária, é preciso retomar a distribuição desse imenso território para os sem-terras, para os "sem-amanhã", para os "sem-nada". Mas precisamos contestar esse regime de tenência da terra, seja da propriedade improdutiva, seja da posse, ilícita muitas vezes.

Sr. Presidente, vejo que o pirilampo já me aponta, aqui, a hora de partir e a madrugada do meu tempo se acabou. Mas não poderia deixar de passar, aqui, nesta Casa, sem gravar o meu sentimento com referência às preocupações mais emergentes que me assolam nesta hora e neste momento. O Presidente Itamar Franco, em verdade, conseguiu, através de uma engenharia sutil de política, montar uma equipe ministerial, buscando os melhores quadros dentro das agremiações partidárias e de uma equipe que lhe pareceu sobretudo confiável.

Realmente, é uma difícil tarefa essa travessia da interinidade, mas é preciso ter paciência e calma... Calma e paciência!... Não se trata de uma obra como "A Insustentável Leveza do Ser", mas é principalmente a necessidade de sustentar a leveza do Poder. O Presidente Itamar Franco — e esperamos que assim ocorra — deve atravessar esse limbo presidencial com a lhanza, a sabedoria e talvez o silêncio mineiro, virtude tão particular de Minas Gerais.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Antonio Mariz — Aureo Mello — César Dias — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suaragy — Eduardo Suplicy — Esperidião Amin — Eva Blay — Francisco Rollemberg — Hydekel Freitas — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Mário Covas — Onofre Quinan — Ronaldo Aragão — Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos iniciar a Ordem do Dia e, logo em seguida, cumpriremos o restante da lista de oradores, com os Senadores Garibaldi Alves Filho, Ney Maranhão, Eduardo Suplicy, Josaphat Marinho, Jutahy Magalhães, Aureo Mello e Valmir Campelo, nessa sequência de inscrição.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 828, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de autoria da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1992. — **Ronaldo Aragão — Jutahy Magalhães — Esperidião Amin — Elcio Álvares.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 342 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 829, DE 1992

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para participar da Delegação do Brasil à XLVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qualidade de Observador Parlamentar, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1992. — **Senador José Sarney.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - De acordo com o art. 40, § 1º, do Regimento Interno, esse requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 65 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1992 (nº 2.628/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis-SC, e dá outras providências, tendo pareceres, proferidos em plenário

-1º pronunciamento, Relator: Senador Esperidião Amin, favorável ao Projeto;

-2º pronunciamento, Relator: Senador Bello Parga, favorável às duas emendas de plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de ontem.

Passa-se à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

É O SEGUINTE O PROJETO APROVADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1992

(nº 2.628/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis-SC, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis-SC, tem sua composição aumentada para dezoito Juizes, sendo doze Togados Vitalícios e seis Classistas Temporários, respeitada a paridade da representação.

Parágrafo único. Dos cargos de Juizes Togados Vitalícios constantes deste artigo, oito são destinados à magistratura trabalhista de carreira, dois à representação da Ordem dos Advogados do Brasil e dois à representação do Ministério Público do Trabalho.

Art. 2º Para atender à composição a que se refere o artigo anterior, são criados os seguintes cargos e funções de juiz:

I — três cargos de Juiz Togado Vitalício, a serem providos em consonância com o artigo 115 da Constituição Federal;

II — duas funções de Juiz Classista Temporário, sendo uma para representante dos empregados e uma para representante dos empregadores. Haverá um suplente para cada Juiz Classista Temporário.

Art. 3º O provimento dos cargos e funções de Juiz previstos no artigo anterior obedecerá ao que dispõe a Constituição Federal e a legislação pertinente.

Art. 4º Dentre os Juizes Togados Vitalícios dois exercerão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal e um a função de Corregedor, e serão eleitos na forma regimental.

Art. 5º Além do Tribunal Pleno, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região será dividido em Turmas e terá pelo menos uma Seção Especializada, respeitada a paridade da representação classista.

§ 1º O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre o número de Turmas e Seções Especializadas, sua competência e funcionamento, neste incluída a composição do órgão, respeitada a paridade da representação classista.

§ 2º Na hipótese de serem criadas mais de uma Seção Especializada, apenas para uma delas, serão distribuídos os processos de Dissídio Coletivo de natureza econômica e/ou jurídica.

§ 3º É facultado ao Juiz Presidente e ao Vice-Presidente do Tribunal participarem do julgamento de Dissídio Coletivo de natureza econômica e/ou jurídica. Presente o Juiz Presidente do Tribunal, caberá a ele presidir a Sessão de Julgamento.

§ 4º Os Juízes da Seção ou Seções Especializadas serão substituídos, nos casos previstos em lei e no Regimento Interno, por Juízes integrantes das Turmas, observada a paridade da representação classista.

Art. 6º Ficam criados os cargos de Assessor de Juiz, do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, Código TRT-DAS-102, e os cargos de Diretor de Secretaria, Código TRT-DAS-101, conforme especificados no anexo I desta lei.

§ 1º Os cargos de Assessor de Juiz privativos de Bacharel em Direito, serão preenchidos mediante livre indicação dos magistrados junto aos quais forem servir.

§ 2º A classificação dos cargos de Direção e Assessoramento Superior, na escala de níveis do respectivo grupo, far-se-á por deliberação do Pleno do Tribunal, observada a legislação vigente.

Art. 7º Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região os cargos de Atividades de Apoio Judiciário, conforme especificados no anexo II desta lei, a serem providos na forma estipulada na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais).

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Justiça do Trabalho.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO - I

Lei nº , de de 1992

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA

CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO	NUM.	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Direção e Assessoramento superior - código TRT-12º-DAS-100	6	Assessor de juiz	TRT-12º-DAS-102
	3	Diretor de Secretaria	TRT-12º-DAS-101

ANEXO - II

Lei nº , de de 1992

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA

GRUPO	CATEGORIAS FUNCIONAIS	NUM.	CÓDIGO	CLASSES E REFERÊNCIAS
Atividades de Apoio Judiciário - Cód. TRT-12º-AJ-020	Técnico Judiciário	10	TRT-12º-AJ-021 (Nível Superior)	A NS-10 a NS-15 B NS-16 a NS-21 Esp. NS-22 a NS-25
	Auxiliar Judiciário	20	TRT-12º-AJ-023 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35
	Atendente Judiciário	20	TRT-12º-AJ-025 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35
	Agente de Segurança Judiciária	10	TRT-12º-AJ-023 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Votação em globo das emendas de parecer favorável.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 389, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1992 (nº 2.628, de 1992, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1992 (nº 2.628, de 1992, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis, SC, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de novembro de 1992.
— Mauro Benevides, Presidente — Iram Saraiva, Relator
— Lavoisier Maia — Lucidio Portella.

ANEXO AO PARECER Nº 389, DE 1992.

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede em Florianópolis, SC, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

EMENDA Nº 1

(corresponde à Emenda nº 1 — Plenário)

Suprima-se do texto o § 2º do art. 6º, passando o § 1º a ser denominado parágrafo único.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2, de Plenário)

O anexo I do Projeto passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I

Lei nº , de de 1992

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria

Cargos em Comissão

ANEXO I

Lei nº , de de 1992

**Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria**

CARGOS EM COMISSÃO

Grupo	Denominação	Número	Código
Direção e Assessoramento Superior	Assessor de Juiz	6 (seis)	TRT-12º DAS-102.5
Código TRT-12º DAS-100	Diretor de Secretaria	3 (três)	TRT-12º DAS-101.5

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2:

MENSAGEM Nº 359, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e do Regimento Interno.)

Mensagem nº 359, de 1992, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento do Programa Infra-Estrutura Básica — Saneamento-Fortaleza — CE. (Dependendo de parecer.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello para proferir parecer.

PARECER DE PLENÁRIO

Sobre a Mensagem nº 359, de 1992 (Mensagem nº 710, de 18-11-92, na origem) do Senhor Presidente da República e o ofício "S" nº 51, de 1992 (Of. nº GG nº 288/92 de 13-10-92, na origem), do Senhor Governador do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$199,200,000.00, ou seu equivalente em outra moeda, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento do Programa de Infra-Estrutura Básica — Saneamento — Fortaleza — CE.

O SR. AUREO MELLO — (PRN — AM. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, somos de entendimento que deve ser apresentado um projeto de resolução justamente autorizando o Governo do Estado do Ceará a contratar a operação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor supramencionado e destinada também ao financiamento do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento, na cidade de Fortaleza.

Esse projeto de resolução, que terá dois artigos, tem um parágrafo que diz que a operação de crédito externo, referida nesse artigo, destina-se ao desenvolvimento de um Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento da cidade de Fortaleza — CE.

Em seguida, passou o parecer à Mesa para os devidos fins.

PARECER , DE 1992

Vem a esta casa, atendendo ao disposto no inciso V, do art. 52 da Constituição Federal, Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República (Mensagem nº 359, de 1992) solicitando autorização para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente em cruzeiros a até US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-ame-

icanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para desenvolvimento de um Programa de Saneamento e Infra-Estrutura Básica na cidade de Fortaleza — CE.

A operação em análise comporta 2 parcelas distintas: US\$159,300,000.00 (cento e cinquenta e nove milhões e trezentos mil dólares norte-americanos) do capital ordinário do BID, e US\$39,900,000.00 (trinta e nove milhões e novecentos mil dólares norte-americanos) de recursos do Fundo de Operações Especiais, com contrapartida por parte do Estado do Ceará no valor de US\$60,400,000.00 (sessenta milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos).

O contrato tem as seguintes características:

Mutuário: Governo do Estado do Ceará;

Pedido: formulado pelo Exmº Sr. Governador do Estado;

Natureza do contrato: empréstimo externo;

Natureza jurídica do mutuário: Pessoa jurídica de direito público interno;

Mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID;

Moeda: Dólar norte-americano;

Valor: US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), composto de duas parcelas, uma de US\$39,900,000.00 e outra de US\$159,300,000.00.

Finalidade: Financiar o Programa de Infraestrutura básica-Saneamento de Fortaleza.

a) Parcela de US\$159,300,000.00

Prazo: 15 anos;

Carência: 4 anos e 6 meses;

Taxa de juros: a taxa de juros será determinada pelo custo de empréstimos qualificados para o semestre anterior, acrescida de uma margem razoável (expressa em termos de percentagem anual) que o Banco estabelecerá periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

Amortização: o empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15-11-2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais. A primeira das quais a partir de 6 (seis) meses da data prevista para o desembolso final do financiamento;

Comissão de compromisso: 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de 60 dias da data de assinatura do contrato.

b) Parcela de US\$39,900,000.00:

Prazo: 15 anos;

Carência: 5 anos e 6 meses, que poderá ser dilatado para 7 anos e 6 meses, a critério da Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

Taxa de juros: 3% a.a.;

Amortização: o empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15-11-2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, a primeira das quais a partir de 18 (dezoito) meses da data prevista para o desembolso final do financiamento, havendo possibilidade, sujeita a confirmação pela Diretoria do BID, para esse prazo ser dilatado para 42 (quarenta e dois) meses;

Comissão de compromisso: 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de 12 meses da data da aprovação pelo board do BID.

As operações de crédito externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias com garantia da União, estão regulamentadas pelas Resoluções nº 96/89 e 36/92 do Senado Federal.

Neste sentido, cabe observar quanto à solicitação ora analisada:

a) O processo encontra-se adequadamente instruído, no que tange à Lei Autorizativa Estadual (Lei nº 11.936, de 18 de maio de 1992); à comprovação de inclusão do projeto nas Leis do Orçamento Anual, do Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias, à declaração de que o Estado cumpriu as exigências constitucionais específicas; e às Certidões Negativas de Débito junto ao INSS e Receita Federal.

b) A Certidão Negativa de Débito junto à Caixa Econômica Federal (FGTS) encontra-se vencida, sendo de todo recomendável sua revalidação, antes da assinatura do contrato.

c) O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Parecer PGFN/COF nº 1.413, de 26-10-92), posicionou-se quanto à legalidade, referindo que, nas minutas contratuais, "foram estipuladas as cláusulas e condições usuais de tais operações com o BID", e que as mesmas "estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie", tendo sido observadas as redações do art. 5º da Resolução nº 96/89.

d) A Exposição de Motivos nº 435, de 11-10-92, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, reporta-se ao parecer acima citado, bem como ao Telex BACEN/FIRCE/DIAUT/SUCRE-T/92/242. Em tal telex, o Banco Central faz referência às características da operação e recomenda que, em observância à Resolução nº 36/92, o Departamento de Dívida Pública — DEDIP, do Bacen, seja ouvido quanto aos aspectos de limites de endividamento.

e) A Secretaria do Tesouro Nacional, através do Parecer DTN/COREF/DIREF nº 368, de 22-10-92, manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida, seja no que tange ao enquadramento nos critérios da Comissão de Financiamento Externos (COFIEIX) seja quanto à inclusão da garantia a ser dada pela União e à capacidade de pagamento do Estado do Ceará.

f) Dentro da recomendação do telex do Bacen, referido no item d, acima, foi ouvido o Departamento da Dívida Pública e de Operações Especiais (DEDIP) o qual posicionou-se através do Of. DEDIP/CODEM-92/0409, de 19-10-92, afirmando nada obstar quanto ao impacto monetário da operação e seu perfeito enquadramento nos limites estabelecidos na Resolução nº 36/92, do Senado Federal que rege a matéria. Deixou, no entanto, de anexar os quadros demonstrativos da compatibilidade daqueles limites com a dívida já existente e os novos compromissos decorrentes do financiamento pretendido. Além disso, o ofício recomenda expressamente a apreciação dos aspectos cambial e de endividamento externo pela Diretoria da Área Externa, o que não consta do processo sob análise, caracterizando não cumprimento das disposições da resolução acima citada.

No entanto, caso este Plenário decida por relevar a inobservância de determinação da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a autorização ao pleito objeto da Mensagem nº 359, de 1992, poderá ser concedida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1992

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$199,200,000.00, destinada ao financiamento do Programa de Infra-Estrutura Básica — Saneamento, na cidade de Fortaleza.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Autorizado o Governo do Estado do Ceará, nos termos da Resolução nº 96/89 e da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. A operação de crédito externo referida neste artigo destina-se ao desenvolvimento de um Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento na cidade de Fortaleza — Ceará.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

Mutuário: Governo do Estado do Ceará;

Pedido: Formulado pelo Exmº Sr. Governador do Estado;

Natureza do contrato: Empréstimo externo;

Natureza jurídica do mutuário: Pessoa jurídica de direito público interno;

Mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID;

Moeda: Dólar norte-americano;

Valor: US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), composto de duas parcelas, uma de US\$39,900,000.00 e outra de US\$159,300,000.00;

Finalidade: Financiar o Programa de Infra-Estrutura Básica — Saneamento de Fortaleza.

a) Parcela de US\$159,300,000.00

Prazo: 15 anos;

Carência: 4 anos e 6 (seis) meses;

Taxa de juros: a taxa de juros será determinada pelo custo de empréstimos qualificados para o semestre anterior, acrescida de uma margem razoável (expressa em termos de percentagem anual) que o banco estabelecerá periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

Amortização: o empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15-11-2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais. A primeira das quais a partir de 6 (seis) meses da data prevista para o desembolso final do financiamento;

Comissão de compromisso: 0,75%a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de 60 dias da data de assinatura do contrato.

b) Parcela de US\$39,900,000.00:

Prazo: 15 anos;

Carência: 5 anos e 6 meses, que poderá ser dilatado para 7 anos e 6 meses, a critério da Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

Taxa de juros: 3%a.a.;

Amortização: O empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15-11-2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, a primeira das quais a partir de 18 (dezoito) meses da data prevista para o desembolso final do financiamento, havendo possibilidade, sujeita a confirmação pela Diretoria do BID, para esse prazo ser dilatado para 42 (quarenta e dois) meses;

Comissão de compromisso: 0,5%a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de 12 meses da data da aprovação pelo Board do BID.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 70.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 390, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 70, de 1992.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 70/92, de 1992, que autoriza o governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento, na Cidade de Fortaleza, Ceará.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de novembro de 1992.
— **Mauro Benevides**, Presidente — **Iram Saraiva**, Relator
— **Lavoisier Maia** — **Lucidio Portella**.

ANEXO AO PARECER Nº 390, DE 1992

Redação final do Projeto de Resolução nº 70, de 1992.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1992

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento, na cidade de Fortaleza, Ceará.

Art. 1º É o Governo do Estado do Ceará, nos termos das Resoluções nºs 96, de 1989, e 36, de 1992, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$199,200,000.00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. A operação de crédito externo referida neste artigo destina-se ao desenvolvimento de um Programa

de Infra-Estrutura Básica e Saneamento, na cidade de Fortaleza.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

Valor: US\$199.200.000,00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), composto de duas parcelas, uma de US\$159.300.000,00 e outra de US\$39.900.000,00.

a) Parcela de US\$159.300.000,00

Prazo: 15 anos;

Carência: quatro anos e seis meses;

Taxa de juros: a taxa de juros será determinada pelo custo de empréstimos qualificados para o semestre anterior, acrescida de uma margem razoável (expressa em termos de percentagem anual) que o Banco estabelecerá periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

Amortização: o empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15 de novembro de 2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais. A primeira das quais a partir de seis meses da data prevista para o desembolso final do financiamento;

Comissão de compromisso: 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de sessenta dias da data de assinatura do contrato.

b) Parcela de US\$39.900.000,00:

Prazo: 15 anos;

Carência: cinco anos e seis meses, que poderá ser dilatado para sete anos e seis meses, a critério da Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

Taxa de juros: 3% ao ano;

Amortização: o empréstimo deverá ser totalmente amortizado pelo mutuário até o dia 15 de novembro de 2017, em prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, a primeira das quais a partir de dezoito meses da data prevista para o desembolso final do financiamento, havendo possibilidade, sujeita a confirmação pela Diretoria do BID, para esse prazo ser dilatado para quarenta e dois meses;

Comissão de compromisso: 0,5% ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de doze meses da data da aprovação pelo board do BID.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 767, de 1992, do Senador Mauro Benevides, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "O Velho Ulysses", de autoria do Senador José Sarney, publicado no jornal Correio Braziliense, edição de 18 de outubro de 1992.

Em votação o requerimento em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

O VELHO ULYSSES

José Sarney

Os deuses são velhos. Velhos são os profetas, os sábios, os magos. O tempo destrói tudo, mas é dele que se faz a vida. Nos homens, a dignidade se decanta com a idade. Num país onde não se sabe envelhecer, Ulysses envelheceu renascendo todos os dias. Em cada momento ele segurava uma nova bandeira. Os anos não lhe faziam mal. Vejo minha filha Roseane soluçar, numa prece convulsa que não pára, a repetir a sua solidão e o amor de sua geração a esse político que conseguiu, pelo fascínio, chegar ao coração dos moços.

Conheci Ulysses, eu jovem deputado da UDN e ele Presidente da Câmara, no Palácio Tiradentes. Tinha um ar áspero, dando uma impressão de superioridade e distância. Os anos lhe amaciaram os gestos e os olhos. Gozava da fama de articulador e de ser firme. Cedo ingressou no sacro colégio do PSD. Os fatos de 1964 o encontraram nessa posição. Ei-lo diante de suas circunstâncias. Agiganta-se, ocupa o vazio. Articula, conversa, resiste e, pouco a pouco, transforma-se no condutor da restauração democrática. Tem seu momento mais alto como antecandidato à Presidência da República. Era um exímio costurador e alinhavava com extrema perfeição a conspiração da boa causa. Muitas vezes, depois de uma palavra, um discurso, um gesto duro, aparecia em nossa casa, eu, Presidente do PDS, para convidar-me a conspirar para queimar etapas na então transição "lenta, gradual e segura". Éramos bons amigos. Tínhamos o tempo e a longa convivência para essas intimidades. Veio o momento decisivo de minha renúncia ao PDS e a catequese de Ulysses passou a ser mais forte, agora dividindo as reuniões com outros companheiros. O seu quarto, de simplicidade franciscana, no Hotel Bristol, passou a ser um "aparelho". Dali saíram as estratégias que levaram à eleição de Tancredo; Vice-Presidente é sempre uma figura incômoda. Desde a campanha começa a criar problemas de protocolo. Eu procurava manter-me afastado da ribalta. Nada de evidências. Muitas vezes me esqueciam. Eu sabia que era assim. A vice sempre foi considerada um cemitério de elefante. Ulysses, delicadamente, sempre estava atento a esses pormenores. Educado, reclamava e me pedia para forçar a porta. "Nunca tive jeito para papagaio de pirata", respondia-lhe. E Tancredo me amaciava a cabeça. "O Sarney já é da Academia e tem o senso da proporção".

Com a morte de Tancredo foi em Ulysses que me apoiiei. Nunca, na História deste País, alguém teve tanto respeito e consideração do Presidente quanto Ulysses Guimarães. Duas figuras, Pinheiro Machado e Ulysses Guimarães, gozaram dessa força e prestígio. Ulysses foi maior. Maior seu talento, sua respeitabilidade, sua grandeza. Mas tinha um fascínio pela voz das ruas. Para ele era uma flauta mágica. A ninguém devotou maior fidelidade. A opinião da rua era a opinião do povo, e o povo era o seu único guia.

Dom Pedro II foi visto chorando em público quando morreu o Visconde de Bom Retiro, seu amigo e notável homem público. Fiquei em casa, para guardar minhas lágrimas. Até nossos desencontros foram enriquecedores. Eles se pro-

cessaram sempre em silêncio, civilizadamente, diminuindo nossas longas conversas e não aumentando o tom de nossas palavras. De volta ao Congresso nos reencontramos. Havia felicidade nessa volta. Afinal, éramos remanescentes de um tempo raro que começa a desaparecer. Daquela política em que o intelectual tem as mãos dadas ao político, do pensar coletivo, do "trabalhar para todos", como dizia Tiradentes, de parâmetros morais, de gestos e coisas simples, dos exemplos de austeridade, do amor à família, das horas de angústia de nossos problemas e a incapacidade de resolvê-los.

Para mim, é difícil pensar numa paisagem política atual sem Ulysses. Ele era a Câmara e o seu símbolo. Já falava por provérbios. Era um mago das grandes causas, um vidente das esperanças. Um velho que, para se novo, não gostava de reminiscências. Não falava do passado, só discordava sobre o futuro.

Seu pai, ao colocar-lhe o nome, foi buscá-lo no herói mitológico. Aquele Ulysses que viveu tantas guerras, que atravessou tantos perigos e tantas vezes foi ao mar. Venceu tempestades como a que o separou de Agamenon. A de Júpiter que o poupou na Trinácia. Que foi ao mar mais profundo e resistiu às sereias. Que viveu tantas aventuras. Nosso Ulysses sempre gostou de associar a política ao mar. Adotou o lema de Sagres, repetido por Fernando Pessoa, "navegar é preciso, viver não é preciso". Ele não podia passar aquela noite deitado no silêncio de Angra. A política o inquietava, chamava-o. Ela exigia a noite, a madrugada, o outro dia e mais o outro, até a eternidade. Era preciso navegar. Ele navegou no "Mar dos Antigos", a enseada em que venceu a última de todas as suas tempestades, a da vida. Ninguém o chamará jamais de velho esclerosado e senil. É santo da nossa História política. Que bela vida! Rica e cheia de exemplos.

Du Bellay, poeta da Pleiade que tinha à frente Rosário movimento de defesa e ilustração da língua francesa, tem um alexandrino que diz tudo sobre a vida do outro Ulysses e do nosso Ulysses: "Reureux qui comme Ulysse a fait un beau voyage". (Feliz aquele que como Ulysses fez uma bela viagem.) Viveram todos os perigos, mas saíram íntegros para a eternidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Severo Gomes", de autoria do jornalista-escritor Barbosa Lima Sobrinho, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 1º de novembro de 1992.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

SEVERO GOMES

Barbosa Lima Sobrinho *

Prestei, como devia, minha como vida homenagem à memória de Ulysses Guimarães, sem poder esquecer os momentos em que nossas vidas se aproximaram, quando não se entrelaçaram, em momentos políticos vividos pela nação brasileira.

Primeiro na apresentação das anticandidaturas, contra a marginalização do povo, na eleição do presidente da República. Ulysses receava que a iniciativa tivesse alguma coisa de ridículo, fechadas todas as probabilidades de êxito, num Colégio eleitoral dominado pela Arena, até que se convencesse de que não havia outra possibilidade de contestação ao regime militar que, desde 1964, dominava a sucessão do primeiro magistrado do país.

Quanto a mim, sempre me pareceu que não haveria melhor oportunidade para convencer a população de que lhe haviam suprimido o direito de votar e de escolher o presidente da República. Era, também, o meio de abrir espaço numa censura prévia que impedia notícias, ou informações, que não endeusassem as autoridades constituídas. Bastava a idéia da contestação, para abrir fendas no regime autoritário. Por tudo isso me engajei no movimento, lamentando, apenas, a caricatura, publicada no *Jornal do Brasil*, no papel de "Sancho Pança", quando acreditava que éramos dois "Dom Quixotes", empenhados numa luta impossível. Não seria essa a substância do quixotismo? Tanto mais quando, encerrada a campanha, eu fazia questão de desligar-me de atividades políticas, para concentrar-me no jornalismo. Por entender que o desinteresse pessoal seria componente da atividade política.

Ulysses não fora, aliás, a única vítima do desastre do helicóptero que o transportava. Estavam com ele sua admirável esposa, dona Mora, e a esposa de Severo Gomes, dona Henriqueta. E também Severo Gomes, que acabara de completar um mandato de senador pelo Estado de São Paulo. Sem falar no piloto, que morrera com os passageiros que estava transportando.

A morte de Severo Gomes era, para o Brasil, perda tão grande como a do próprio Ulysses. Em campos diferentes de ação. Ulysses com trajetória política, que o tornara insubstituível. Severo Gomes na defesa intransigente dos interesses nacionais. Num domínio que tinha como companheiro o almirante Gama e Silva. Severo Gomes na tribuna do Senado Federal e numa colaboração esclarecedora na *Folha de S. Paulo*. Quando não em livro, como neste folheto que Paz e Terra acaba de publicar, com o título "Uma investigação truncada", a propósito da Companhia Vale do Rio Doce.

É no prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro que se encontra o registro de que "Severo Gomes, há muitos anos, vem assumindo, com enorme discrição e consistência, um papel de representante maior da dignidade nacional, tomando a defesa de causas que nem os parlamentares, e poucos homens do Brasil, chegam a dar maior atenção". Numa reunião com empresários de informática, Severo Gomes estimulava e defendia a lei de reserva de mercado. Discutindo, em Havana (continua Paulo Sérgio Pinheiro), no período da reunião, convocada para discutir a dívida externa dos países latino-americanos. Em Assunção, Paraguai, liderando uma delegação de parlamentares brasileiros, solidarizando-se com a luta contra a ditadura naquele país irmão. Na sua coluna da *Folha de S. Paulo*, acompanhando, de perto, as lutas que pudessem interferir nos destinos do Brasil".

Por isso, no livro que a Paz e Terra acaba de publicar, Severo Gomes nos oferece um quadro geral da participação estrangeira na produção mineral brasileira, com a percentagem da respectiva exploração. E nos revela que:

— A Anglo-American, grupo sul-africano, controla, praticamente, 100% das minas de ouro, com produção mecanizada.

— O grupo francês Imetal (98%) e a sul-africana Anglo-American (2%) controlam toda a produção de diamantes.

— 55% do tungstênio e 50% do níquel estão no domínio da Anglo-American.

— O amianto é controlado em 100% pelas multinacionais Eternit e Brasilit.

— 48% da produção de ferro e grande proporção dos produtos de alumínio, estanho e fosfato estão nas mãos de grupos internacionais.

Como se vê, concluía Severo Gomes, “apesar dos imensos recursos do patrimônio mineral nacional, o Brasil não detém o controle efetivo desses recursos. Em primeiro lugar, pela presença direta de empresas estrangeiras. Em segundo lugar, como demonstra o caso da Companhia Vale do Rio Doce, pela existência de uma política governamental que tende a colocar as empresas nacionais como apoio funcional a empreendimentos estrangeiros ou à exportação, em condições muito favoráveis ao capital internacional, embora altamente lesivo aos interesses do Brasil. Por outro lado, a economia brasileira se mostra vulnerável, no que se refere à produção nacional, porque 63% das importações globais do país, em 1984, foram de produtos de origem mineral, aos quais 90% se referem ao petróleo”.

Se é certo que esses números devem ter sofrido profundas alterações, com a produção crescente da petrobrás, nem por isso se elimina a dependência em face do estrangeiro, em vários outros campos, como registrava Severo Gomes, fixando em 100% essa dependência, como no caso do molibdênio, do cobalto, da platina, do cromita refratário, potássio, diamante em pó. Ou a dependência do composto de lítio, de enxofre e, por incrível que pareça, o carvão mineral, embora o país disponha das mais importantes reservas de carvão vegetal — dependência, que varia entre 80% e 90%. Ou ainda a dependência de mais de 50% em relação ao cobre (metal e liga), prata, zircônio, diamante industrial e ao petróleo (substituível pelos combustíveis renováveis).

“Não bastando essa situação de grande vulnerabilidade e do descuido, na utilização dos imensos recursos próprios, as empresas estrangeiras detêm milhares de concessões de pesquisa mineral, em algumas das áreas mais promissoras da pesquisa mineral do País, lembra Severo Gomes, como é o caso de Goiás, onde 41% das zonas de pesquisa estão em mãos de firmas internacionais.”

Como se vê, num artigo em que tenho a intenção de demonstrar o meu apreço a sua memória e aos grandes serviços prestados ao Brasil, estamos em face de dependências que podem constituir ameaça à soberania nacional. O desastre do helicóptero silenciou duas grandes vozes na defesa dos interesses brasileiros. Aumentou a responsabilidade das vozes com que ainda contamos, como a do Almirante Gama e Silva, como a de Aureliano Chaves, que nunca deixaram de estar presentes, na defesa dos interesses brasileiros. Num país que exige dos brasileiros que desejam produzir alumínio que tratem de montar as usinas de energia elétrica de que precisam. Mas que se incumbam de oferecer à sua custa os quilowatts que os estrangeiros solicitem.

Para prova de que não há nada mais difícil do que extirpar de vez a mentalidade colonial, para conquistar a independência econômica. Por sinal que era tradição dos nossos antepassados o colocar, no primeiro banho dos recém-nascidos, uma reluzente libra esterlina. Para que não se esquecesse a importância do capital estrangeiro e para que não tivessem outro sonho do que o de conquistar o libré das mordomias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 803, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “Ulysses Guimarães, gran figura moral”, de autoria do Senador peruano Andrés Townsend Ezcurra, publicado no Jornal *Expresso*, em Lima, edição de 27 de outubro de 1992.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

ULYSSES GUIMARÃES, GRAN FIGURA MORAL

Andrés Townsend Ezcurra

Han pasado los días y no cesa el luctuoso coro de lamentaciones brasileñas: “El Brasil perdió a Ulysses”, “Ulysses: el dolor del Brasil”, “el viejo navegante sólo podía morir en el mar”. Resumió una columna política: “El doctor Ulysses encontró una muerte ajustada al formato de su vida, en la línea de coherencia de su destino, con el toque de aventura y desafío y su obstinación para enfrentar obstáculos y su absoluto desprecio por el miedo”.

Estas y otras innúmeras verdades se han dicho y seguirán diciendo en su país natal, sobrecogido, todavía, por lo brutal de la noticia. Pero falta rememorar otra dimensión política del líder desaparecido: su identificación en su constante presencia en el Parlamento Latino-americano, del que fuera uno de sus fundadores.

Estos lazos lo trajeron a Lima, por primera vez, en 1967, encabezando una delegación del Brasil en la cual figuró, también, de modo conspicuo, ese otro gran democrata brasileño que, por fortuna, aún está con nosotros: el senador Nelson Carneiro. Ulysses fue elegido, entonces, presidente del Parlamento.

La participación sobresaliente y presidencial de Ulysses Guimarães sirvió para consolidar un acercamiento indispensable: el de Brasil a los países latino-americanos y el de éstos a su gran hermano de habla lusitana. Por primera vez, se practicó, de hecho y bajo la presidencia de Ulysses, el biliguismo que estipula el estatuto mismo de esta organización parlamentaria regional. Los latinos de México, Centro y Sudamérica, aprendimos la serena lección de un presidente equilibrado y sapiente, capaz de intervenir con toques de ironía para mediar en la brusquedad de las tensiones inevitables de un debate.

Alto y magro, en sus ojos claros había siempre destellos de comprensión, tolerancia y amistad. Pero este tribuno, cuya efígie recordaba a los senadores romanos de la mejor época, sabía ser un combatiente denodado y sin descanso. Nacido y criado en São Paulo, vértice de la política y economía brasileñas, supo mantenerse como diputado largos años, a través de continuas e intachables elecciones.

Fue ministro por breve tiempo, pero su jornada señera, su momento estelar, se registró cuando fue preciso enfrentarse al régimen militar que, por varios años, puso a la democracia

brasileña una camisa de fuerza. Orador impetuoso, de voz enérgica ou profunda, acaudilló a las multitudes que salieron en Sao Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Bahia y en todas las ciudades importantes, para reclamar ("Direitas já") las elecciones libres y soberanas que la nación exigía.

Nunca tuvo el Brasil voz más articulada y valerosa que la de Ulysses Guimarães en su campaña democrática. Por eso, los diarios, al día siguiente del comicio por él promovido y en el cual no se jugaba su nombre, pudieron preclamar en sus titulares: "Ulysses venceu". En efecto, Ulysses había ganado. Y con él, la democracia universal.

Llegaron las elecciones y Ulysses, su artífice, no pudo obtener los votos necesarios para ocupar lo que la historia reclamaba para él: la Presidencia del Brasil. Con elegancia de auténtico patricio, regresó sin amargura a su banca. Poco tiempo antes, en la Asamblea Constituyente, había, influido, de modo decisivo, para darle a la Carta Fundamental del Brasil esa clara deficiencia integracionista latinoamericana que alentó, en forma eficiente, las ilusiones porveniristas del gran luchador.

Finalmente, cuando llegó la crisis que ahora vive su país, acaudilló las fuerzas políticas que desenmascararon a un mandatario que no supo ser digno de la confianza de sus conciudadanos.

Muerto al lado de Mora, su incomparable esposa, suscitando con su desaparición un duelo doliente y unánime, Ulysses Guimarães, patricio combatiente, nos lega una figura, para nuestra América Latina indispensable en esta época: la de un hombre íntegro, de un esposo amante y, sobre todo, de un personaje intachable y moral.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1992 (nº 2.484/92, na Casa de origem), do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 339, de 1992, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 1992
(Nº 2.484/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça)

Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas 35 (trinta e cinco) Varas na Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, na Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro de Juizes da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, 35 (trinta e cinco) cargos de Juiz Federal e 35 (trinta e cinco) cargos de Juiz Federal Substituto.

Parágrafo único. Haverá em cada Vara um cargo de Juiz Federal e um de Juiz Federal Substituto.

Art. 3º Os cargos de Juiz Federal serão providos por nomeação, dentre os Juizes Federais Substitutos, alternadamente, por antiguidade e, por escolha em lista tripla de merecimento, e os de Juiz Federal Substituto mediante habilitação em concurso público de provas e títulos (art. 93 da Constituição Federal), organizado na forma estabelecida no Regimento Interno do Tribunal.

Art. 4º Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos poderão solicitar permuta ou remoção de uma para outra Vara, na mesma Seção ou Região, mediante requerimento dirigido ao Juiz Presidente do Tribunal, que submeterá o pedido à apreciação do Plenário, nos termos do que dispuser o Regimento Interno.

Art. 5º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeiro Grau da 2ª Região, os cargos constantes do Anexo desta lei.

Parágrafo único. Não poderão ser nomeados, a qualquer título para cargos de Direção e Assessoramento Superiores, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, de Magistrados e Procuradores em atividade ou aposentados há menos de 5 (cinco) anos, exceto se integrantes do Quadro Funcional mediante concurso público.

Art. 6º Cabe ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região prover os demais atos necessários à execução desta lei, inclusive quanto ao prazo de instalação, localização e nomeação ordinária das Varas, podendo ainda estabelecer especialização em razão da matéria, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, a partir do exercício de 1992.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias
das Seções Judiciárias da Justiça
Federal de Primeiro Grau da 2ª Região
(Art. 5º da Lei nº , de de de 199)

ANEXO

Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias
das Seções Judiciárias da Justiça
Federal de Primeiro Grau da 2ª Região

(Art. 5º da Lei nº , de de de 199)

Grupos	Categorias/Cargos	Códigos	Nº de Cargos
Direção e Assessoramento Superiores (JF-DAS-100)	Diretor de Secretaria	JF-DAS-101	35
	Diretor de Subsecretaria	JF-DAS-101	02
	Diretor de Núcleo	JF-DAS-101	11
Atividades de Apoio Judiciário (JF-AJ-020)	Técnico Judiciário	JF-AJ-021	265
	Oficial de Justiça		
	Avaliador	JF-AJ-025	192
	Auxiliar Judiciário	JF-AJ-022	550
	Atendente Judiciário	JF-AJ-023	218
	Agente de Segurança Judiciária	JF-AJ-024	68
Outras Atividades de Nível Superior (JF-NS-900)	Médico	JF-NS-901	03
	Odontólogo	JF-NS-909	02
	Engenheiro	JF-NS-916	02
	Contador	JF-NS-924	04
Outras Atividades de Nível Médio (JF-NM-1000)	Auxiliar de Enfermagem	JF-NM-1001	03
	Técnico de Contabilidade	JF-NM-1042	06
	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	JF-NM-1006	25
Processamento de Dados (JF-PRO-1600)	Operador	JF-PRO-1603	16
	Digitador	JF-PRO-1604	14

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1992 (nº 4.590/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS a transferir bens de sua propriedade para o Estado de São Paulo, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 340, de 1992, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito para discutir.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antecipadamente peço desculpas por não ter um conhecimento mais aprofundado do assunto. No entanto, sobre essa transferência de bens da Petrobrás para o Governo do Estado de São Paulo eu diria que não me parece muito clara. Estranho o fato de a empresa mais rica do País transferir parte do seu patrimônio para o Estado mais rico do Brasil. Gostaria de ver que patrimônio é esse. Gostaria ainda de saber se há contrapartida ou se é apenas uma doação para o Estado que detém 46% do PIB brasileiro.

Desculpe — me, eu deveria vir para cá com esse esclarecimento, mas confesso que me surpreendi. Portanto, eu queria um esclarecimento da Mesa ou do Relator da matéria sobre se há alguma contrapartida na transferência desses bens.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Senador Ronan Tito que o Relator

da matéria é o nobre Senador Odacir Soares, que, neste exato momento, não se encontra em Plenário.

O SR. RONAN TITO — Portanto, Sr. Presidente, creio que seria melhor deixarmos para uma outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ainda a V. Exª, tentando subsidiar essas informações requeridas, que o referido projeto visa a permitir que terras da Petrobrás, que constituem o chamado Horto de Tremembé, retornem ao domínio do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, haja vista a desativação, a partir de 1970, da pesquisa, lavra e processamento de xisto pirobetuminoso naquela localidade.

O SR. RONAN TITO — Estou de acordo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrada a discussão, passa — se à votação do projeto.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1992

(nº 4.590/90, na Casa de origem)

(De iniciativa do Senhor Presidente da República)

Autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, a transferir bens de sua propriedade para o Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, sociedade de economia mista constituída nos termos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, autorizada a transferir para o Município de Tremembé, Estado de São Paulo, os bens e direitos de propriedade daquela sociedade, situados no mesmo Município, anteriormente havidos da União e vinculados a atividades de pesquisa e lavra de xisto pirobetuminoso, de acordo com o disposto no art. 10 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 2º Os bens e direitos que forem transferidos nos termos do art. 1º desta lei deverão ser utilizados para atender finalidades de utilidade pública ou de interesse social.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa — se à votação do Requerimento nº 828, de 1992, lido no Expediente da presente sessão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que ele se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 829, de 1992, de autoria do nobre Senador José Sarney.

Solicito do nobre Senador José Fogaça o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O parecer, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Magno Bacelar, no início desta sessão, abordou o problema do combate à seca e lembrou, com muita propriedade, a reunião que foi realizada no Palácio do Planalto, sob a Presidência do Presidente Itamar Franco, com nove Governadores do Nordeste, visando à liberação de 300 bilhões de cruzeiros para combater os efeitos da seca.

Chegou — se à conclusão de que o Governo só poderia liberar 100 bilhões de cruzeiros para atender a essa situação de emergência. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não vieram os 300 bilhões, nem 200 bilhões, nem 100 bilhões!

A determinação do Presidente Itamar Franco era no sentido de que, 24 horas após a reunião, os Governadores já pudessem contar com a liberação dos 100 bilhões para atender à situação criada pela seca.

Venho hoje a esta tribuna para fazer coro ao que disse o Senador Magno Bacelar e estranhar que essa determinação do Presidente da República não tenha sido cumprida. Os Estados que seriam beneficiados — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais — enviaram os seus programas de trabalho a tempo, mas até o presente momento a liberação não foi efetuada.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal afirma que a responsabilidade é do Congresso Nacional, pois a providência, ao invés de ter vindo em forma de descontingenciamento, ou de dotação, veio mediante uma mensagem de crédito especial. Essa mensagem não foi apreciada pelo Congresso porque chegou apenas na última quinta-feira.

Venho, Sr. Presidente, assim como o fez o Senador Magno Bacelar, fazer um apelo, lembrando a todos que não se trata de discutir intempestividade das cobranças que possam ser feitas ao Presidente Itamar Franco. Alinho-me, juntamente com a maioria dos Senadores, à posição segundo a qual o Presidente Itamar Franco merece crédito de confiança, principalmente nesse período de interinidade, nesse período em que o seu governo tem um caráter provisório.

Ocorre, porém, que há uma situação de emergência — o Senador Mauro Benevides conhece muito bem, pois é um homem do Nordeste, é um homem fiel às suas origens — que se vem agravando dia a dia na nossa Região. Não podemos, Sr. Presidente — nós que firmamos um compromisso como Parlamentares — ficar de braços cruzados na hora em que o quadro da seca agrava — se no Nordeste.

Venho, portanto, fazer este apelo, secundando o apelo feito pelo Senador Magno Bacelar, na expectativa de que, uma vez que o dinheiro não foi liberado até agora, possa o Congresso Nacional votar urgentemente esse crédito especial para que esses recursos cheguem à sofrida região da seca.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, ouço-o com a atenção e o respeito que o pronunciamento de V. Ex^a merece. Gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex^a, encarecendo às lideranças que subscravam um pedido de urgência para que hoje mesmo, na sessão do Congresso Nacional, possa ser votada a matéria, segundo explicações dadas pelo nobre Presidente quando do meu pronunciamento. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Magno Bacelar, fico muito feliz em saber que o pronunciamento de V. Ex^a já encontrou — não seria de se esperar outra coisa — receptividade junto ao Presidente da Casa. Agora V. Ex^a faz um apelo às Lideranças, e eu creio que elas terão a mesma sensibilidade do Presidente.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite — me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Quero hipotecar solidariedade a V. Ex^a e também ao Senador Magno Bacelar pelo seu aparte. Estou solidário e assumo como minhas todas as suas considerações, esta tarde, aqui no Plenário do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Muito obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho. Creio que na medida em que possamos nos unir, nós que representamos o Nordeste, seremos ouvidos por todos os Senadores e todos os Deputados e teremos a votação desta matéria hoje à noite. Creio que amanhã já estará sendo feito aqui o registro de que a matéria foi aprovada e, finalmente, o dinheiro vai ser liberado para combater os efeitos da seca, até porque todos os critérios para a liberação do dinheiro já foram estabelecidos. Nós vamos ter a participação do Exército Nacional, vamos ter o maior rigor na aplicação desses recursos.

Deixo aqui a minha palavra, não mais de apelo, mas já de confiança de que teremos a votação hoje à noite. Obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho e Senador Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, da mesma forma como fez quando do discurso do Senador Magno Bacelar, que a Mesa está vivamente empenhada e espera encontrar o respaldo das Lideranças, a fim de que esta matéria seja apreciada impreterivelmente às 19 horas de hoje, na sessão do Congresso Nacional.

Se houver a formalização do requerimento de urgência, por parte das Lideranças partidárias, não há dúvida de que às 19 horas de hoje haveremos de apreciar esse crédito, que é de indiscutível importância para a região nordestina assolada pela chamada "seca Verde", que neste instante agita quase

dois terços do território nordestino, sobretudo nas áreas que foram mencionadas pelo Senador Garibaldi Alves Filho. Portanto, é muito provável que, se aprovada hoje essa matéria, os autógrafos respectivos venham a ser encaminhados ao próprio Presidente Itamar Franco, a fim de que ele os sancione ainda no dia de hoje, permitindo, portanto, que a publicação ocorra na edição do **Diário Oficial** de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo registrar dois assuntos.

Em primeiro lugar, quero ressaltar a influência do novo Ministro do Trabalho, Walter Barelli, na política econômica e governamental.

Desde que assumiu, o novo Ministro do Trabalho passou a ter, diferentemente do que vinha ocorrendo, influência na política econômica, haja vista que o próprio Ministro Walter Barelli sempre opinou muito a respeito da política salarial, da política econômica em geral, da forma como se comportavam os salários; ele que por muitos anos foi Diretor do Dieese e um dos principais assessores dos diversos sindicatos quando das negociações de política salarial, uma vez chamado a fazer parte do Governo resolveu ser um Ministro do Trabalho atuante, um Ministro do Trabalho que passou a ter voz, diferentemente dos anteriores, em especial do próprio Ministro do Trabalho que mais tempo atuou no Governo Fernando Collor de Mello, Antônio Rogério Magri.

O Ministro João Melão, na sua curta passagem por aquela Pasta, não teve tanta oportunidade de influenciar os destinos da política econômica.

Logo ao assumir o Ministério do Trabalho e Administração, Walter Barelli teve a disposição de dialogar, de se reunir, pelo menos uma vez por semana, com os Ministros Gustavo Krause, da Fazenda, e Paulo Haddad, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Lembro-me de um episódio — segundo relato feito pelo Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli — em que, certa vez, durante o Governo Collor, o Ministro Jarbas Passarinho teria convidado os presidentes da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical e da Central Geral dos Trabalhadores para com ele discutir o salário mínimo. Teria o Ministro Jarbas Passarinho perguntado aos três presidentes das centrais sindicais se não teriam objeção a que na reunião estivesse presente também o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri. Claro que não houve objeção, mas a observação feita pelos presidentes das centrais sindicais, após a reunião, foi a sua estranheza no que diz respeito à falta de qualquer opinião registrada, durante a reunião, por parte do Ministro do Trabalho.

Agora, há uma diferença. O Ministro Walter Barelli tem procurado estar atento, dialogar com os diversos segmentos representantes dos trabalhadores, com as centrais sindicais, sobre a política econômica, e sobre ela tem procurado colocar o seu ponto de vista.

Nós observamos uma mudança que quero registrar. Há disposição, por parte dos Ministros Paulo Haddad, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Gustavo Krause, da Fazenda, e Walter

Barelli, do Trabalho e Administração, de se adotar a bimestralidade para o ajuste do salário mínimo.

Ainda hoje a **Folha de S. Paulo**, no seu editorial "Mínimo Bimestral", registra que "o Governo pretende alterar a periodicidade do reajuste do salário mínimo, tornando — o bimestral em vez de quadrimestral, conforme o critério atual, uma sistemática que vigoraria até à aprovação da nova lei salarial no Congresso Nacional".

Salienta a **Folha de S. Paulo** — e com razão — que "a introdução de reajustes bimestrais parece razoável como forma de atenuar um pouco a corrosão do valor real do piso dos salários em decorrência da inflação. Um trabalhador que percebeu Cr\$522 mil no início de outubro, correspondente ao mínimo em vigor desde setembro, receberá em janeiro apenas 41% desse valor (ou cerca de Cr\$212 mil em preços de setembro), supondo uma inflação mensal de 25% até o final do ano."

Um reajuste bimestral reduziria esse declínio do poder aquisitivo do mínimo para perto de 64% do valor de setembro após dois meses, o que resultaria num valor médio real no quadrimestre cerca de 16% superior àquele resultante da sistemática atual.

É importante que se introduzam mecanismos para proteger o salário mínimo de uma corrosão tão acelerada da inflação. Assim como o próprio Senado Federal chegou a aprovar, por maioria, o mínimo ajustado bimestralmente, seria importante que agora o próprio Governo Federal resolvesse adotar este procedimento.

Sei que isto não será medida suficiente para proteger os assalariados e muito menos aqueles que ganham o salário — mínimo. É muito importante que haja uma política econômica que venha assegurar a retomada do crescimento econômico e que assegure essa retomada com a melhoria da distribuição da renda.

Na medida em que o Governo Federal propõe um ajuste fiscal, propõe medidas significativas de reforma tributária, seria interessante que pudesse estudar, pelo menos a médio prazo, a consideração da introdução do Imposto de Renda negativo, ou do programa de garantia de renda mínima, já aprovado pelo Senado Federal, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, que seria um mecanismo de profundidade que viria atender preocupações como as que têm sido colocadas pelo Presidente Itamar Franco em algumas de suas reflexões e, em especial, quando diz estar preocupado com a crise social, com a miséria que atinge grande parte do povo brasileiro.

Quero aqui registrar a importância dessa atenção do Ministro Walter Barelli que se tornou um Ministro que não é alguém que simplesmente deixa por estar, ou deixa sem opinião registrada, aos ministros responsáveis pela política econômica, sobre o que se passa com os trabalhadores.

O Sr. Almir Gabriel — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muito prazer, nobre Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Nobre Senador Eduardo Suplicy, sinto que a ida do Walter Barelli para o Ministério representou um dos passos mais significativos e mais importantes conseguidos no caminho da busca da conciliação nacional. Creio que Walter Barelli, pelo que tem de seriedade, de competência e de reconhecimento por toda a sociedade brasileira, contribui, de maneira significativa, na equipe do Presidente Itamar Franco. Tenho certeza que, exatamente pelo seu conhecimento,

pela competência que tem e pela credibilidade, ele poderá influenciar, de maneira significativa, na política salarial a ser adotada pelo Congresso Nacional e pelo Brasil, como um todo. Tenho principalmente convicção de que Walter Barelli, pelo que representa, será o melhor de todos os que poderiam orientar a melhor solução nesta situação tão difícil para o Brasil. É claro que todos nós temos clareza de que, sem combater a inflação e sem trazer a inflação a níveis razoáveis, qualquer que seja o reajuste bimestral, semanal, mensal, todos eles resultarão sempre em perda para os trabalhadores. Então, há necessidade de se ter uma política econômica que leve a uma redução significativa das taxas de inflação, embora antes que se chegue lá se faça necessário alguma coisa melhor do que a que hoje existe, sobretudo no que respeita ao salário mínimo, especialmente daquelas categorias que não são organizadas e que não podem pleitear, pressionar, chegar a greve com vistas a ter uma situação melhor nos seus salários. Penso que o Ministro Walter Barelli desempenhará um papel da maior importância, no tocante à correlação de forças entre o empresariado, os trabalhadores e a mediação feita pelo Estado. Ele sem dúvida nenhuma reúne toda a condição de autoridade para ser este grande representante dos trabalhadores no plano nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço, Senador Almir Gabriel, as suas palavras, com as quais concordo inteiramente. Acredito mesmo que o Ministro Walter Barelli representará uma palavra de equilíbrio no que diz respeito à condução da política econômica, mas ressalto que teremos nos próximos dias uma decisão no Senado Federal muito importante, qual seja, a apreciação do acordo da dívida externa brasileira. Na apreciação desse acordo, aliás, vamos ter um diálogo na quinta-feira próxima com o Ministro Gustavo Krause, da Fazenda, quando perante a Comissão de Assuntos Econômicos estará expondo as consequências desse acordo sobre a economia brasileira. Avalio que este acordo, tal como proposto, já pelo Governo do Presidente Fernando Collor, pelo Ministro Márcilio Marques Moreira aos credores internacionais, poderá representar uma limitação difícil para que o Brasil possa ter a sua economia reativada em níveis condizentes com as necessidades prementes do povo brasileiro, de acordo com as nossas mais importantes prioridades.

Voltarei a este assunto, mais tarde, no diálogo com o Ministro Gustavo Krause e espero que o próprio Ministro Walter Barelli possa, também, ser uma opinião importante na análise da dívida externa brasileira, no que diz respeito às suas consequências para o restante da política econômica, inclusive para a política salarial e para a política de emprego.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Exª, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador, todos nós reconhecemos o Ministro Walter Barelli como uma pessoa dotada dos atributos fundamentais, indispensáveis ao exercício de uma função ministerial, especificamente do Ministério do Trabalho. Não só pela sua probidade, pelo seu espírito público mas, principalmente, por ser um profundo conhecedor, por ser um estudioso permanente dos assuntos econômicos com as suas implicações na formação do salário do trabalhador brasileiro. Lamentavelmente, o nosso País continua a viver um quadro econômico — financeiro bastante preocupante.

No tocante à dívida externa, V. Exª que vem acompanhando de perto, inclusive como um dos mais destacados Membros da Comissão de Assuntos Econômicos, bem sabe que essa dívida, que tem sido encarecida violentamente pela alta da taxa de juros do governo americano, traz dentro dela uma complexidade curiosa. Paradoxalmente os Estados Unidos só poderão baixar os juros quando superarem a crise econômica e o grande déficit público que está vivendo. O mundo saiu daquela bipolarização entre o Leste Europeu e o Mundo Ocidental, representada e caracterizada pela União Soviética e pelos Estados Unidos da América do Norte. Os Estados Unidos deixaram de ser o centro da economia mundial. O Japão passou a ter um papel importantíssimo, inclusive competindo com os produtos americanos dentro dos Estados Unidos, e a Alemanha passou a liderar financeiramente, economicamente, toda a Comunidade Econômica Européia. Então, os Estados Unidos, deixando de ser o centro econômico mundial — embora o dólar permaneça como a moeda internacional — estão enfrentando dificuldade para superar o déficit, inclusive com profundas implicações políticas, como o resultado último das eleições realizadas naquele país. Enquanto os Estados Unidos não conseguirem restabelecer um processo de desenvolvimento, vão buscar sempre, através de medidas artificiais da economia, como a alta da taxa de juros, a importação violenta de capital internacional para solidificar ou corrigir as distorções econômicas daquele país, já que tem uma moeda que é a circulante no mundo todo.

Tudo isso com profundas implicações na América Latina e particularmente no Brasil. Mas, ao debater um dos temas mais angustiantes e importantes que a sociedade brasileira estará a enfrentar, V. Exª traz não apenas a sua experiência, os seus conhecimentos como professor de Economia que é, como também, e acima de tudo, a consciência social, que é uma característica maior da atividade política de V. Exª. Congratulo-me com V. Exª por, mais uma vez, trazer ao debate desta Casa um tema de tamanha magnitude.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço suas considerações, Senador Divaldo Suruagy, que lembram a modificação política havida no país economicamente mais importante do mundo, os Estados Unidos, e que se constitui também no nosso maior credor externo.

Avalio que, tendo em vista a mudança de poder que ocorrerá nos Estados Unidos com a posse de Bill Clinton, em janeiro próximo, seria o caso de o Governo Itamar Franco examinar se, à luz da mudança na política econômica daquela nação, com a troca do Governo Bill Clinton em relação ao Governo George Bush — que, inclusive, teve uma postura de forçar o Brasil a adotar certas diretrizes —, quem sabe não seja agora o momento propício para se rever alguns dos itens desse acordo, elaborado ainda pelo Governo Fernando Collor de Mello, através do Ministro Márcio Marques Moreira, com as forças existentes, representadas pelo Governo republicano do Presidente George Bush.

É preciso considerar que a partir de janeiro teremos uma outra visão do Governo dos Estados Unidos da América, com uma administração que nasceu, sobretudo, das críticas à política econômica do Governo George Bush, inclusive no que diz respeito à política recessiva e seus reflexos sobre a economia de toda a América Latina e do Brasil.

Mas, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de registrar a minha apreensão diante do atentado ocorrido na Alemanha, na cidade de Molln, perto de Lübeck, quando neonazistas alemães mataram três turcas — uma mu-

lher e duas meninas —, ao provocar um incêndio. Foi o pior ataque contra estrangeiros desde a reunificação de outubro de 1990.

Quero alertar para a importância desses ataques que se têm repetido na Alemanha. A população daquele país, tanto do lado Ocidental quanto do lado Oriental, começa a reagir, promovendo manifestações de protesto contra essas posturas de grupos neonazistas, que vêm — se organizando de uns tempos para cá, inclusive com algumas repercussões no Brasil, na Grande São Paulo, no ABC paulista e em outras cidades do Sul brasileiro.

Venho, portanto, reiterar a minha solidariedade a todos aqueles que têm sido vítimas desses grupos, seja na Alemanha, seja aqui no Brasil.

Quero registrar que há poucos dias na cidade de São Paulo houve um ataque fatal de grupos denominados skinheads a um jovem negro. E essa não foi a primeira vez. Também na cidade do Rio de Janeiro ocorreu um incidente grave: um cidadão angolano foi vítima de violência e arbitrariedades policiais.

Seria importante que passássemos a condenar, com veemência, todas essas atitudes racistas, que fazem lembrar a tragédia vivida pelo povo alemão durante a época de Hitler, a época do nazismo. É muito importante que estejamos atentos a quaisquer manifestações que possam ocorrer no Brasil.

Há alguns meses, a Rádio Atual e o Centro de Tradições Nordestinas, na cidade de São Paulo, foram objeto de grotescas manifestações de perseguição aos nordestinos. Neonazistas, skinheads, ou grupos denominados nacionalistas lá estiveram e colocaram inscrições de perseguição, como “morte aos nordestinos”. Naquela oportunidade, fiz questão de visitar a Rádio Atual e o Centro de Tradições Nordestinas, manifestando minha solidariedade aos nordestinos.

Nesses últimos meses, também dialoguei com diversos grupos, como o Movimento Negro Unificado e outros afro-brasileiros, expressando a minha solidariedade a todos aqueles que vêm sofrendo pressões por parte de grupos que querem reviver, no Brasil, cenas e episódios de perseguição racista, que certamente precisam ser condenados com veemência por todos nós, representantes do povo no Senado e no Congresso Nacional.

O Sr. Aureo Mello — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Pois não, com muita honra, Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Antes de mais nada, a nossa saudação pelo retorno de V. Exª a esta tribuna, que, mesmo na divergência das idéias, é motivo de grande satisfação para seus amigos e admiradores que integramos esta coletividade legislativa. A respeito do assunto que V. Exª está tratando, quero também hipotecar a minha solidariedade de brasileiro e amazonense das distâncias e aduzir, a título de colaboração, que, no meu modo de entender, a maior glória, o principal motivo de orgulho do Brasil em relação a seu povo, é justamente a miscigenação, essa mistura racial que faz com que, em qualquer recinto, nós tenhamos as representações étnicas de todos os povos do mundo. O Brasil é, sem dúvida, esse laboratório onde se faz uma experiência que derruba precisamente aquela em que se baseava Adolf Hitler para dizer que o cruzamento do cão d'água e um galgo daria um cão inferior. Mas entendemos nós que, no concernente a seres humanos, essa miscigenação produz um indivíduo arguto, inteligente, engenhoso, capaz de grandes vãos científicos, grandes mergu-

lhos na ciência, na literatura, e no plano do esporte também, destacando-se como um conjunto de todas as forças raciais sintetizadas no brasileiro. De maneira que as palavras de V. Ex^a exigem que nós a referendemos e digamos do nosso repúdio a essas forças retrógradas e fascistas que têm a idéia completamente estapafúrdia de querer, no Brasil, estabelecer regime de castas, de raças, sistemas que não podem nem ser cogitados no Brasil. Porque não somos uma raça, somos um povo, somos a mistura de muitas raças, mas não podemos nos afirmar como uma raça indiana, japonesa, germânica, saxônica; somos a fusão do germânico, do saxônico, do indiano, do negro, do japonês, do coreano, de tudo. E esse é o grande estandarte, a grande flâmula, motivo de orgulho para este grande país que é o Brasil, que não fica atrás de país algum no seu desenvolvimento. O símbolo da fusão dessas raças é o próprio nordestino, que tem nas suas veias o sangue do holandês, misturado com o sangue do índio, do português e do negro, representando, realmente, pela sua tez morena, pela sua aparência étnica das mais originais, um **melting pot**, um grande amálgama mundial, motivo de orgulho para nós em sermos brasileiros. Muito agradecido.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço as palavras do Senador Aureo Mello e gostaria, especialmente, de dizer que concordo com essa conceituação de como o povo brasileiro é formado, por uma infinidade de povos e raças. Isso precisa ser desenvolvido e olhado sempre como uma qualidade. Jamais podemos aceitar, entre nós, quaisquer atitudes que não sejam senão de conagração de todos os povos que formam a nossa nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, notícias transmitidas hoje por jornais e cadeias de televisão indicam a gravidade da greve dos médicos no Distrito Federal. As informações mostram que grande parte dos serviços já está paralisada; acentua-se que ocorreu óbito por falta de assistência regular e, mais, as mesmas notícias acrescentam que os médicos voltarão a reunir-se hoje em assembléia; e a greve vai a caminho de um fim, podendo deliberar até por demissão coletiva. Autoridades que falaram — inclusive o Governador do Distrito Federal — também tiveram oportunidade de assinalar a extrema delicadeza da situação, ao tempo em que esclareciam que o Governo local não dispõe de condições para oferecer aumento superior aos 70% já prometidos. Médicos, por sua vez, declaravam a inadmissibilidade de aceitação da proposta governamental. Tudo está, assim, a indicar que se gerou um impasse que, a partir de agora, poderá produzir consequências bem mais graves.

Cumpro mesmo assinalar que, ao tempo em que estas notícias eram veiculadas, viam-se nos **flashes** das televisões a amostragem da situação dos hospitais, com seus corredores cheios, com a indicação de que não havia mais como internar doentes de modo regular.

Diante disso, Sr. Presidente, considerando que, nos termos da atual Constituição, o Distrito Federal é Unidade integrante da Federação e que também, segundo o texto, a saúde é direito de todos e dever do Estado, venho formular as considerações cabíveis com uma sugestão. Não vamos discutir o direito de greve da nobre classe médica do Distrito Federal. Não queremos mesmo apreciar o mérito da questão. Ao Governo local, associado ao Governo Federal, há de caber a tarefa de encontrar a solução.

Mas a Constituição, assegurando o direito de greve, estabelece os limites em que deve ser exercido esse direito e declara que:

“A lei definirá os serviços e atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.”

A Lei n^o 7.783, de 28 de julho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais e dá outras providências, prescreve, no seu art. 11, a forma com que se deve proceder com relação às atividades essenciais. Antes, esclarece, no art. 10:

“São considerados serviços ou atividades essenciais, dentre outros, a assistência médica e hospitalar.”

E, no art. 11, precisamente, declara:

“Art. 11 — Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único — São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.”

No mesmo passo, o art. 12 da Lei estipula:

“Art. 12 — No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.”

Em face do quadro que se criou, e tendo o Governador do Distrito Federal declarado na televisão que o Governo Federal informara não dispor mais de condições para o repasse de outros recursos que garantissem o aumento além do já oferecido, parece que nos cabe uma parcela de responsabilidade no encaminhamento dessa situação: Não se trata, de nenhuma forma, de intervir indebitamente nos assuntos do Distrito Federal. Mas pela condição especial do Senado, de Casa da Federação, e por se tratar, hoje, o Distrito Federal de unidade integrante da Federação, é oportuno que esta Casa se movimente em forma de colaboração para ajudar o Governo do Distrito Federal numa emergência extremamente delicada.

Pelo que se leu e ouviu hoje, pode ocorrer que a partir de amanhã não haja serviços médicos no Distrito Federal; basta que os médicos decidam, por exemplo, dentro de uma das alternativas previstas, pelo pedido de demissão coletiva. Mas, ainda que tal não ocorra, se se prolongar a greve — pelo que hoje já se sentiu, a contar do dia de amanhã — a situação será irrecusavelmente calamitosa.

Por essas razões, Sr. Presidente, e tendo em conta que nesta Casa, que é a Casa da Federação, funciona a Comissão de Assuntos Sociais, em cujas atribuições se inclui a de cuidar da proteção à saúde, venho pedir, por intermédio de V. Ex^a

e do nobre Senador Almir Gabriel, Presidente dessa Comissão, que seja estudada a situação e considerada conveniente uma tomada de posição junto ao Ministro da Saúde, a fim de que os dois órgãos, em conjunto, possam oferecer ao Governo do Distrito Federal e aos órgãos que orientam a classe médica uma solução adequada, que preserve os direitos da população e resguarde o interesse da comunidade do Distrito Federal.

Essa interferência, se considerada legítima — como a mim, modestamente, parece —, há de ser com uma possível urgência, diante do quadro que hoje foi noticiado, do qual se colhe a certeza de que não havendo um encaminhamento pronto, a situação da assistência médica e hospitalar do Distrito Federal poderá entrar em colapso total a partir de amanhã.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Josaphat Marinho, V.Ex^a me permite um aparte.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Almir Gabriel — Como sempre, V.Ex^a coloca de maneira muito clara e didática a sua posição a respeito de qualquer assunto que trate. Para nós, profissionais da área da saúde no exercício de um mandato, as colocações feitas por V.Ex^a nos conduzem a tentar fazer uma revisão bem ampla do problema mencionado por V.Ex^a — a saúde da população brasileira. Permita — me um aparte longo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não só V.Ex^a tem todo o direito, como é um prazer ouvir a sua exposição.

O Sr. Almir Gabriel — Para mim, é, sobretudo, uma honra. V.Ex^a toca num ponto que é agudo, gravíssimo, que tem a ver com as condições econômicas, sociais, da ética das profissões ligadas ao setor de saúde, enfim, da maior significação. Este País nunca dispendeu muito com saúde. Todavia, ao longo desses últimos 25 anos, o Brasil reduziu os seus gastos com saúde de 3,6% do Produto Interno Bruto para algo em torno de 2,1%. Isso se tomarmos em conta que cresceu a população brasileira, o que significa que o volume de recursos **per capita** distribuído para a população brasileira diminuiu significativamente. Quando comparamos os gastos do Brasil na área da saúde com os de outros países ficamos estarecidos. Enquanto alguns países gastam 2.200 dólares **per capita** ano, como os Estados Unidos; o Canadá que gasta 1.900 dólares; o Brasil gasta menos de 50 dólares **per capita**/ano. Isso sem considerarmos as condições de salário, habitação, emprego, que são condições que reduzem as necessidades relativas às enfermidades ou que dão saúde. Pois bem, dentro dessa situação, estamos vivendo um momento mais crítico, resultante do fato de que, discutindo-se a constitucionalidade do FINSOCIAL ou a competência do Governo anterior em ter feito leis absolutamente incorretas, inclusive com o apoio do próprio Congresso Nacional — e cronicamente sofrendo de deficiência de recursos —, acabamos por agudizar essa situação com a falta do FINSOCIAL, onde já foram recolhidos — só para questionar — algo em torno de 7 bilhões de dólares, representando 47% do total dos recursos do Ministério da Saúde, que é o grande redistribuidor, atualmente, de recursos para os Estados e Municípios. Então, eu diria que, de um lado, a população sofre porque há o desemprego, o achatamento salarial, porque necessita de atendimento na área da saúde e não tem condições de acesso a serviços privados. De outro lado, o Governo falece pela condição de não arrecadar verbas e não poder dar esse recurso destinado especifi-

camente para o setor de saúde. Logicamente, faltam medicamentos e a condição de remunerar adequadamente os profissionais; chegamos ao colapso do sistema de saúde no Brasil. Há poucos dias, assisti um filme dos hospitais brasileiros e posso garantir a V.Ex^a que foi uma das mais tristes cenas que pude presenciar. As condições de infra-estrutura dos hospitais, as condições de atendimento, os CTI e salas de operações chegaram a um nível de degradação que nos fazem pensar se realmente ainda podem ser chamados de hospitais esses locais onde se diz que se praticam ações de saúde. Eu diria, portanto, que vivemos uma situação extremamente grave, e mais grave ainda quando verificamos que os profissionais de saúde estão recebendo salários terrivelmente achatados. São profissionais que devem, para chegar ao exercício adequado da sua profissão, além de estudar dezoito anos, fazer mais dois, mais três, mais cinco anos de especialização para, ao cabo, receberem alguma coisa como quatro salários mínimos! Hoje eu poderia dizer a V.Ex^a que profissionais médicos, dentro do Distrito Federal, estão ganhando, pelo menos na carreira inicial, algo em torno de dois milhões e meio de cruzeiros. Se compararmos esse salário com o de alguns estados do Brasil, e de certas cidades, vamos verificar que a situação daqui já é extraordinariamente boa, porque há estados que pagam o equivalente a um salário mínimo ou pouco mais do que um salário mínimo ao médico. Agora, o que V.Ex^a observa no Distrito Federal, devido à sua sensibilidade, poderá verificar que também está acontecendo em Pernambuco, em Minas Gerais e em outros estados. Veja bem, a história das greves dentro da área de saúde demonstrou que toda vez que a greve se mantinha não se fazendo o atendimento de rotina, mas se fazendo o de urgência, a própria população não pressionava os órgãos governamentais e os governos se sentiam muito tranquilos porque, como a emergência vinha sendo atendida, as greves se prolongavam por um, por dois, por três meses e, por estafa, acabava-se chegando a uma negociação. Estamos vendo uma das coisas mais perigosas que podem ocorrer, V.Ex^a, e eu, como profissional de saúde: é que para sensibilizar os governos cada vez mais se radicaliza o movimento sindical, a ponto de colocar em risco uma condição fundamental da profissão de saúde, isto é, o compromisso de atender as pessoas, especialmente num momento de emergência e de risco de vida. Ontem, provavelmente assistimos ao mesmo noticiário, e fiquei estarecido ao tomar conhecimento de que o Banco de Sangue do Distrito Federal não is. Como profissional da área, repito, fiquei pálido, fiquei estarecido, sem poder movimentar — me, certo de que estamos chegando a um limite que não é evidentemente o limite correto para a negociação. Fiquei estarecido também ao constatar que o Hospital de Base, que dispõe de 90 leitos de emergência, estava com 300 pacientes, e que todas as macas estavam esgotadas e que pacientes eram colocados no chão para serem atendidos. Acho que V.Ex^a aborda a questão com palavras de muita ponderação. Sabemos todos das dificuldades que estão sendo vividas pelo Governo brasileiro, pelo Governo do Distrito Federal e também pelos profissionais da área da saúde, que precisam ter uma remuneração adequada. Acho que neste momento todos precisam ter compreensão suficiente para entender que podemos estar atravessando uma fase significativa na vida brasileira. Certamente, com a compreensão, quer dos sindicatos, quer do Governo do Distrito Federal, quer do Governo Federal, talvez possamos chegar a um bom acordo neste momento, que pode não satisfazer a nenhum deles, mas que pelo menos responda àquilo que

é essencial, ou seja, que a população do Distrito Federal, como a de Minas Gerais, como a de Pernambuco e de outros Estados não sofra à míngua com a paralisação dos serviços de saúde do Brasil. O apelo, a proposta de V.Exª me honra muito. Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, posso dizer, em nome de outros companheiros, inclusive do próprio companheiro Francisco Rollemberg, que preside esta sessão, que será para nós uma honra, uma distinção, poder exercer uma função de mediador, e o faremos com toda a satisfação, com toda a alegria, caso o Senado assim decida. Festejo a sensibilidade de V.Exª, de colocar esse problema para o Plenário do Senado Federal.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, a competência técnica e a experiência do nobre Senador Almir Gabriel, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deram às palavras que vinha proferindo a moldura adequada, a substância capaz de fazer com que a Casa se aperceba exatamente da gravidade da situação.

Como disse no início destas palavras, não pretendo discutir o direito das partes, não se argui nada contra a legitimidade da greve nem contra a pretensão da classe médica do Distrito Federal de obter melhores salários. Também não se nega razão ao Governo do Distrito Federal no que concerne às dificuldades de ordem financeira que vem manifestando.

O de que se cuida é de encontrar, por meio de uma mediação de todo insuspeita, um caminho que evite o desdobramento da crise, e que não se assista, na Capital da República, ao drama, que ainda hoje revelavam as televisões, de uma população pobre desamparada nos corredores dos hospitais.

O objetivo da proposição que trago à consideração de V.Exª e da Comissão de Assuntos Sociais é exatamente no sentido de que o Senado, como casa da Federação, diante da situação a que chegou a crise entre a administração e os médicos, assumam uma posição, tome uma atitude de mediação no caso, ajudando o Governo do Distrito Federal e a classe médica em greve a encontrar uma solução que lhes preserve o bom entendimento e ao mesmo tempo lhes dê condições de bem servir à população desta Capital.

O Sr. Valmir Campelo — Permite — me V.Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Valmir Campelo — Senador Josaphat Marinho, estava em meu gabinete ouvindo V.Exª e dirigi — me até o plenário para agradecer a preocupação de V.Exª, em nome da população do Distrito Federal, que tenho a honra de representar. Realmente, V.Exª situa muito bem: o Senado, que representa o equilíbrio, tem uma missão e um compromisso maior, e eu acredito até que está fugindo da competência do Governo do Distrito Federal esse assunto. É uma greve que realmente vem se arrastando, criando os maiores problemas para Brasília, para o sistema de saúde, não só dos habitantes do Distrito Federal. Como V.Exª sabe, pessoas de todos os recantos do País procuram o sistema de saúde de Brasília. Tive oportunidade, nobre Senador, de viajar quinta — feira a São Paulo em companhia de vários outros Senadores, e a Senadora Marluce Pinto me confiava que, tendo em vista a precariedade da saúde do seu Estado, Roraima, que não possui aparelhos nem para se fazer uma boa radiografia, o Governador todas as semanas manda um avião do Estado com quinze ou dezesseis passageiros para consultas, para aten-

dimento médico aqui na rede hospitalar do Distrito Federal. Por aí V.Exª vê as dificuldades que nós enfrentamos. E os recursos que são repassados da União para esses Estados ficam nos próprios estados, não acompanham os doentes que vêm receber atendimento médico-hospitalar no Distrito Federal. Daí a saúde ser cara aqui no Distrito Federal. Fui prefeito — administrador de três cidades aqui em Brasília, nobre Senador Josaphat Marinho, e observei que o número do prontuário de atendimento aos pacientes nas cidades — satélites às vezes é 8 ou 10 vezes maior que o número de habitantes daquelas cidades. Isso quer dizer que é feito um grande número de atendimento médico — hospitalar a pessoas de fora. Fico muito satisfeito com a sugestão apresentada por V.Exª: a de pedir ao nobre Senador Almir Gabriel, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que procure o Ministro da Saúde e outras autoridades para que, juntos, possamos encontrar uma saída. O Governo do Distrito Federal não dispõe de recursos suficientes para atender às justas reivindicações dos médicos, que realmente ganham muito pouco para sobreviverem aqui, no Distrito Federal, Capital da República. O Governador Joaquim Roriz e nós todos achamos justas as reivindicações, porém ocorre que não temos receita, pois os repasses da União são insuficientes para alcançar tal fim. O Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda afirmaram que não dispõem — como V.Exª também frisou — de recursos para repassá — los, ainda neste exercício, ao Governo do Distrito Federal. De forma que quero enaltecer e agradecer, em nome de Brasília, a preocupação de V.Exª, que é de todos nós também, e reforçar, mais uma vez, a sugestão de V.Exª para que a Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa do seu Presidente, esse dinâmico Senador Almir Gabriel, que se encontra neste momento em plenário, nos ajude a fazer gestões junto aos Ministros da Saúde e Planejamento. Esperamos que Brasília não venha a ser prejudicada em termos de qualidade de vida dos seus habitantes e que também seja propiciado o atendimento mínimo, em termos de saúde, aos habitantes do Distrito Federal e do nosso País. Muito obrigado a V.Exª

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V.Exª não tem que me agradecer, nobre Senador Valmir Campelo, que tão dignamente representa o Distrito Federal.

Apenas entendo que, se Brasília nos recebe a todos tão bem, nosso dever como representantes de todos os estados é, numa hora dessas, dar-lhe o testemunho do nosso respeito, indo ao encontro das exigências de sua população e de seus órgãos dirigentes, e servidores, para que a Capital da República possa bem servir a toda a comunidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência eventual desta Casa, nesta tarde, fará chegar ao Sr. Presidente, Mauro Benevides, a sugestão de V.Exª, assim como a aquiescência do Senador Almir Gabriel, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em participar de uma comissão capaz de mediar os entendimentos entre a classe médica de Brasília, o Sr. Governador do Estado, o Sr. Ministro da Saúde e o Sr. Ministro da Fazenda.

Tenho a certeza de que o Senador Mauro Benevides cuidará do atendimento dessa reivindicação.

Concedo a palavra ao Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores,

hoje tive o ensejo de ler um artigo firmado pelo Sr. Presidente do PMDB, Orestes Quércia, intitulado "Fim da Impostura", em que ele tira o cinturão das calças e lapeia, com bastante veemência, certas alas da CPI da VASP que exigiram, inclusive, que os seus gastos, as suas contas, os seus ganhos fossem claramente esclarecidos, para conhecimento, talvez, das multidões "cara — pintadas" que infestam o Brasil; ou, ainda, daqueles que, mediante golpe soez e torpe, estão sempre dispostos a implantar em nosso País um regime bem diferente daquele ao qual estamos habituados.

Disse ele:

"Inconformados com a aprovação da conclusão final da CPI, meus adversários, que somente louvam e acatam os procedimentos democráticos quando são seus beneficiários, perpetraram um relatório dito alternativo, cuja finalidade única é ampliar na imprensa as acusações mentirosas demolidas pela comissão.

Constituindo um insólito grupo de conservadores fisiológicos e esquerdistas radicais, defensores inabaláveis do atraso, insuflados por um ex — grande jornal da finada aristocracia rural" — não sei que jornal é esse; quem sabe se não é a *Folha de S. Paulo*, quem sabe se não é o *Jornal do Brasil*, quem sabe se não é o *O Globo* —, "insistem nas mentiras, como tática, destinadas a desacreditar o projeto de desenvolvimento proposto à Nação pelo PMDB, pois são capazes de idêntica iniciativa."

Ora, o Sr. Quércia não está para brincadeira. O Sr. Quércia, presidente — substituto de Ulysses Guimarães, no PMDB, está a fim de "baixar a maçanduba" no coco, na moileira, de todos aqueles que contra ele investirem, ou quiserem, por assim dizer "amorenar" a sua reputação, dita como mais alva do que este terno de linho em que hoje estou vestido e o qual estou estreado.

Pois bem, ele castiga sem dó justamente aqueles companheiros que há bem pouco tempo com ele estavam unidos em jornadas bastante significativas, em que os pregos e os alfinetes eram acionados para levantar das cadeiras em que estavam sentados alguns titulares que não eram de seu agrado. Até porque essas cadeiras eram por eles sonhadas para servir de "poisadouro", para quando, devidamente sufragados por multidões "cara — pintadas", pudessem ocupar curul que lhes seria de grande simpatia.

Ora, este mundo é realmente redondo! O Sr. Quércia ainda ontem era aquele dedo gigantesco, rijo como uma vara de pescar, apontando defeitos nas administrações. E ele, hoje, se apresenta como se réu fosse de elementos da esquerda, onde provavelmente descobriremos um ponto final, ou seja, um pt, para que sirva de modelo aos seus inimigos, aos seus adversários.

Este artigo publicado inicialmente na *Folha de S. Paulo*, foi transcrito no austero jornal *O Globo* e repetido, sem dúvida, não sei se como matéria paga em outros órgãos da comunicação falada deste grande País.

Ele disse que, perante aquela comissão, prestou, com a maior boa vontade, os seus depoimentos e ofereceu para que fosse investigada a contagem de todos os seus bens e altos patrimônios que, porventura, estivessem vinculados àquelas instituições de crédito. E aí, Orestes Quércia não tem meias medidas: ele pega o sarrafo que, possivelmente, conseguiu em alguma madeireira, e bate forte nas costas da-

queles que considera autores da grande molecagem, que é tentar apresentar à Nação a sua imagem, como se ele fosse um homem que partiu do zero e fez a fortuna, dita fabulosa, que hoje tem, através de meios mais ou menos "aeroescusos", meios que a comissão, presidida pelo Deputado José Thomaz Nonô, não quis que fossem investigados diretamente nas suas contas bancárias.

O eminente Jornalista Tarcísio Holanda, também em artigo publicado em um dos matutinos deste País — se não me engano, o *Correio Brasileiro* — disse que o ex-Governador Orestes Quércia assumiu o compromisso de não disputar a reeleição na Presidência Nacional do PMDB. Por quê? Porque a promessa foi feita durante encontro que manteve com integrantes da Executiva Nacional, entre os quais o ex-deputado mineiro Joaquim de Mello Freire, atualmente Secretário-Geral do Partido, ainda na fase de campanha para prefeito municipal. Um importante parlamentar de Minas Gerais liberou ontem essa informação, acrescentando que já existem conversações preliminares, destinadas à escolha consensual do substituto de Orestes Quércia na Presidência do PMDB. Os dois nomes mais falados são dos cavaleiros gaúchos Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara Federal, e do sempre querido e eloquente Senador Pedro Simon, brilhante vexilário dos Pampas, que tanto nos encanta com o seu verbo nos momentos em que assoma à tribuna desta augusta Casa.

Assim, os gaúchos, cuja tradição no País como Presidentes da República — dizem os chamados "filhos da candinha" — é a de se manterem perpetuamente nos postos executivos que ocupam, citando inclusive o nosso saudoso e querido ex-Presidente Getúlio Vargas, e ainda o próprio João Goulart e Pinheiro Machado, na sua atuação à socapa, parece-me que vão assumir o comando do velho PMDB, glorioso Partido de grandes tradições, que veio com a bagagem do Partido Trabalhista Brasileiro, Partido que empunhava a bandeira de Vargas e se tornou — sob a Presidência de Ulysses Guimarães, hoje o rei desaparecido dos grandes oceanos — o campeão da oposição no tempo da estrelante e metálica revolução "rebentora" ou redentora, conforme se queira apreciar ou apelar.

De maneira que, ante esse artigo de Orestes Quércia e ante a informação trazida pelo eminente Jornalista Tarcísio Holanda, ao assumir tal compromisso de não querer mais, ou no momento, ser o Presidente eleito do PMDB (sic), o próprio Quércia admitia, implicitamente, que sofrera profundos desgastes com as acusações que têm sido feitas à sua administração no governo paulista.

Deputados e Senadores do PMDB concordam que, em face dos efeitos devastadores que acusações em cascata tiveram sobre a reputação de Quércia, se Ulysses Guimarães não tivesse morrido, estaria pavimentado o caminho de sua volta triunfal à Presidência do PMDB. E vai por aí... Orestes Quércia diz mais, no seu artigo bastante confidencial, se tal paradoxo pode ser aceito sobre um artigo que se publica em jornal:

"Infelizmente certos membros da comissão não estavam lá para investigar as supostas ligações entre o comprador da empresa, Wagner Canhedo e PC Farias, finalidade explícita da CPI. Ao contrário, participavam da CPI com a intenção oculta de transformá-la em tribunal de exceção, com direito a patrocinar acusações esdrúxulas contra mim, para prejudicar o PMDB, no período eleitoral.

O episódio do sigilo de minhas contas bancárias ilustra a má-fé, a intolerância e a prepotência desses membros da comissão. Como nada tenho a esconder — diz Quércia — autorizei espontaneamente a quebra do sigilo de minhas contas, neutralizando as manobras espúrias do grupo.”

O resultado da CPI da VASP, salvo o juízo dos doutos, concluiu por um empate, que foi modificado pela decisão ou voto de minerva do Presidente da Comissão, José Thomaz Nonô, Deputado pelas Alagoas. E, assim, as Alagoas tiveram a oportunidade de decidir a favor do nobre Presidente do grande PMDB, partido ao qual tenho vinculação cardiológica, porque sempre o amei desde o momento em que fui um dos seus fundadores. O nobre PMDB não tinha o direito de permitir que aqueles energúmenos que estavam na comissão viessem a saber das contas bancárias do eminente presidente do glorioso partido que lidera, hoje em dia, talvez, a maior corrente de ministros existentes no País.

Ora, o Sr. Quércia tem toda razão: o pessoal das esquerdas não está “dormindo de touca”, não está boabeando, não está esperando “ver os patos passarem”. O próprio Governo que temos instalado em nosso País já é um tremendo governo socialista, com raras exceções, a começar — para comprovar o que digo — pelo Líder do Governo, que é um baita comunista, daqueles que nos empurram quando vamos sentar em sua cadeira, e que defende o ponto de vista de que esse negócio de fatiota de seda, automóvel colorido e mansões muito palacianas não podem existir em contraste com as choupanas ululantes que, nos bairros sofridos e nos barrancos distantes, recebem o arco de violino dos ventos que as fazem emitir sonatas de desespero. Não! Há que haver uma equanimidade social. Sem dúvida, os ricos têm que baixar alguns degraus, os empresários têm que dar participação dos seus lucros aos trabalhadores, e estes têm que ser condignamente aquinhoados à altura do seu trabalho.

O líder comunista, hoje num outro partido com um nome que não se consegue gravar, é o Líder do Governo. Não estou censurando o Governo por isso, não! O nobre Presidente em exercício, Itamar Franco, tem força e — por que não dizer? — topete, para tomar essa atitude e escolher ministros à altura de um programa, talvez diferente um pouco do programa que Orestes Quércia apresenta dentro do PMDB. Querem ver? O Ministro da Saúde é o próprio Presidente do Partido Socialista, nosso querido amigo e inteligente médico, Jamil Haddad; o Ministro do Trabalho e Administração é o representante do velho, cansado e lutador PT, partido que tem uma estrela na sua bandeira vermelha e que batalha para que, ao lado dos setores mais liberais da igreja, se implante no Brasil um governo liderado por um intelectual, por pensador profundo, por uma figura paradigmática e fantástica como o metalúrgico chamado Lula; homem que, com seus conhecimentos obtidos em viagens à França e a países do Primeiro Mundo, decerto já está habilitado a fazer um governo paralelo e a transformar este País em alguma coisa de maravilhoso. Isso o PMDB — coitado! — nunca poderá alcançar nem conseguir com um Quércia da vida ou com um outro candidato que, certamente, essas correntes irão detestar e vetar, impedindo que tal aconteça.

O Presidente Quércia, com toda a sua razão, puxa da durindana e infla, vigorosamente, na ilharga desses esquerdistas que estavam ansiosos, junto com conservadores bisinhos e interesseiros, por desacreditá-lo, por desmoralizá-lo,

por fazer com que seu nome viesse a se constituir em um nome incapacitado para ser, futuramente, um Presidente da República ou um candidato a tão alta investidura. Mas, ponderoso que é, tomou a precaução de combinar com outros companheiros que não é oportuno tentar, agora, a reeleição para a Presidência do glorioso PMDB porque, apesar dos pesares, os seus aliados, os seus irmãosinhos das áreas socialistas, entre os quais — insisto em repetir — estão ministros judiciosos do nosso País, ministros altamente maduros, vermelhos, para o exercício das funções que lhe são atribuídas e, quem sabe, serão capazes de modificar esse Brasil de maneira tão radical que, como num passe de mágica, sem nenhum planejamento, sem nenhuma idéia cientificamente predeterminada através de longos papéis, venhamos a ter o reino de Canaã, ou a Planície do Manah.

Governar é coisa fácil, presidir a República é uma brincadeira de criança; transformar uma nação que aumenta vertiginosamente a sua quantidade populacional, a sua área demográfica, é a coisa mais simples e mais banal a ser feita por qualquer um! O presidente que não souber transformar o Brasil em 24 horas num país perfeitíssimo, de gente sorrindo de orelha a orelha — aqueles que tiverem dentes — é um presidente incompetente e deve ser apeado do poder; deve ser feita a lavagem cerebral deste País; os “caras — pinçadas” devem ser postos nas ruas; os toques de clarim e os gincãos não devem ser esquecidos. Então, sempre há de surgir o homem providencial, aquele que resolve tudo num simples peteleco, num mero piparote, e transforma o país na terra abençoada onde vivem os anjos e onde as hamadriades solfejam em bosques encantados as melodias lindas que os pans e os sátiros gostam de ouvir e perseguir. Então, assim se faz.

Lá está na Presidência do Poder Legislativo — dito mais baixo, a Câmara dos Deputados, às vezes apelidada Baixa — aquele cidadão que reúne meia dúzia de líderes — ditos líderes — e quer transformar o Regimento Interno, felizmente sem êxito, dizendo que as votações para os Deputados que estejam incidindo em algum crime de responsabilidade, ou de violência regimental, devem ser realizadas às claras; ou seja, que cada Deputado, em voto aberto, diga: voto contra, pela alma da minha bisavó, ou pelo espírito do meu tataravô. Quero que derrubem esse Deputado e, casualmente, até esse Presidente, seja lá o que for.

É mais fácil, hoje, no Brasil, tirar um Presidente do seu cargo do que tirar um inquilino de um imóvel. Se V. Ex.ª forem interpor uma ação para tirar um inquilino de sua propriedade, constatarão que isso vai levar, pelo menos, um ano e meio. Mas Presidente se tira fácil, fácil!

Por isso, em virtude desse artigo e de algumas coisas que estamos vendo aí, temos que ficar admirados; temos que dizer que com Orestes Quércia a parada é mais perto do sapato. Não é fácil embair o nobre Presidente do sempre amado PMDB. Como disse o nobre Senador Amir Lando, o pirilampo já está piscando na minha frente e, por isso, vou encerrar. (O nobre Presidente, generosamente, jogou uma toalha em cima desse danado do pirilampo!). Ele parece também com aquela luzinha do avião, quando ela anuncia que o avião vai pousar, hora agradável para medrosos como eu, que nas raras vezes em que voei, achei que isso era uma grande oportunidade de ressuscitar para a vida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, brasileiros ditos conservadores, ditos de classe média, ditos empresários, ditos intelectuais, ditos funcionários, muito cuidado, porque o objetivo da turma que quer desmoralizar Orestes Quércia ainda não

foi alcançado, e a sua marcha ainda não acabou. Somente acabará quando eles, depois de passarem uma rasteira em Itamar Franco, depois de massacrarem qualquer energúmeno do PMDB que deseje assumir o comando — em — chefe do Governo, puderem realmente colocar os seus pontos de vista no Governo e ali exercitarem uma tarefa que, dentro do seu idealismo, a eles lhes parece nobre e bela, embora eu não lhes veja ternura, nem amor para com gente fedorenta, de mão muito calosa e de pé inchado, de qualquer espécie, que exista pelas esquinas; mas uma missão muito ideal, que, depois de ter sido praticada na santa Rússia, na Rússia das neves infinitas, da Sibéria alva, como um corpo branco de mulher, fracassou, tornou — se inadequada, triste e infeliz, porque, justamente, no campo da agricultura, não pôde fazer explodir batata doce de debaixo do grande véu de neve, que se estendia sobre a ondulosa União Soviética.

E hoje lá está o Sr. Ieltsin de chapéu na mão, humilde como um pária, pedindo auxílio, pedindo ajuda, pedindo empréstimo. Lá vem o Presidente Gorbachev fazer palestra no Brasil e aqui acolher e receber a simpatia de quem leu a **Perestroika** e sabe que aquilo é um **mea culpa** dos mais graves!

Mas no Brasil os barbadinhos dizem que não, que no Brasil a coisa vai dar certo, porque eles são barbados e barbado não erra; porque eles são líderes de si mesmos e líderes de si mesmos não erram. E, então, o PMDB que se lixe, o Sr. Orestes Quêrcia que vá para as cucuias, que a coisa boa vem aí...

Tudo isso, digo — o, modestamente; da insignificância da minha "provincianice" amazonense — e digo depois de ler o artigo de Orestes Quêrcia e de ver que ele não está satisfeito, está danado, porque sofreu danos: está zangado, porque está com zanga, e vamos ver o que acontece no futuro que se aproxima...

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente neste momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que sou o último orador nesta tarde. Todavia, além de ter o prazer de escutar os que me antecederam, tive um prazer maior: o de poder falar, neste momento, trazendo um tema que me parece muito importante.

Votamos, nesta Casa, há meses, um substitutivo ao projeto de lei que institui a Advocacia-Geral da União. Esta matéria demora-se na Câmara dos Deputados, já depois de haver demorado muito mais antes de chegar. E isso pode até deixar a impressão de que a Advocacia da União, criada pela Constituição de 1988, não é necessária.

Não quero falar em desdida do Governo, nem do Poder Legislativo. Quero fazer um apelo para que a Câmara dos Deputados sinalize esta matéria, principalmente depois que foi possível ler nas páginas de **O Globo**, no último domingo, na apreciada coluna de Joelmir Betting, a denúncia que vou ler agora para que fique bem patente o quanto é necessário que a Advocacia da União passe a funcionar de imediato com todo o seu potencial, com os procuradores da Fazenda, com os procuradores da República que optarem, com os assis-

tentes Jurídicos, com os procuradores previdenciários, enfim, com toda a clientela natural desse projeto de lei.

Já fiz, Sr. Presidente, alguns pronunciamentos inspirados na minha indignação quando notei que se pretendia organizar a Advocacia da União sem o ser humano, sem as pessoas, sem os técnicos, para que concursos fossem realizados e o serviço público tivesse os seus atuais serventuários na área jurídica postos em disponibilidade e outros novos fossem chamados no raciocínio atropeladamente difícil de se entender exercido por alguns Parlamentares na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, vou ler a matéria escrita por Joelmir Betting:

"O GRANDE ASSALTO

Era só o que faltava. Uma quadrilha de advogados, mais de trinta, já aplicou nos cofres da União um desfalque acumulado da ordem apocalíptica de US\$20 bilhões de dólares. O mais espantoso: são advogados a serviço da própria União, contratados para defendê-la em pendências judiciais nos campos das ações trabalhistas e das indenizações por danos. Eles vestem a camisa dos oponentes, por baixo do paletó e da gravata. Em bom advogadês, a coisa leva o nome de patrocínio infiel.

A denúncia, ainda não formalizada, é da Consultoria-Geral da República. O Presidente Itamar Franco já foi avisado: caiu da cadeira. A traição branca é bem maior que o reforço de caixa pretendido pelo desgastante ajuste fiscal em negociação com o Congresso amuado.

A quadrilha mobiliza centenas de agentes e cobre todo o território nacional. A ordem é garimpar na Justiça as chamadas causas milionárias. Localizado o filão, os advogados da União celebram acordo prévio com os representantes da parte reclamante: perdem a causa de propósito, oferecendo defesas inconsistentes e juridicamente vulneráveis. De preferência, fora de prazo. Essa monstruosa patifaria funciona tanto na administração como na apetitosa seara das estatais, autarquias e fundações.

A coleta de provas está a meio caminho, mas já permite estimar o assalto em US\$20 bilhões, por baixo, segundo o consultor-geral da República, José de Castro Ferreira. A quadrilha de colarinho branco prevalece-se do cipoal de ações judiciais contra a Fazenda pública: são mais de 310 mil ações, envolvendo responsabilidades de US\$60 bilhões. A quadrilha entrega um terço disso.

O caso é de polícia e deve estourar a qualquer momento. Seria bom que a OAB tomasse a iniciativa de amparar profissionalmente as investigações e os processos conduzidos pela Consultoria-Geral da República. É preciso salvar a honra da corporação, já devidamente respingada pelas fraudes do mesmo naipe cometidas contra a Previdência Social.

Com quantos postos de saúde se faz com um desfalque de US\$20 bilhões?"

É essa a matéria de Joelmir Betting.

Sr. Presidente, a União tem procuradores na Fazenda, procuradores da República, procuradores na Previdência Social, procuradores nas autarquias e assim por diante, mas não utiliza convenientemente os seus serviços por falta de uma estrutura, que está terminada, que está acabada e se encontra para ser votada em projeto de lei na Câmara dos

Deputados já com novo substitutivo do nobre Deputado José Thomaz Nono. Há um substitutivo desta Casa, há um substitutivo da Câmara.

Não votam essa matéria, Sr. Presidente, porque ainda hoje perdura uma luta, fascista por certo, contra estes que são naturalmente os que devem advogar pela União: assistentes jurídicos, procuradores, pessoas que têm o cargo, pessoas que têm o compromisso funcional. Mas a União mandou contratar advogados fora, e a denúncia é de que esses advogados estão negociando essas ações, apresentando razões inconsistentes, perdendo prazos, propiciando derrotas à Fazenda Pública e fazem contratos por fora usufruindo fortunas que são roubadas dos cofres públicos. É mais um escândalo nacional.

Como advogado estou aqui para cobrar da Ordem dos Advogados do Brasil uma sindicância imediata, antes que haja uma sindicância no Governo ou, quem sabe, uma comissão de inquérito nesta Casa, ou na outra, ou a comissão de inquérito das duas, para apurar mais esta miséria contra o Estado brasileiro.

Por que, Sr. Presidente? Porque o Governo anterior entendeu que era preciso desmontar tudo; era preciso desmontar toda a máquina administrativa, acabar com o serviço público. Pós milhares de servidores em disponibilidade, despistou os técnicos da área jurídica do seu Governo, esmagou procuradores da Previdência e procuradores autárquicos; esmagou assistentes jurídicos, desestimulou a formação da Advocacia-Geral da União, desmantelou até a Receita Federal, que, rigorosamente, não existe mais. Tudo isso para propiciar com facilidade operações de Pedro Paulo Leôni Ramos, operações de Paulo César Farias, operações ilícitas dentro da Petrobrás, operações ilícitas nos fundos de pensão. Miséria e mais miséria, pela absoluta falta de honestidade neste País! Que não houvesse serviço público nem administração capaz de deter os passos do crime. Foi essa a ação do Sr. Fernando Collor de Mello; foi essa a ação do Sr. João Santana; foi essa a ação do Sr. Wilson Calvo, que ainda hoje está respondendo pela Secretaria de Administração; foi essa a ação de falsos técnicos, desonestos técnicos, que desbotam a Nação a pretexto de "collori-la". Cretinos e desonestos, que desmontaram a Administração Pública brasileira, contrataram advogados fora dos quadros; e esses advogados estariam delinquindo, segundo denuncia o Sr. Joelmir Betting, um cronista que é respeitado pela exatidão de suas informações e pela precisão absoluta dos seus conceitos.

Sr. Presidente, tenho em mãos o Aviso — Circular CGR nº 001, Brasília, 27 de outubro de 1992, assinado pelo Sr. José de Castro Ferreira, que é o Consultor-Geral da República.

Esse Consultor, Sr. Presidente, a despeito de não ter posto ainda os pés no chão, a despeito de não compreender ainda o que é a Advocacia da União, a despeito de ter ido na onda de que Advocacia da União é "trem da alegria", parece ser pessoa bem intencionada. Até prova em contrário, é um homem honrado e honesto que está nesse posto, como honrado era o antecessor, Célio Silva; naquele mar de desonestos, o Sr. Célio Silva se salvava.

Pois esse cidadão que acaba de chegar tem dado declarações infelizes e que não se coadunam com o espírito do Vice-Presidente, no exercício do cargo de Presidente, o nosso companheiro Itamar Franco. É aquela síndrome do "trem da alegria". Tudo que venha a beneficiar o funcionário público

alegria"; se vai beneficiar o funcionário do Senado, e trem

da alegria"; se vai ordenar os trabalhos em algum setor, seja ele qual for, "trem da alegria". Enquanto isso, passam os "trens" tensos e tristes da desonestidade dominante no País, exatamente porque, com medo de que tudo que se faça vá ser chamado de "trem da alegria", não se organiza a Advocacia da União.

Por conta disso, a União está sem defesa, Sr. Presidente. A Fazenda Pública está mal defendida. O Erário não tem uma defesa exata. O Estado não tem uma advocacia honrada. Estamos entregues à desonestidade, ao crime, como bem demonstra o Jornal **O Globo**, na sua edição de domingo.

O Sr. Consultor-Geral da República, na sua inocência ainda dominante, fala em "trem da alegria", no aproveitamento dos que sabem advogar, dos que têm habilitação, dos que conhecem o serviço público, amam os seus cargos, as suas tarefas e, humildemente, esperam uma solução da Câmara dos Deputados. Mas, na sua inocência, mesmo ainda desprotegido por não ter tarimba do cargo, ele dirigiu, dentro de sua boa-fé, para cada Ministro, uma circular, bem posta, bem colocada, que demonstra que esse cidadão já começou a ver luzes diante de si.

Diz a referida Circular:

"Em janeiro de 1992, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, à vista da Exposição Intermistrial nº 11, tornou obrigatória a contratação, por parte do Banco Central do Brasil — BACEN, das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de empresas prestadoras de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica especializados na área trabalhista, para fins de defesa, até à última instância; interesses em juízo, quando reclamados em ações individuais, plúrimas ou coletivas na Justiça do Trabalho sempre que houver possibilidade de conflito de interesse da parte dos quadros jurídicos próprios.

Ainda em termos da citada exposição de motivos, a contratação deverá ser sempre precedida de licitação.

A matéria reveste-se de maior importância.

Assim, por ordem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, solicito a V. Ex.ª que determine ao Consultor-Jurídico dessa Pasta apresentar a esta Consultoria-Geral da República relatório minudenciado de todas as contratações de serviços técnicos profissionais especializados, relativos a patrocínio ou defesa de causas judiciais, nas quais figurem, no pólo passivo, as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, na órbita da supervisão desse Ministério."

É parte da Circular, Sr. Presidente. Foi feita uma denúncia ao Consultor-Geral da República que, em boa hora, mandou buscar esse relatório em cada Ministério para tomar pé da situação.

A verdade é que estamos diante de um quadro. O Estado necessita da Advocacia da União. É urgente que se organize isso, que os Procuradores da Fazenda tenham novas responsabilidades diante do novo órgão. É preciso a formação de um

denúncia aos procuradores...

moldes de como os projetos foram emendados e culminaram com o Substitutivo do Deputado José Thomaz Nono.

Que a Câmara aprove isso depressa, sem complexos, sem preconceitos quanto ao ser humano, sem medo de gente, respeitando a existência de laboriosos funcionários que estão aí prontos a entrarem na missão decisiva de defesa da União, de defesa da Previdência, notadamente, na defesa da Fazenda Nacional, do Erário; enfim, que se apure esse assalto, mais este escândalo nacional: advogados nocivos estariam contratando derrotas para usufruírem por fora, negociando com o patrimônio do povo, com o patrimônio público, com o Erário.

Essa denúncia, Sr. Presidente, do jornalista Joelmir Beting merece o maior respeito e a maior consideração desta Casa. Estarei voltando à tribuna após registrado, nos Anais da Casa, este meu pronunciamento, porque vou estudar como esta matéria deve chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para sabermos exatamente o que fazer e para definirmos se haverá uma comissão de inquérito para, de novo, seguirmos nessa tarefa de apanharmos os ratos da Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, quase três anos depois de eleito numa campanha em que a principal plataforma política era o ingresso do Brasil na "modernidade", o presidente Fernando Collor de Mello foi afastado temporariamente do cargo e está sendo julgado, agora, aqui no Senado, acusado de ter-se beneficiado de um esquema de corrupção comandado por Paulo César Farias.

Não pretendo manifestar-me sobre as acusações que pesam sobre o Presidente, até para não caracterizar nenhum tipo de pré-julgamento. Entretanto, não posso furtar-me a rediscutir alguns temas caros a ele, como a questão da modernidade.

Pela oratória demagoga de campanha, "modernidade" era apresentada como a estratégia política que faria com que o Brasil alcançasse rapidamente padrões sócio-econômicos semelhantes aos dos países do chamado Primeiro Mundo. No entanto, o que se viu, em dois anos e meio de uma das mais desastrosas e destrutivas administrações deste país, foi o rebaixamento daqueles indicadores que controlam a qualidade de vida.

Como sabemos, os episódios que resultaram na votação da licença, pela Câmara, para que o Presidente Collor fosse processado e julgado no Senado, foram acompanhados pelo espetáculo das multidões nas ruas.

Milhares de pessoas, jovens na maioria, saíram às ruas de todas as cidades, em ruidosas passeatas, apoiando o afastamento do presidente.

Estas pessoas não queriam apenas um fim para a corrupção, que não é privilégio nem do Brasil, nem do Governo Collor. O que elas reclamavam, diante do acúmulo de denúncias, e da sensação de que toda a sociedade estava minada pela corrupção, era a necessidade de algo mais duradouro: o restabelecimento de padrões éticos em nossa sociedade.

Ética pressupõe bem mais que honestidade. Há homens honestos que não são solidários. Há homens honestos que cultivam o preconceito racial ou religioso. Há homens honestos

que aceitam que prisioneiros sejam assassinados friamente. Há homens honestos que acham que o Estado não deve socorrer os mais necessitados.

O movimento pela ética não queria, simplesmente, o afastamento do presidente da República. Exigia um fim imediato para a sua desumana administração, que mergulhou o país na crise e a população na miséria. Queria um basta no sucateamento do Estado. Pedia o fim dessa tal "modernidade" — usada inicialmente como figura de retórica — mas que acabou se tornando a marca, terrível, do desgoverno collorido.

O Presidente foi afastado do poder pela via do Direito. E, mais importante do que o próprio afastamento, está sendo processado de acordo com a lei, com ampla oportunidade de defesa, podendo, inclusive, retornar ao cargo, se, no entender de seus julgadores, não restar provada sua culpabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos que examinar com bastante cuidado este obscuro conceito — "modernidade" — caro ao presidente afastado. Esta sua "modernidade" era, na verdade, uma espécie de paródia, de caricatura do que se vê nos Estados Unidos, modelo sempre usado pelos que acreditam na busca de caminhos que não sejam tipicamente brasileiros. A "modernidade" que Fernando Collor queria implantar aqui é a mesma que os norte-americanos estão querendo varrer do mapa, com a derrota de George Bush. O modelo que lá está sendo retirado de linha, por deletério, aqui era apresentado como um sinal dos novos tempos.

Esta política do "cada um por si", do "salve-se quem puder", da supremacia dos "modernos, competentes e eficientes", foi transplantada por Collor, de seu caro modelo norte-americano. Ora, como informa Carlos Chagas em artigo publicado no *Correio Braziliense*, em 9 de setembro do corrente, nos Estados Unidos o número de cidadãos considerados indigentes cresceu de 25 para 30 milhões entre 1991 e 1992.

Este número explodiu de maneira impressionante justamente por causa dos conceitos neo-liberais de George Bush, que quer reduzir cada vez mais os benefícios sociais, embora seja generoso com os gastos militares. Estas pessoas não têm emprego fixo, nem casa para morar. Sobrevivem graças à caridade pública. Ora, se o conceito de "modernidade" — orientada pelo "deus" do Mercado e pela "deusa" da Livre Concorrência — fez tal estrago no país mais rico do mundo, imagine — se só o que não fez no Brasil!

Diz Carlos Chagas: "O cada um por si que os Estados Unidos adotam no plano nacional gera aumento cada vez maior de marginalizados na sua sociedade, assim como, no plano internacional, faz aumentar as agruras e tragédias dos países subdesenvolvidos". E continua: "Se acima da linha do Equador é assim, imagine — se aqui onde a equação velha-cajá começa beneficiando camadas mínimas de privilegiados, ainda que empenhados em iludir a maioria".

A "modernidade" collorida não passou de um novo rótulo para a velha e exaurida fórmula do capitalismo mais selvagem. Foi retirada de uma economia que se debate em grave crise e transplantada para cá como erva milagreira.

A "modernidade" aqui no Brasil teve resultados simplesmente devastadores. O salário mínimo, sempre insuficiente, chegou a seu patamar mais baixo. Em contrapartida, o desemprego atingiu seus níveis mais elevados, com centenas de milhares de pessoas perdendo seus postos de trabalho. Houve uma quebra geral na indústria e no comércio. Despencou a arrecadação do Tesouro.

Pesquisas de vários institutos nacionais e internacionais mostraram as muitas facetas da nossa "modernidade". Com ela, o número de mendigos cresceu em 30% na cidade de São Paulo. As famílias brasileiras que vivem na miséria representam agora 70% do total. As maiores empresas estatais e privadas perderam mais de US\$160 bilhões nos últimos três anos.

Segundo estudos da Organização Mundial de Saúde, 65% das internações em hospitais brasileiros ocorrem em função de doenças causadas pela inexistência ou insuficiência de saneamento básico. Já um levantamento do IBGE mostra que embora 96% dos municípios brasileiros tenham rede de distribuição de água, apenas 41% delas têm a água tratada pelo sistema convencional, e que 22% não têm nenhum tipo de tratamento.

Ora, a "modernidade" de que este país necessita é bem menos sofisticada do que a prevista nos planos do presidente afastado, que — bem de acordo com sua personalidade exibicionista e leviana — sonhava com carros de último tipo. A "modernidade" no Brasil pode ser uma simples cartilha para os milhões de crianças que não têm material escolar, pode ser um prato de comida para as crianças que vão às escolas mais para comer que para estudar, pode ser o tratamento da água de uma pequena cidade, pode ser simplesmente — como anunciou o ministro da Agricultura — a venda a preço de custo dos estoques reguladores do governo para matar a fome da população mais modesta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejo com satisfação que as diretrizes que vêm sendo anunciadas pelo novo ministro do Bem-Estar Social. Com as chamadas políticas compensatórias, o ministro deseja resgatar da pobreza e da miséria aqueles milhões de brasileiros que para ali foram levados pela insensibilidade do governo afastado.

Como se sabe, no governo anterior importantes programas da área de Bem-Estar Social, destinados ao atendimento dos mais pobres, foram criminosamente deturpados. Foi o caso, por exemplo, das cestas básicas da Legião Brasileira de Assistência, compradas em concorrências superfaturadas. Foram incontáveis os casos de concessão de recursos para entidades sociais fantasmas.

Nos últimos dois meses, o então Ministério da Ação Social transformou-se num dos principais — e mais vergonhosos! — balcões de concessão de favores aos que poderiam votar contra o impeachment do presidente da República. Segundo nota publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em 26 de setembro, o Ministério, que havia liberado recursos correspondentes a US\$1,07 milhão nos cinco primeiros meses do ano, liberou US\$60,4 milhões entre julho e setembro.

O novo ministro assumiu reconhecendo que o efetivo controle dos repasses de recursos do Ministério do Bem-Estar Social para as entidades filantrópicas só poderá ser feito com a ajuda da sociedade. Por isso, disse que vai imprimir total transparência a todos os seus atos administrativos, de forma que todos saibam quanto dinheiro está sendo enviado e para onde. Da mesma forma, anunciou que o fisiologismo, que sempre marcou as decisões na área, chegou ao fim. O dinheiro só será liberado, daqui por diante, mediante critérios técnicos e humanos.

Estou certo de que, finalmente, este importante ministério vai cumprir sua verdadeira função, que é a de resgatar a dignidade de milhões de brasileiros jogados na miséria por sucessivas políticas desastrosas e desumanas.

A nova denominação do Ministério é mais abrangente. É preciso realmente lutar pelo bem-estar dos brasileiros. Temos hoje uma qualidade de vida de nível bastante inferior ao de que desfrutamos no passado. Estou certo de que, por fim, teremos uma política realmente voltada para o atendimento das necessidades fundamentais das parcelas mais pobres da população. A começar pelo alimento, com as cestas básicas. É preciso também, que, em conjunto com o Ministério da Saúde, seja desencadeado um processo para implantar o saneamento básico na totalidade dos municípios brasileiros. Assim, estaremos combatendo a maioria das doenças que atingem as populações pobres.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a Bahia e Sergipe comemoram, no final de outubro e início deste mês, o cinquentenário do professor e historiador José Calazans em sua atividade de escritor, iniciada nos idos de 1942, quando defendeu tese para ingressar no quadro de pessoal da Escola Normal Rui Barbosa, em Aracaju, no tema intitulado História de Aracaju, tecendo considerações importantes, de causa e efeito, sobre mudança da Capital do Estado, antes em São Cristóvão.

José Calazans, hoje, com 17 livros publicados, docente da Universidade Federal da Bahia, de onde já foi Vice-Reitor e recebeu no último dia 11 o título de Professor Emérito, e membro da Academia Baiana de Letras e Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal de Sergipe.

Estudioso da cultura popular, com ênfase no folclore, é também dedicado à história de temas regionais, como a questão de Canudos, da qual é um dos mais especializados conhecedores, já tendo escrito sobre o assunto cerca de 9 livros, muito conceituados a nível nacional e por historiadores de outros países.

A tragédia de Canudos, que tem raízes muito profundas na sociologia, na religião e nos aspectos sócio-econômicos e políticos de nosso país no final do século passado, foi um acontecimento que vitimou mais de 20 mil pessoas no sertão da Bahia quando do persistente confronto de forças regulares do Exército, mobilizadas de várias regiões do País, com uma população marginalizada e constituída, principalmente, de jagunços e fanáticos religiosos sublevados da lei e movidos pela pobreza, pela desassistência e pela miséria.

Foi um fenômeno social que até hoje tem preocupado e chamado a atenção de estudiosos, romancistas e historiadores que desde "Os Sertões" de Euclides da Cunha até os nossos dias têm procurado melhor compreender e explicar aquele evento e as ações dos seus protagonistas, cujas raízes sociais e econômicas tem inspirado manifestações e justificativas em defesa do gesto de rebeldia daqueles indômitos revoltosos que lutaram e sucumbiram até a última trincheira, donde saíram para o último combate fatal, lutando até a morte, um preto velho, um caboclo, aleijado e um menino.

Quando Vargas Llosa escrevia o seu famoso livro "A guerra do Fim do Mundo", romance inspirado em Canudos, como símbolo das revoltas sociais que têm ocorrido em vários países da América Latina ao longo de sua História, uma das principais autoridades consultadas sobre o tema foi justamente o Professor José Calazans, que conseguiu reunir em sua biblio-

teca particular um acervo de 5.000 volumes sobre esta guerra e seu líder Antonio Conselheiro, hoje doados ao Núcleo Sertão, do Centro de Estudos Baianos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro com satisfação esta efeméride relativa aos 50 anos de atividade literária do Professor José Calazans, ilustre filho de Sergipe e meu estimado amigo, a quem muito admiro, associando-se às homenagens que lhe são prestadas pela comunidade intelectual da Bahia e Sergipe e pelas instituições a que pertence, e que nesta oportunidade ressaltam o valor e o mérito de sua obra que muito vem contribuindo para uma melhor compreensão da história, das origens, da cultura e da índole do povo sertanejo.

Peço a transcrição, com o meu pronunciamento, dos seguintes artigos publicados em *A Tarde*: "Honra ao Mérito", de autoria de Thales de Azevedo; e "Academia de Letras repleta para a homenagem a Calazans", ambos da edição de 30.10.92; "Homenagem ao Mestre Calazans", de autoria de Luiz Henrique Dias Tavares, edição de 7-11-92, "José Calazans recebeu título de Professor Emérito da UFBA", edição de 12-11-92, e "Uma festa acadêmica" de autoria de Jayme de Sá Menezes, publicado em 17-11-92.

Documentos a que se refere o Sr. Lourival Baptista em seu discurso.

A Tarde — 30-10-92

HONRA AO MÉRITO

Thales de Azevedo

A sina das academias de Letras é serem incompreendidas ou invejadas. Nem a famosa e modelar Academia Francesa escapa dessa sorte; entre seus membros corre a quadra "Quando somos 40 mofam de nós, quando somos 39 põem-se de joelhos". Também aqui ocorreu mais ou menos o mesmo: "Por que F. não faz parte da Academia?" ou "Que valor tem X. para estar lá?" Dias atrás nossa academia teve ocasião de mostrar que não lhe faltam grandes nomes. Um desses José Calazans, teve o incômodo de ver festejado o cinquentenário de seu trabalho intelectual e de uma carreira universitária, toda ela de conquistas por mérito. Incômodo, digo, porque um merecimento maior desse confrade é o de ser discreto e modesto, apesar do que poderia alegar se "cultivassem a sua glória". Seu currículo, muito bem posto por esse outro estudioso sério e competente Waldir Freitas Oliveira, também arredio a se gabar do que vale, é uma sucessão de passos com suas próprias pernas em concursos e publicações originais e de fontes e interpretações próprias, originais, não raro sobre temas históricos difíceis. Mérito é seu igualmente a constância no terreno que pisou, primeiro em 1942, com a tese sobre História de Aracaju, tema, como outros, que não cessa de aprofundar por novas pesquisas e novas abordagens. Assim é para notar nessa carreira a fidelidade a determinados problemas, a história de seu Sergipe e do estado a que veio trazer seu talento e seriedade de busca e de explicação e, desde alguns anos, a figura de Antônio Conselheiro, não esmiuçada de improviso, mas vista e julgada com rigor e riqueza de dados objetivos, a começar pela análise dos juízos e das fontes de Euclides da Cunha em "Os Sertões", matéria em que se consagrou autoridade nacional.

Outro traço de seu labor é, assim a constância na investigação das questões que algum dia abordou e em que persiste, e o cuidado de fugir a qualquer improvisação. Como catedrático de História na Faculdade de Filosofia da UFBA e noutras cadeiras da mesma índole, é admirado pela clareza das exposições, acessível sempre a esclarecer o que os alunos indagam, e a maneira metódica da dissertação sem notas ou esquemas como nas palestras e conferências, muitas das quais se tem perdido por não serem gravadas. É esse um dos exemplos de valores de que a academia faz seu renome conquanto disso não se proclame. As palmas e aplausos do dia 29, ajunto aqui estas simples palavras de reconhecimento do que tem produzido sem tola jactância um dos que melhor contribuem para a valia da Academia de Letras e para as escolas universitárias da nossa terra e aquelas outras de nível secundário a que tem dado sua contribuição. Nas páginas numerosas de suas teses e livros estão as evidências indiscutíveis do que é José Calazans, em nível nacional acatado e respeito.

A Tarde — 30-10-92

ACADEMIA DE LETRAS REPLETA PARA A HOMENAGEM A CALASANS

A Academia de Letras da Bahia reviveu ontem um de seus melhores momentos. Há muito o prédio de Nazaré não recebia tantos convidados, que estavam ali por um único motivo: participar da homenagem da academia a um de seus mais ilustres integrantes, o professor José Calasans, historiador e folclorista. Seu nome é uma autoridade quando o assunto é a vida de Antônio Conselheiro e a saga de Canudos, mas o livro que motivou essa homenagem foi *Aracaju*, editado há 50 anos, e o primeiro de sua carreira de escritor, originalmente uma tese com a qual ingressou no quadro de professores da Escola Normal Ruy Barbosa, daquela cidade, onde nasceu. José Calasans tem 17 livros publicados, dos quais pelo menos nove tratam de sua paixão por Canudos e o personagem histórico Conselheiro. Sua importância como pesquisador do tema é reconhecida fora dos círculos intelectuais baianos e sergipanos, a ponto de ter sido consultado pessoalmente pelo escritor Mário Vargas Llosa, anos atrás, quando montava seu romance *A Guerra do Fim do Mundo*. No entanto, apenas um de seus livros, *Canudos na Literatura de Cordel*, foi lançado em nível nacional, pela Editora Ática.

"Calasans é o maior conhecedor de Canudos e seu nome é sempre citado quando se fala no assunto. No entanto, ele sempre foi humilde, nunca trabalhou pensando no mercado", ponderou Cláudio Veiga, presidente da Academia de Letras da Bahia. Já Florisvaldo Matos, editor do suplemento *A Tarde Cultural*, mais crítico, culpou a falta de visão das editoras nacionais.

"As grandes editoras do País voltam-se para os autores dos estados do Centro-Sul, via de regra. Talvez, em nível de leitura, o conhecimento de sua obra não tenha conseguido ultrapassar a região, mas Calasans é o mais importante pela quantidade de livros e pela seriedade de sua pesquisa. O que falta é uma editora baiana com capacidade de distribuição nacional do produto", vaticinou.

Em seu discurso de homenagem, o também acadêmico Waldir Freitas Oliveira citou a "linguagem elegante e escoreita, cheia de tiragens humorísticas" de Calasans, que o teria influenciado, nos anos 50, a igualmente se tornar um escritor. Ouvindo-o, estavam a reitoria da UFBA, Eliane Azevedo, o chefe do cerimonial do governo de Sergipe, Luiz Fernando

Telo, e representantes da comunidade cultural sergipana e baiana. Modesto, José Calazans preferiu achar que tanta homenagem se devia mais à "generosidade dos amigos". Seja como for, no próximo dia 11 ele recebe o título de professor emérito da UFBA, de onde já foi vice-reitor e, em seguida, o de "doutor honoris causa" da Universidade Federal de Sergipe.

A Tarde - 7-11-92

HOMENAGENS AO MESTRE CALAZANS

Luís Henrique

Uma coisa é o privilégio de conhecer o mestre José Calazans Brandão da Silva e outra é tentar escrever para transmitir um pouco do muito que ele é. Porque o mestre é múltiplo. Ele pode falar dias seguidos a respeito de Antônio Conselheiro com o mesmo encanto e segurança que usará para repetir trovas e trovas de célebre duelo de trovadores. Pode revelar o que não é sabido do homem que reuniu milhares deromeiros nos sertões da Bahia e pode lembrar epigramas inteiros de Magalhães Neto.

Os olhos estarão sempre azuis e claros. Lembro bem que o saudoso amigo Luís Menezes Monteiro da Costa (o homem inteligente, jornalista e historiador Luís Monteiro) amava fazer histórias com os olhos de Calazans. Não posso repeti-las, mas garanto que eram ótimas. Uma, então... Mas, não, segura-te mão; cala-te boca, mesmo porque a graça do Luís pertencia a ele — e era ouvi-lo e ver a malícia pinotando com o seu sorriso molhado.

Mestre Calazans é igualmente bom para contar histórias. Às vezes está imensamente engraçado, mas é de uma graça diferente, sem malícias.

Vai contando, burilando, desfolhando a flor e de repente chega a uma conclusão hilariante. Todos riem.

— Esse Calazans!

Joaquim Batista Neves gostava de avisar:

— Calazans está hoje em um grande dia.

Sim, Batista, **Batistinha**, de quem nos lembramos com saudade e amor.

Pois é: esse mestre Calazans é notável **prosador**, mas antes de tudo é um grande e extraordinário professor. Sobre tudo professor de sala de aula. Não desses da pedagogia do silêncio, mas professor, professor, desses que dão aula, falam, vão ao quadro-negro, escrevem nomes e datas e explicam, explicam, deslindam os nós da História. Sou seu aluno há mais de 40 anos e sempre aprendo com as suas aulas. Há poucos dias, produziu uma dessas falando dos anos 30. Não foi menos cativante no decurso do tempo que lhe coube para falar de Simões Filho e de **A Tarde** em recente comemoração dos 80 anos deste jornal de enorme presença na história política, social e cultural da Bahia e de Sergipe, terra-irmã onde o mestre nasceu.

Edivaldo telefonou-me:

— Calazans estava em um dos seus grandes dias.

Estava. Está. O mestre, o seu enorme saber de homens e coisas, a sua humanidade, o seu encanto.

Agora a Bahia e Sergipe o homenageiam pela passagem do seu cinquentenário de escritor. Sergipe já fez a sua parte. A vagarosa Bahia retardou um pouco o que lhe cumpre, mas

chegou a Academia de Letras da Bahia e o discurso competente de Waldir Freitas Oliveira. Eu trago hoje o meu tijolinho de rapadura-puxa de Nazaré das Farinhas e fico com a boa lembrança da manhã que passamos em São Cristóvão, isso em 1977. Quer dizer: sempre.

A Tarde — 12-11-92

JOSÉ CALAZANS RECEBE TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO DA UFBA

O título de professor emérito da Universidade Federal da Bahia foi concedido ontem a José Calazans Brandão da Silva em sessão realizada no auditório da Reitoria, presidida pela reitora Eliane Azevedo. Representantes da comunidade acadêmica, intelectuais, amigos e parentes do homenageado ouviram atentamente os casos por ele contados, relembando momentos importantes de sua vida como professor universitário, vice-relator na gestão Macedo Costa, escritor, pesquisador e administrador. A Concessão do título foi uma iniciativa do seu amigo Luís Henrique Dias Tavares, também professor emérito da UFBA. Em seu discurso de saudação, Dias Tavares lembrou a abnegação do homenageado como pesquisador, assinalando que "trabalha-se hoje com o apoio dos órgãos financeiros. Mas não se pode esquecer aqueles que trabalharam e produziram sob condições altamente adversas, como Calazans, na construção de sua obra histórica e nos seus estudos sobre folclore". E citou no livro **Cachaça, Moça Branca**, como um clássico.

Diplomado em Ciências Jurídicas, em 1937, o sergipano José Calazans foi também autor de livros-tese como **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro (1950)** e **Os Vintistas e a Regeneração Econômica de Portugal (1959)**. Por sua vez, a reitora Eliane Azevedo agradeceu ao professor a doação de cerca de cinco mil livros ao Núcleo Sertão, da Universidade, elementos que se somam ao acervo composto por esculturas, monografias e outras peças. Lembrou ainda que no núcleo encontram-se 33 edições do livro **Os sertões**, de Euclides da Cunha, inclusive editados em língua estrangeira.

Em seu discurso de improviso, o mais novo professor emérito da UFBA agradeceu as homenagens e afirmou que "envelhecer é preciso para poder ter a grande emoção de ver espalhados por aqui alunos que hoje integram a vida cultural e educacional da Bahia, vitoriosos em seus campos de atuação". Dentre vários convidados à sessão solene dos conselhos Universitários e Coordenação da UFBA, estavam os jornalistas Junot Silveira e José Augusto Berbert (de **A Tarde**), professores da Universidade, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Jaime de Sá Menezes, e o presidente da Academia de Letras da Bahia, Cláudio Veiga.

A Tarde — 17-11-92

UMA FESTA ACADÊMICA

Jaime de Sá Menezes

Todos nós, seus confrades, amigos e admiradores, participamos da memorável sessão da Academia de Letras da Bahia em homenagem a José Calazans Brandão da Silva, pelos seus 50 anos de vida literária. Foi uma festa intelectual e afetiva. Começou com a palavra do acadêmico Waldir Freitas Oliveira, que lhe traçou seguro e inteligente perfil. Falou, em seguida, o homenageado, com a firmeza e o brilho que lhe são próprios,

tocado, porém, de grande comoção, ao referir-se à ausência de quem lhe está sempre presente no espírito e no coração, José Calazans Maciel da Silva, que agora também faria 50 anos. Muito aplaudido, o homenageado, ao término de sua fala, viu-se cercado de todos — e eram muitos —, que se confraternizaram com o confrade e amigo querido, sua admirável esposa, Lúcia, sua diletta filha, Madalena.

Parecia que aquelas numerosas pessoas que ali se encontravam eram de uma mesma família. E, realmente, eram. Da grande família dos admiradores de Calazans. Do seu talento, do seu valor, da maneira cordial e afetuosa com que sabe prender e cativar. Sergipano de origem, que muito se orgulha do torrão natal, onde deu início a sua carreira, onde publicou o seu primeiro livro, e a cujas plagas sempre retorna, qual filho amantíssimo ao regaço materno, todavia, chegado à Bahia em 1932, aqui plantou a árvore de cujos frutos mais se enriquece a sua vida de grande trabalhador intelectual. Sem esquecer a sua Aracaju dos primeiros triunfos, aqui baianizou-se, integrou-se de tal modo ao espírito baiano que ninguém mais do que ele sabe sentir e interpretar a alma, o modo de ser dos que fazem o dia-a-dia da sociedade desta metrópole primaz. Sabe tudo sobre a Bahia. Sabe tudo dos baianos. Conversador admirável, de extraordinária memória, é um gosto ouvi-lo a discurrir sobre os mais variados assuntos, sobre as mais diversas personalidades. Em comentários inteligentes, muitas vezes entremeados de fina ironia, retrata figuras e figurões, em pinceladas que fielmente reproduzem o que são, não o que pensam ser. Mas isto é apenas um dos aspectos da sua personalidade de homem de cultura, de espírito, Bacharel em Direito, diplomado em 1937, na Bahia, numa turma composta de nomes como os de Nelson Sampaio, de saudosa memória, Jorge Calmon, Mário Cabral, Oldegar Vieira, Rubem Nogueira, a vocação de Calazans era a história, o folclore, o magistério. E todos esses degraus de sua vida de escritor e homem de letras ele galgou de passo firme e independente, impondo-se pelo saber e pelo trabalho honesto, criterioso, pertinaz e lúcido. Professor da Faculdade de Filosofia (seu diretor); vice-reitor da Universidade Federal da Bahia, no brilhante reitorado de Macedo Costa; professor emérito da mesma universidade; presidente do Conselho Estadual de Cultura, da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Genealógico; vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em todos esses cargos e em todas essas casas de sua passagem, sempre a demonstrar, em todas as oportunidades, a profusão e segurança dos seus conhecimentos, os rasgos do seu talento, o entusiasmo do seu espírito voltado para as realizações maiores da inteligência. De mãos dadas,

o historiador e o folclorista sempre andaram juntos acompanhados do pesquisador percuciente. Muito material novo trouxe à historiografia e ao folclore. E os seus livros, os seus trabalhos, numerosos e eruditos, aí estão a comprovar o que sabe e como sabe interpretar a transmitir, porque ele é, sobretudo, um professor nato, dono da palavra na sala de aula. Do escritor, não iremos citar os seus estudos sobre Euclides da Cunha, Canudos ou Antônio Conselheiro, assuntos dos quais é o mestre supremo no Brasil. Mas, igualmente, são de alto valor *Temas da Província, A Revolução de 30 na Bahia, Aracaju e Outros Temas Sergipanos, Cachaça Moça Branca, A Santidade de Jaguaripe, Os Vintinistas e a Regeneração Econômica de Portugal*, sem esquecer a excelente biografia de Miguel Calmon Sobrinho, figura também da nossa admiração e estima. Afinal, por tudo isso, José Calazans, — “baiano de Sergipe” — tornou-se um “Doutor da Bahia”, diremos melhor, dando mais ênfase: um Senhor Doutor da Bahia!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária das 18h10min a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 814, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 814, de 1992, de autoria do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 1991, de sua autoria, que regulamenta e disciplina o uso e propagandas de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1992-CN, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas 08 minutos.)

Ata da 248ª Sessão, em 24 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 18 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluízio Bezerra — Álvaro Pacheco — Amir

Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Bello Parga — Bení Veras — César Dias — Cid Saboia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperiidião Amin — Eva Blay — Flaviano Melo — Francisco Rol-

Iemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydelkel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaca – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourenberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE PARECERES

PARECER Nº 391, DE 1992

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 355, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a escolha do Doutor João Heraldo Lima, para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 24 de novembro de 1992, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Dario Pereira, sobre a Mensagem nº 355, de 1992, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Doutor João Heraldo Lima, para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, por 16 votos favoráveis e nenhum contrário.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1992. — **Raimundo Lira**, Presidente — **Dario Pereira**, Relator — **Cid Carvalho** — **Elcio Álvares** — **Eduardo Suplicy** — **Esperidião Amin** — **Ney Maranhão** — **Henrique Almeida** — **João Calmon** — **Gerson Camata** — **Levy Dias** — **César Dias** — **Álvaro Pacheco** — **Ronaldo Aragão** — **Bello Parga** — **Valmir Campelo**.

RELATÓRIO

Relator: Senador Dario Pereira

Nos termos dos arts. 84, inciso XIV, e 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. João Heraldo Lima para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos constitucionais conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil.

O *curriculum vitae* anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Dr. João Heraldo Lima possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, o Dr. João Heraldo Lima é mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, e Ph.D em Economia pela New School for Social Research.

Na Universidade Federal de Minas Gerais é professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas, aprovado em concurso público em 1977; nela exerceu diversas funções e representações, cabendo destacar: coordenador do curso de mestrado, membro do corpo permanente do Cedeplar e membro do Conselho Superior do IPEAD.

Relativamente a sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar a relevante função pública que vem exercendo desde 1989 como Secretário Municipal da Fazenda de Belo Horizonte. Desempenhou, ainda, atividades de assessoramento à Secretaria da Fazenda de Minas Gerais e de consultoria à Finep e à Capes. Foi também Diretor de Planejamento do Grupo BMG e teve participação em encontros, conferências e seminários relevantes. É autor de diversos livros e artigos publicados em periódicos de assuntos econômicos, de interesse nacional.

Estas funções e cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Dr. João Heraldo Lima para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1992. — **Raimundo Lira**, Presidente — **Dario Pereira**, Relator.

PARECER Nº 392, DE 1992

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 358, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a escolha do Doutor Emílio Garófalo Filho, para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 24 de novembro de 1992, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Álvaro Pacheco, sobre a Mensagem nº 358, de 1992, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Doutor Emílio Garófalo Filho, para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, por 16 votos favoráveis e 1 contrário.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1992. — **Raimundo Lira** Presidente **Álvaro Pacheco**, Relator — **Esperidião Amin** — **Henrique Almeida** — **Levy Dias** — **Cid Carvalho** — **Eduardo Suplicy** — **Ronaldo Aragão** — **Gerson Camata** — **Valmir Campelo** — **Dario Pereira** — **João Calmon** — **Ronan Tito** — **Belo Parga** — **Ney Maranhão** — **Elcio Álvares** — **César Dias**.

RELATÓRIO

Relator: Senador Álvaro Pacheco

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra d, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Emílio Garófalo Filho, para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos constitucionais conferem ao Senado Federal competência privativa para, após arguição pública, aprovar ou rejeitar, por voto secreto, a indicação do Diretor-Presidente e dos demais Diretores do Banco Central do Brasil, feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O *curriculum vitae* anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Dr. Emílio Garófalo Filho possui formação acadêmica e experiência profissional necessárias para ocupar o cargo para o qual é indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC o Dr. Emílio Garófalo Filho possui curso de extensão universitária em Administração de Comércio Exterior, realizado na Universidade de São Paulo — USP, além de ter frequentado outros cursos ligados à economia internacional, tanto no Brasil como no exterior.

A sua experiência profissional na área internacional é atestada pelos cargos que ocupou em instituições privadas e públicas. Foi chefe do Departamento de Operações das Reservas Internacionais do Banco Central do Brasil (1986-1991) e, hoje, ocupa o cargo de Diretor da Área Internacional do Banco do Brasil S/A (1991-92). Participou de diversas missões no Brasil e no exterior ligadas às questões cambiais e de dívida externa, além de ter proferido uma série de palestras sobre questões internacionais, no Brasil e no exterior.

Essas atividades, relacionadas em seu *curriculum vitae*, revelam a adequada qualificação profissional e acadêmica do indicado para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Em face ao exposto, submeto a indicação do Dr. Emílio Garófalo Filho à deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1992. — **Raimundo Lira**, Presidente — **Alvaro Pacheco**, Relator.

PARECER Nº 393, DE 1992

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.

Relator: Senador Josaphal Marinho

RELATÓRIO

1. De autoria do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Lei nº 328, de 1991, disciplina “a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas”, que “obedecerá ao princípio da representação proporcional, na forma desta lei” (art. 1º). Para essa eleição “o Estado será dividido em circunscrições em número igual à metade das vagas de Deputados Federais a serem preenchidas” (art. 2º).

2. Cada circunscrição deverá ter, tanto quanto possível, um número de eleitores aproximadamente igual ao quociente da divisão do total do eleitorado do Estado pelo número de circunscrições, com uma variação de 5% (cinco por cento), para mais ou para menos (art. 3º, I). Devem ser contíguos os municípios que formem uma circunscrição (art. 3º, II). Nenhum município pode ter seu território dividido “para integrar circunscrições distintas” (§ 1º do art. 2º). Devem ser contíguos os municípios que formarem uma circunscrição e nenhum poderá ter dividido seu território, para esse fim (inciso

I e § 1º do art. 3º). Aos Tribunais Regionais Eleitorais caberá a divisão dos Estados em circunscrições, assegurado aos partidos políticos o direito de impugnação e de recurso, até o Tribunal Superior Eleitoral (arts. 4º e 5º). A divisão dos Estados em circunscrições deverá estar homologada até doze meses antes da eleição (art. 6º).

3. Estabelece o projeto que somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partido político, que tenha diretório regularizado no Estado e a que pertença o postulante por “tempo fixado nos respectivos estatutos” (art. 7º e parágrafo único). Segundo o art. 8º, “os partidos poderão registrar um candidato por circunscrição e uma lista partidária, em ordem de precedência, escolhida em convenção, para cada Estado”. É permitido a candidato registrado por uma circunscrição ser inscrito na lista partidária do Estado (§ 1º). Exce-tuada essa ressalva, “é vedado o registro de candidato por mais de uma circunscrição no mesmo Estado ou em Estados diferentes, para mais de um cargo na mesma circunscrição, bem como a inclusão de candidato em lista partidária de mais de um Estado” (§ 2º). Também está prescrito que “na lista partidária não poderão constar candidatos em número superior ao dobro dos lugares a serem preenchidos” (art. 9º).

4. É facultada a coligação de dois ou mais partidos para registro de candidatos comuns a Deputado Federal ou a Deputado Estadual, consoante for decidido nas respectivas convenções (art. 10 e §§ 1º a 3º).

5. Na conformidade do projeto, “o eleitor disporá de um voto, que será conferido a candidato inscrito por partido na circunscrição, a candidato constante de lista partidária ou a partido político registrado na circunscrição” (art. 11). Evitando dúvida, esclarece a proposição que “em qualquer caso, o voto será computado para o partido político, no Estado, e para o candidato do mesmo partido, na circunscrição” (art. 11, parágrafo único).

6. As cédulas de votação, além de oficiais e impressas uniformemente, são distribuídas pela Justiça Eleitoral (art. 12). A apuração, feita pela Mesa Receptora, está bem delineada (arts. 18 e 19), sendo previsto que a falta de expedição do boletim autoriza processo para definição da responsabilidade penal dos membros da Junta (§ 4º do art. 19).

7. De relevô especial no projeto é o capítulo VI: “Da representação pelo sistema proporcional”. Nele está consignado:

“Art. 13. A determinação do número de vagas a serem atribuídas a cada partido obedecerá ao seguinte:

I — divide-se o número de votos válidos apurados, dele subtraídos os votos brancos e nulos, pelo de lugares a preencher no Estado, desprezada a fração se igual ou inferior a meio (1/2) e arredondada para a unidade, se superior, obtendo-se o quociente eleitoral;

II — determina-se o número de cadeiras a serem atribuídas a cada partido ou coligação, dividindo-se o número de votos válidos dados ao mesmo pelo quociente eleitoral, desprezada a fração;

III — os lugares não preenchidos com a aplicação da regra do inciso anterior serão distribuídos da seguinte forma:

a) divide-se o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao partido que apresentar o maior quociente um dos lugares a preencher;

b) repete-se a operação, com o novo divisor para o partido beneficiado pela aplicação da alínea anterior, para a distribuição de cada um dos lugares.

Parágrafo único. Verificando-se empate na atribuição de vaga, será esta atribuída ao partido com maior número de votos em todo o Estado.

Art. 14. As vagas que couberem a cada partido serão preenchidas na seguinte ordem:

I — pelos candidatos que obtiverem a maioria de votos em sua circunscrição, na ordem do percentual de votos, entre os que concorrerem por circunscrição no Estado;

II — pelos candidatos constantes da lista partidária, na ordem de inscrição na lista respectiva.

Parágrafo único. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

Art. 15. Para ter direito à representação na Câmara dos Deputados, o partido deverá eleger, no mínimo, 1% (um por cento) dos Deputados Federais.

§ 1º O candidato por circunscrição que, tendo se credenciado a uma das vagas, pertencer a partido que não atingir percentual fixado neste artigo poderá, no prazo de 2 (dois) dias a contar da divulgação a que se refere o art. 17, optar por filiar-se a outro.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, computar-se-ão para o novo partido os votos atribuídos ao candidato, passando ele a concorrer, dentro do novo partido, com o candidato da circunscrição."

8. Entre as disposições transitórias, realça a que, modificando o art. 86 do Código Eleitoral, prescreve que, "nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País e nas municipais o respectivo Município" (art. 20).

9. Na justificção, o ilustre autor do projeto começa por salientar a necessidade de "melhorar a representação do sistema proporcional que adotamos". Para tanto, assinala que se levou "ao exagero a tese de representação de todos os grupos sociais", e acentua:

"Ao determinar a eleição proporcional por meio do número de votos obtidos por cada candidato, introduz a essência do chamado "distrito plurinominal" e torna inevitável que a rivalidade interna se sobreponha até mesmo à disputa entre partidos, eis que o maior concorrente de um candidato é o seu companheiro de partido, que disputa com ele a mesma vaga."

Pondera, ainda, o autor:

"O presente projeto enfrenta os problemas maiores existentes na legislação eleitoral brasileira dentro da mais rigorosa obediência ao dispositivo constitucional referido, ou seja, mantendo integralmente o sistema proporcional.

Com efeito, ao determinar a distribuição das vagas rigorosamente em proporção aos votos obtidos por cada partido, o sistema ora proposto satisfaz o requisito de nossa Lei Maior. A originalidade da proposta, então, se cinge à forma de escolha, dentro da proporcionalidade, dos candidatos que efetivamente serão eleitos.

Por isso foi utilizado o artifício da concentração de cada candidato numa determinada região, de forma a aproximar o candidato do eleitor, facilitando a escolha eleitoral e consequentemente aumentando "a possi-

bilidade de um eleitor médio prever que tipo de governo está ajudando a constituir quando emite o seu voto", na expressão de Bolívar Lamounier — Esta concentração — associada à regra de escolha dos eleitos — tende a induzir as forças políticas a se unirem em torno de um menor número de candidatos, fortalecendo, também, a representatividade. Com isto elimina-se, ainda, a concorrência entre companheiros de um mesmo partido."

10. Uma emenda, de autoria do nobre Senador Maurício Corrêa, foi apresentada ao projeto, para substituir a redação do § 2º do art. 19, dando-lhe o seguinte texto:

§ 2º "A recusa da expedição ou da entrega do boletim aos representantes dos partidos, ou o simples atraso intencional, constitui crime eleitoral punível com a pena de detenção de seis meses a um ano, além da multa de cinco a dez dias-multa."

ANÁLISE

11. Antes do mais, cabe ver se o projeto se harmoniza com a Constituição, cujo art. 45 prescreve a eleição para a Câmara dos Deputados "pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

A proposição estabelece, no art. 1º, que "a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas obedecerá ao princípio da representação proporcional" e estipula, no art. 2º, "que o Estado será dividido em circunscrições em número igual à metade das vagas de Deputados Federais a serem preenchidas". Cria, assim, sistema diferenciado do que temos adotado, como agora, em que a representação popular é escolhida pelo voto proporcional extensivo a todo o Estado.

12. A sugestão inovadora corresponde à idéia que foi exposta por Gustavo Capanema, no regime da Constituição de 1946, e assim resumida, no essencial:

"1. Os representantes do povo na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas passarão a ser eleitos segundo um sistema eleitoral eclético, resultante da conciliação de um conjunto de regras, umas próprias do princípio majoritário e outras oriundas da representação proporcional.

2. É de notar que esse ecletismo, que assenta no círculo distrital a base das atividades eleitorais, não retira ao sistema proposto o seu essencial caráter, que é perseverar como sistema de integral representação proporcional (Themístocles Brandão Cavalcanti e outros: **O Voto Distrital no Brasil** — Editora Fundação Getúlio Vargas, 1975, p. 313-314)."

Já no Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1960, de autoria do Senador Milton Campos, eram instituídos os distritos eleitorais. Os eleitores de cada distrito só poderiam votar em um dos candidatos aí inscritos (art. 2º). Era "permitida a inscrição do mesmo candidato em até três distritos diferentes, sempre pelo mesmo partido" (art. 4º). Os resultados da eleição "em todos os distritos" seriam "somados para verificação do quociente eleitoral e do quociente partidário" (art. 6º). E "determinados os lugares" que coubessem ao partido, o preenchimento se faria "segundo a ordem decrescente de votação nominal dos seus candidatos" (art. 7º).

Diante desses princípios, acentuou a justificção:

"Note-se que o projeto não chega a estabelecer a **representação distrital**, mas o que institui é apenas a **votação por distritos**. É mais uma técnica eleitoral do que um sistema de representação. Mas não há dúvida que a votação, aproximando o eleitor do candidato, se torna mais autêntica."

Depois de analisar que não havia motivo para invocar-se "o precedente imperial da lei dos círculos", concluiu a justificção:

"Não se toca no preceito constitucional, mas adota-se uma técnica de votação que facilita o uso imprescindível da cédula oficial ... E as eleições, ganhando maior naturalidade, serão mais autênticas e darão mais solidez e maior legitimidade ao governo democrático" (In ob. cit., p. p 264 a 269)."

14. Dentro da mesma linha básica, apenas mais extenso e com singularidades naturais, foi o Projeto de Lei nº 1.036-A, de 1963, do Deputado Oscar Corrêa, com o objetivo de introduzir "modificações no sistema eleitoral brasileiro". Dividia os Estados em distritos e subdistritos eleitorais (art. 2º). Estabelecia que em cada Estado haveria, "além dos candidatos gerais, no âmbito federal e estadual, eleitos por votação em todo o território do Estado" (art. 4º). Só permitia "o registro do candidato por uma circunscrição eleitoral (art. 6º). Nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas, o eleitor votaria "em um dos candidatos a deputados por votação geral e em um dos candidatos a deputado pelo distrito ou subdistrito a que pertencer" (art. 15). Determinados os lugares atribuídos ao partido, o respectivo preenchimento se faria "segundo a ordem decrescente de votação nominal dos seus candidatos, havendo uma lista para os candidatos votados nos distritos e outra para os gerais" (art. 20). Far-se-ia a classificação, nas legendas, "de acordo com a média percentual obtida pelo candidato no respectivo distrito eleitoral, aplicada a "distribuição proporcional" (§ 2º do art. 20).

Justificando a proposição, observou seu autor:

"Compreendo que seria impossível aceitar a eleição distrital nos moldes em que usualmente se faz, em que usualmente tem sido proposta, porque ou cairíamos no sistema majoritário e todos os distritos seriam representados, mas teríamos de reformar a Constituição para admitir a eleição majoritária para a Câmara Federal e, as Assembleias Legislativas, ou chegaríamos ao absurdo de num regime distrital termos distritos sem representantes (ob. cit., p. 282).

Apreciada então a matéria na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a maioria entendeu, com o Relator, Deputado Getúlio Moura, vencido o Deputado Arruda Câmara,

"não padecer o projeto do vício da inconstitucionalidade acusado no que se reflete à eleição por distrito,"

e assim julgou porque,

à maneira de outros já encaminhados (Milton Campos, Último de Carvalho, José Silveira, Moacir Azevedo etc.), combina o sistema proporcional com a eleição distrital, permitindo que, por votação distrital

mas em lista proporcional de todo o Estado, se escolha a representação (ob. cit., págs. 269 a 281)."

A situação descrita assemelha-se à que se criou na Alemanha Ocidental, por efeito da Lei de 1956, que, no juízo de Hermann Gorgen, "partiu do princípio de um sistema proporcional personificado, isto é, eleição proporcional com elementos do sistema majoritário. O Parlamento Federal, o **Bundestag**, e as Assembleias Estaduais, os **Landtage**, são eleitos por este sistema" (Os sistemas eleitorais e a experiência alemã, In I Simpósio Nacional sobre Formas de Governo e Sistemas Eleitorais — Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982, págs. 52 a 64).

15. Ora, se os projetos anteriores referidos foram considerados inovadores da técnica eleitoral ou do procedimento de escolha da representação, sem afrontar o sistema proporcional, previsto como agora na Constituição, e se a iniciativa, no presente processo discutida, lhes segue os passos, não cabe fulminá-la por inconstitucionalidade. Embora inovando, o projeto respeita a essência do critério da proporcionalidade. Como salienta seu autor na justificação,

"ao determinar a distribuição das vagas rigorosamente em proporção aos votos obtidos por cada partido, o sistema ora proposto satisfaz o requisito da nossa — Lei Maior. A originalidade da proposta, então, se cinge à forma de escolha, dentro da proporcionalidade, dos candidatos que efetivamente serão eleitos."

Dessarte, e se "a idéia fundamental da representação proporcional é assegurar a cada partido político uma representação senão matemática, ao menos sensivelmente proporcionada a sua importância real", consoante observam Jean-Marie Cotteret e Claude Emeri (Les Systèmes Electoraux, Presses Univ. De France, Paris, 1973, 2ª ed., p. 59) — o projeto não subverte o sistema. É comum, nas formações políticas de nosso tempo, a combinação de elementos originários de mecanismos diversos, como se observa na fisionomia do sistema presidencial e do parlamentar, ou na estrutura da federação.

16. Assim, e conquanto entenda que a inconstitucionalidade pode ser direta ou oblíqua — o que importa é que se revele irrecusável —, no caso não se retrata vício declarável. Ainda mais rejeitável será a arguição se se aplicar a orientação, prevalecente sobretudo na jurisprudência, segundo a qual só se deve declarar inconstitucionalidade quando for manifesta ou evidente. Havendo dúvida razoável, presume-se a constitucionalidade da lei ou do ato em exame.

17. Ao lado desse quadro jurídico, há que considerar-se, do ângulo político, a conveniência de abrir caminho à discussão da matéria. São tais as críticas formuladas ao atual sistema eleitoral brasileiro e à sua prática que, não havendo impedimento jurídico, como me parece que não há, é de todo adequado propiciar amplo exame do mérito da questão, no Parlamento. Com isenção de quem não defendeu, até este momento, a adoção de qualquer tipo de voto distrital ou de voto por distrito, antes lhes fez objeção, reconheço que o interesse público reclama a apreciação de outra verdade eleitoral.

EMENDAS

18. Sendo veículo dessa apreciação, o projeto há de justificar alterações.

a) a primeira delas, e aceitável, foi proposta pelo Senador Maurício Corrêa. Na emenda sugerida ao § 2º do art. 19 modifica a multa de "cinco a dez mil cruzeiros" para a de "cinco

a dez dias-multa", que se afigura mais flexível e eficaz. Convém, entretanto, que se decline expressamente o poder do Juiz de fixá-la, para evitar dúvida. Daí acrescentar-se, na parte final, a cláusula: "fixada pelo juiz competente", ficando assim o texto:

Emenda nº 1-CCJ, do Senador Maurício Corrêa, ao art. 19,

"§ 2º A recusa da expedição ou da entrega do boletim aos representantes dos partidos, ou o simples atraso intencional, constitui crime eleitoral punível com a pena de detenção de seis meses a um ano, além da multa de cinco a dez dias-multa, fixada pelo Juiz competente."

b) no que concerne ao voto, se "os partidos poderão registrar um candidato por circunscrição e uma lista partidária, em ordem de precedência" (art. 8º), parece natural que o eleitor tenha direito a dois votos, um nominal e outro de lista, desde que ambos num mesmo partido. Esta era a orientação do Projeto do Deputado Oscar Corrêa (art. 15), no regime da Carta de 1946. Em consequência desse entendimento, dá-se ao art. 11 do projeto a seguinte configuração:

Emenda nº 2-CCJ, do Relator, ao art. 11.

Redija-se:

"Art. 11. Nas eleições de que trata esta lei, o eleitor poderá votar num candidato registrado na circunscrição e na lista de candidatos do mesmo partido a que aquele pertencer."

Adotada essa fórmula, também se exclui a referência constante do projeto, a "partido político registrado na circunscrição", que é equívoca, dado o "caráter nacional" das agremiações (CF, art. 17, I) e seu registro no Tribunal Superior Eleitoral (Cód. Eleit. Consolidado: Lei nº 4.737, de 15-7-65, art. 22, I, a).

OBSERVAÇÕES FINAIS

19. Outras alterações, talvez, possam ou devam ser propostas, sobretudo no segundo turno da matéria nesta Comissão (RJ, art. 92). Requer consideração especial, por exemplo, e confronto de opiniões, a norma sobre o voto em "lista partidária, em ordem de precedência, escolhida em convenção, por cada Estado" (art. 8º), tendo em conta o mau funcionamento, em geral, dos partidos. E o fenômeno não é restrito ao Brasil. "A direção dos partidos tende naturalmente a assumir forma oligárquica" — escreve Maurice Duverger, em observação de caráter genérico (Os Partidos Políticos, trad. de Cristiano Monteiro Oiticica, Zahar Editores e Univ. de Brasília, 1980, p. 188). Não obstante o risco de tal dispositivo, a feição inovadora e o alcance educativo de lei como a que se esboça neste projeto aconselham que não se altere ou recuse a regra, antes de amplo debate.

20. É oportuno sugerir, também, que, de qualquer modo, dado o caráter importante e polêmico do projeto, se abra oportunidade ao pronunciamento do Plenário do Senado.

PARECER

21. Em face das razões expostas, o parecer é pela constitucionalidade e legitimidade do projeto e por ampla apreciação da matéria, com as emendas apresentadas e salvo as que vierem, porventura, a ser oferecidas.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Josaphat Marinho, Relator — Cid Sabóia — Esperidião Amin — Elcio Álvares — Valmir Campelo

— Nabor Júnior — Eva Blay — Antônio Mariz — Magno Bacelar — Jutahy Magalhães — Mansueto de Lavor — Beni Veras — Luiz Alberto — Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O Expediente lido vai à publicação.

sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Of. nº 40/92 — CCJ

Brasília, 19 de novembro de 1992.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, o PLS nº 328, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que "disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas", na reunião realizada em 11-11-92.

Cordialmente, — Senador Nelson Carneiro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por 1/10 da composição da Casa, para que o Projeto do Senado nº 328 seja apreciado pelo Plenário.

Esgotado esse prazo sem interposição de recurso, a proposição será remetida à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

LIDERANÇA DO PDT

Of. nº 292/92 — GLPDT

Brasília, 3 de novembro de 1992.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PDT, comunico a V. Exª a indicação do nobre Senador Magno Bacelar para ocupar a Vice-Liderança deste Partido no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protestos de estima e distinta consideração. — Senador Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Comunicação que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos dos arts. 55, III da Constituição e 39, a, do Regimento interno, me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 27-11-92 a 15-12-92, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da Delegação do Brasil à XLVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de Observador Parlamentar.

Atenciosas saudações, — Senador José Sarney

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — a comunicação lida vai à publicação.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Regimento nº 814, de 1992, de autoria do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Requerimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 1991, de sua autoria, que regulamenta e disciplina o uso e propagandas de bebidas alcóolicas, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 344/91 será incluído na Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1992-CN, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1992-CN

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Nos termos da Resolução nº 2/CN, de 1992, que “dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul”, e em cumprimento, especificamente, ao seu art. 2º, é definida a estrutura administrativa da Seção Brasileira da Comissão, na forma desta resolução.

SEDE

Art. 2º A Secretaria Administrativa da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul terá como sede o Congresso Nacional e funcionará nas dependências do Senado Federal.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA

Art. 3º Por tratar-se de uma Comissão atípica e revestida de caráter especialíssimo, sua Secretaria Administrativa vincular-se-á hierarquicamente ao Gabinete da Presidência do Senado Federal.

ATRIBUIÇÕES

Art. 4º À Secretaria da Comissão caberá desempenhar as seguintes atribuições e atividades:

a) arquivar a documentação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul;

b) divulgar as informações concernentes ao andamento do processo de integração;

c) facilitar o contato entre os membros da Comissão e autoridades integrantes do Grupo Mercado Comum e quaisquer entidades públicas e privadas envolvidas no processo de integração;

d) organizar o apoio logístico às reuniões da Seção Brasileira da Comissão ou das quais ela participe;

e) elaborar e fazer publicar no **Diário do Congresso Nacional** todas as Atas de Reuniões da Comissão;

f) prestar assessoramento direto às reuniões e preparar estudos, pesquisas, pareceres e informações solicitadas pela Comissão;

g) acompanhar a tramitação de proposições de interesse do Mercosul, em andamento no Poder Legislativo;

h) manter atualizado o Banco de Dados; e

i) desempenhar outras tarefas que lhe sejam solicitadas ou requeridas pela Comissão.

ESTRUTURA DE PESSOAL

Art. 5º A Secretaria Administrativa da Comissão contará com uma estrutura de pessoal mínima de 7 (sete) funcionários que serão indicados pelo Presidente da Comissão e requisitados à Casa de origem pelo Presidente do Senado Federal que os designará, e compor-se-á de:

— 1 (um) Secretário-Executivo (DAS-4)

(cargo privativo de funcionário de carreira do Quadro Permanente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, indicado pelo Presidente da Comissão, após a aprovação da escolha pelo Plenário);

— 1 (um) Assessor Técnico (DAS-3)

(cargo privativo de integrantes dos quadros de Assessoramento Legislativo do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, preferencialmente com especialização em Direito Internacional);

— 1 (um) Assessor Especial (DAS-3)

(cargo com exigência de nível superior completo e notório conhecimento de Mercosul Comum, preenchido em recrutamento amplo, por indicação do Presidente da Comissão, após a aprovação da escolha pela maioria de seus membros);

— 1 (um) Chefe de Secretaria (DAS-2)

(cargo privativo de funcionário de carreira do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados);

— 2 (dois) Assistentes Legais (DAS-1)

(privativos de funcionários dos quadros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados); e

— 1 (um) Agente de Serviços Legais (FG-2).

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Art. 6º As despesas com o funcionamento da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

serão atendidas por dotações próprias do Senado Federal, exceto no que se refere às despesas de pessoal, que serão custeadas pela Casa respectiva.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 761, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 761, de 1992, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria do Senador Humberto Lucena, que autoriza a convenção em cruzeiros da dívida externa brasileira, para financiamento de projetos destinados ao desenvolvimento sócio-econômico da região Nordeste, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 790/91, QUE APOSENTOU JOSÉ DA SILVA, ANALISTA LEGISLATIVO, ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

bem como o art. 4º da Resolução SF nº 87, de 1989 e incluir o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989.

Senado Federal, 23 de novembro de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO ESPECIAL

Incumbida de analisar a proposta de Emenda à Constituição nº 10 de 1992.

**1ª Reunião (Instalação), realizada
em 19 de novembro de 1992**

Às dez horas do dia dezanove de novembro de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reunião nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores, Irupuan Costa Júnior, Nabor Júnior, Francisco Rollemberg, Dário Pereira, José Richa, Jonas Pinheiro, Valmir Campello, Pedro Teixeira e Jarbas Passarinho, reuniu-se a Comissão Especial, incumbida de apreciar a proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1992, que altera o artigo 159 da Constituição Federal, criando o Fundo de Participação do Distrito Federal, (apresentado pelo Senador Pedro Teixeira e outros). Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marcio Lacerda, Alfredo Campos, Wilson Martins, Carlos Patrocínio, Beni Veras, Rachid Saldanha Derzi e Armando Mendes. Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Senador Nabor Junior, declarando aberta a reunião, comunica que a mesma destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão e designação do Relator. Em seguida o Senhor Presidente manda providenciar a distribuição de cédulas e designa o Senhor Senador Dario Pereira para funcionar como escrutinador. Procedida a votação, a contagem de votos apresenta o seguinte resultado: para Presidente: Francisco Rollemberg — 9 votos; para Vice-Presidente: Valmir Campello — 9 votos. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Francisco Rollemberg agradece a seus pares em seu nome e em nome do Senhor Senador Valmir Campello a honra com que foram distinguidos. Prosseguindo, o Senhor Presidente designa como Relator, o Senhor Senador Irupuan Costa Júnior. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Francisco Rollemberg**, Presidente.